

ISBN: 978-65-89381-01-3

2^o Simpósio

de Trabalho de Conclusão de Curso:

Tecendo com Direitos

Caderno de resumos

**27 A 29
NOVEMBRO
2019**



REALIZAÇÃO

CURSO DE DIREITO DO



UNIVEM

Centro Universitário Eurípides de Marília



Comissão Organizadora

Livia Mariana Camargo Sad Morijo

Bárbara Cheder Brene

Denise Aparecida da Silva

Jose Ribeiro Leite

Edinilson Donisete Machado

Raquel Cristina Ferraroni Sanches



APRESENTAÇÃO

Anais do II Simpósio de Trabalho de Conclusão de Curso em Direito TECENDO COM DIREITOS

A construção e a divulgação do conhecimento científico estão entre as exigências principais da Educação Superior, o que faz com que a incorporação das atividades de pesquisa às atividades de ensino seja condição necessária, para não dizer obrigatória.

Ciente do dever de pesquisar e publicar, o Curso de Direito do UNIVEM realizou o II Simpósio de Trabalho de Conclusão de Curso em Direito, Tecendo com Direitos, que ocorreu nos dias 27, 28, e 29 de novembro de 2019.

Trata-se de um evento que pode ser chamado de reunião de pesquisadores em Direito, uma vez que reuniu mais de 200 trabalhos concluídos, abrangendo diversas áreas temáticas do Curso, especificados nos mais diferentes objetos de pesquisa. O objetivo foi o de oportunizar a submissão e a apresentação desses trabalhos tecidos no decorrer de 2019, bem como divulgar os resultados alcançados em cada trabalho, em formato de resumos e de artigos completos, que estão expostos neste caderno de anais do evento.



Sumário



Administrativo / Contratos/ Internacional

Roger Henrique Silva Zanca

Clarissa Chagas Sanches Monassa

26 DO DIREITO DOS MIGRANTES VERSUS DO DIREITO DOS REFUGIADOS E A QUESTÃO DA VENEZUELA NO MERCOSUL

Juliana Beatriz Rocha Moraes

Clarissa Chagas Sanches Monassa

26 AUTONOMIA DA VONTADE E EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NOS CONTRATOS INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO

Beatriz Marttos dos Santos

Clarissa Chagas Sanches Monassa

27 ADOÇÃO INTERNACIONAL E SUAS DIRETRIZES NO DIREITO BRASILEIRO

Gabriela Cristina da Mata Garcia

Clarissa Chagas Sanches Monassa

28 COOPERAÇÃO POLICIAL INTERNACIONAL: O BRASIL, A ONU, A INTERPOL, NO COMBATE AO TERRORISMO

Luis Henrique Figueira

Clarissa Chagas Sanches Monassa

28 A TRIBUTAÇÃO NO TURISMO ESPACIAL

Caroline Arnaldo Preto

José Ribeiro Leite

29 A NOVA ORDEM ECONÔMICA MUNDIAL E OS DIREITOS HUMANOS: A REPRESENTATIVIDADE DA PESSOA HUMANA NA SOCIEDADE INTERNACIONAL

Biodireito / Bioética / Ambiental

Michele Cristiane Bolognesi

Danilo Pierote Silva

29 DIREITOS FUNDAMENTAIS, DISPOSIÇÃO DO CORPO E AUTONOMIA DA VONTADE

- Bruna Martins dos Santos*
José Eduardo Lourenço dos Santos
30 EUTANÁSIA, ORTOTANÁSIA E SUICÍDIO ASSISTIDO: UM CONFLITO ENTRE A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O DIREITO À VIDA
- Tamara Lopez dos Santos*
Clarissa Chagas Sanches Monassa
31 EUTANÁSIA, DIGNIDADE HUMANA E MORTE DIGNA: UM ESTUDO DO DIREITO COMPARADO
- Marcelo de Souza Fermينو*
Teófilo Marcelo de Arêa Leão Júnior
31 DIREITO ECOLÓGICO E O DEVER DE PROGRESSIVIDADE NA APP
- Ellen Balbo de Lima*
Ricardo Sevilha Mustafá
32 GESTÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA ESFERA MUNICIPAL: ESTUDO COM BASE NA GESTÃO NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA-SP
- Gabriela Pereira Bonfim*
José Eduardo Lourenço dos Santos
33 A INTRODUÇÃO DA TECNOLOGIA NA ENGENHARIA DA ALIMENTAÇÃO: ALIMENTOS TRANSGÊNICOS
- Luciane Cristina Rodrigues*
Roberto da Freiria Estevão
33 OBSTÁCULOS AO ACESSO À JUSTIÇA
- Gabriele Yumi Miyamoto*
Ricardo Sevilha Mustafá
33 LEI 9.605/98 E A APLICABILIDADE DAS SANÇÕES PENAIS ÀS PESSOAS JURÍDICAS EM CRIMES AMBIENTAIS
- Amerita de Lázara Menegucci Geronimo*
Luiz Vieira Carlos Junior
34 O CONTROLE E O DOMÍNIO SOBRE A VIDA HUMANA: UMA ANÁLISE SOB O PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT E GIORGIO AGAMBEN
- Leonardo Martins Barbosa*
Danilo Pierote Silva
34 EUTANÁSIA: UMA REVISÃO SOBRE ASPECTOS LEGAIS E ÉTICOS
- Bruna Pereira Costa dos Santos*
Danilo Pierote Silva
35 MANIPULAÇÃO GENÉTICA: ÉTICA, BIODIREITO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
- Ana Beatriz Santos Valenciano*
Marília Verônica Miguel
35 O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DO TRABALHADOR EM FACE DO LIMBO JURÍDICO PREVIDENCIÁRIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

*Juliana Ribeiro Pinheiro
Ricardo Sevilha Mustafá*

36 **CONTROLE JURISDICIONAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

*Bruno de Alencar Alves
Ricardo Sevilha Mustafá*

37 **RESPONSABILIDADE CIVIL DA PESSOA JURÍDICA PELO DANO AMBIENTAL E SUA REPARAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Civil /Processo Civil

*Antonieta Médici Salem Dal Fabbro Antoniazzi
Aline Storer*

38 **ALIMENTOS AVOENGOS E SEUS CONTORNOS JURÍDICOS À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA SOLIDARIEDADE, DA MÚTUA ASSISTÊNCIA ENTRE FAMILIARES E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

*Sttefany Aline Chaves Juliano
Luciano Henrique Diniz Ramires*

38 **ASPECTOS JURÍDICOS DO ABANDONO AFETIVO: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL**

*Milena de Oliveira dos Santos
Danilo Pierote Silva*

39 **A MULTA “ASTREINTE” NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

*Larissa Roberta Pereira Milani
Luis Vieira Carlos Junior*

39 **ASPECTOS LEGAIS DO DIREITO AO ACESSO A SAÚDE E A EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

*Bianca Jeronymo Teixeira
Luciano Henrique Diniz Ramirez*

40 **GUARDA COMPARTILHADA**

*Priscila Ribeiro Poletti
Cesar Augusto Luiz Leonardo*

40 **A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE**

*Jéssica Navarro de Oliveira
Teofilo Marcelo de Area Leão Junior*

41 **O ABANDONO AFETIVO E A POSSÍVEL INCIDÊNCIA DO DANO MORAL**

*Thaís Cabrini Chambô
Aline Storer*

41 **OS CONTORNOS JURÍDICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PAIS E SUA RELAÇÃO COM A GUARDA DO MENOR NO BRASIL**

Giovanna Brito Queiroz

Luis Vieira Carlos Júnior

42 ALIENAÇÃO PARENTAL

Nathália Rodrigues Grattão da Silva

Aline Storer

42 INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DO ABANDONO AFETIVO

Thaís Bellotti Silva

Luis Vieira Carlos Junior

43 A PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA E SEUS REFLEXOS NA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR E SUCESSÃO

Matheus Sanches Garcia

César Augusto Luiz Leonardo

43 A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA

Ana Cláudia Varga Ferreira

Luis Vieira Carlos Junior

44 A CONCORRÊNCIA ENTRE IRMÃOS NO DIREITO SUCESSÓRIO E A POSSÍVEL AFRONTA AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE

Patrícia Guimarães Ferreira de Lima

Aline Storer

44 INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL EM DECORRÊNCIA DO DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE FIDELIDADE RECÍPROCA NO CASAMENTO

Thaise Castro de Moura

Aline Storer

45 A GUARDA COMPARTILHADA E A PERSPECTIVA DA EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Natália Tognon Crispim

Aline Storer

45 MULTIPARENTALIDADE: E O TEMPO TROUXE UM FILHO

Andressa Antoniassi

Luis Vieira Carlos Junior

46 O MENOR VÍTIMA DA ALIENAÇÃO PARENTAL E SEU DIREITO AO DANO MORAL

Vitória Correia da Silva

César Augusto Luiz Leonardo

46 MEDIAÇÃO E CONSTELAÇÃO FAMILIAR SISTÊMICA COMO INSTRUMENTOS DE RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE CONFLITOS

Marcus Vinicius Ribeiro Furlaneto

Álvaro Telles Júnior

47 NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL NEGATIVA PELO MOTIVO “MUDOU-SE” EM PROCESSO DE BUSCA E APREENSÃO PARA FINS DE CONSTITUIÇÃO EM MORA

- Rafaela Manhães Gabaldi*
Luciano Henrique Diniz Ramires
47 ALIMENTOS AVOENGOS E SEUS ASPECTOS JURÍDICOS
- Andrea Novaes Tucunduva*
Luciano Henrique Diniz Ramires
48 USUCAPIÃO FAMILIAR
- Ana Cláudia Santos*
Aline Storer
48 ALIENAÇÃO PARENTAL E SEUS REFLEXOS NO ABANDONO AFETIVO
- Tainara Barboza de Almeida*
Cesar Augusto Luiz Leonardo
49 A INFIDELIDADE VIRTUAL E SEUS EFEITOS NO DIREITO DE FAMÍLIA
- Felipe Marques de Almeida*
Luís Vieira Carlos Junior
49 A BANALIDADE DO DANO MORAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA
- Victor Ragassi Fagundes*
Ricardo Sevilha Mustafá
50 A RESPONSABILIDADE CIVIL EM DANOS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTÔNOMOS
- Bruna Graziela Santos*
Aline Storer
50 A EFICÁCIA DAS MEDIDAS LEGAIS DE PROTEÇÃO DO MENOR NO CONTEXTO DA ALIENAÇÃO PARENTAL
- Lucas Vinicius Cambauva Cardoso*
Luís Vieira Carlos Júnior
51 HOLDING FAMILIAR NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO
- Ana Lucia Ramalho*
Luciano Henrique Diniz Ramires
51 RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA
- Julia Spadon de Souza*
Luís Vieira Carlos Júnior
52 ABANDONO AFETIVO INVERSO: DA RESPONSABILIDADE CIVIL E POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANO EXCLUSIVAMENTE MORAL
- Luciana Aparecida Rocha Ignácio*
Vivianne Rigoldi
52 A LIBERDADE RELIGIOSA VERSUS A EVOLUÇÃO SOCIAL AMPARADA PELO DIREITO
- Thiago Roim Bonini*
Luciano Henrique Diniz Ramires
53 A IMPARCIALIDADE DO MEDIADOR E CONCILIADOR

Mariana Basseto Mariano

Aline Storer

53 INFIDELIDADE VIRTUAL E A POSSIBILIDADE DE SUA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL

Gabriela Souza e Silva

Aline Storer

54 ALIENAÇÃO PARENTAL E OS IMPACTOS JURÍDICOS NA VIDA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Larissa Fernanda Nonato Gelsi

Luis Vieira Carlos Junior

54 A ALIENAÇÃO PARENTAL: AS POSSÍVEIS MEDIDAS COERCITIVAS

Jaqueline Yurie Miura

Luciano Henrique Diniz Ramires

55 ANÁLISE DO CONTEÚDO SOBRE O DEVER E RECIPROCIDADE NA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS ENTRE FILHOS E PAIS

Constitucional / Processo Constitucional

Renata Sudário Zanetti

Edinilson Donisete Machado

56 A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO-SOCIAL BRASILEIRO

Alessandro Junior de Almeida

Vivianne Rigoldi

56 O ATIVISMO JUDICIAL NA SUPREMA CORTE DECORRENTE DOS INTERESSES POLÍTICOS

Emerson Almeida dos Santos Cordeiro

César Augusto Luiz Leonardo

57 FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS

Bruno de Santis Rezende

César Augusto Luiz Leonardo

57 A MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL E SEGURANÇA JURÍDICA ENTRE MUDANÇA E PERMANÊNCIA

Carolina Fernanda Farinazzi Silva

Cesar Augusto Luiz Leonardo

58 A ABSTRATIVIZAÇÃO DOS EFEITOS NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE

Ana Júlia Santos Nascimento

Vivianne Rigoldi

58 O DIREITO SOCIAL À SEGURANÇA E A VIOLÊNCIA URBANA NO BRASIL - O DESCASO DO ESTADO COM A SEGURANÇA PÚBLICA E SEUS REFLEXOS NA ATUALIDADE

Kerolayne Christin Silvério

Cesar Augusto Luiz Leonardo

59 ANÁLISE SOBRE OS EFEITOS DO FENÔMENO DO NEOCONSTITUCIONALISMO NO BRASIL

Andréia Aparecida de Oliveira

Alexandre Sormani

59 O DIREITO AO ACESSO A INFORMAÇÃO NA ÁREA JUDICIAL ATRAVÉS DA OUVIDORIA

Consumidor / Empresarial/ Econômico

Luiz Carlos Ferrari Júnior

Adriano De Oliveira Martins

60 DA SUCESSÃO HEREDITÁRIA: A IMPLEMENTAÇÃO DA HOLDING FAMILIAR COMO UMA ALTERNATIVA AO PROCESSO DE INVENTÁRIO

Alan Júnior dos Santos

Adriano de Oliveira Martins

61 A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO SÓCIO DA SOCIEDADE LIMITADA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Alisson Matheus Faria de Souza

Adriano de Oliveira Martins

61 A RESPONSABILIDADE DO ADMINISTRADOR JUDICIAL NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Rita de Cássia Santana Moreira

Adriano de Oliveira Martins

62 A VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DE VARAS REGIONAIS ESPECIALIZADAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIAS NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Michele Martins Barbosa

Teófilo Marcelo de Arêa Leão Júnior

62 A ÉTICA NA PUBLICIDADE E A LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA

João Victor Graça Donato

Adriano de Oliveira Martins

63 A IMPORTÂNCIA DA ASSESSORIA JURÍDICA NAS STARTUPS

Julie Anne Alves de Oliveira

Adriano de Oliveira Martins

63 A FUNÇÃO SOCIAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DAS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Ana Clara Prado Parpineli

Adriano de Oliveira Martins

64 RECUPERAÇÃO JUDICIAL E PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA: ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DE BENS DE CAPITAL ESSENCIAIS

André Victor Miranda Figueiredo

Adriano Martins de Oliveira

64 INCLUSÃO DO CRÉDITO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Susane Fernandes Neves

Daniela Ramos Marinho Gomes

65 PAPEL DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: ANÁLISE SOB O OLHAR DAS IMPRESSORAS 3D

Nathalia Ortega de Almeida

Gustavo Henrique De Andrade Cordeiro

66 RESTRIÇÃO DA PUBLICIDADE INFANTIL

Luis Pedro Alves de Oliveira

Adriano de Oliveira Martins

66 A CONVERSÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA EM QUIROGRAFÁRIO NO CASO DE CESSÃO DE CRÉDITO DURANTE O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Difusos / Coletivos / Humanos/ Infância / Ensino

Júlia Ariane Carnaúba Pereira

Teófilo Marcelo De Arêa Leão

67 INFLUXOS DA RELIGIÃO NO DIREITO E CONTROLE SOCIAL

Filipe Simão Cardoso

Teófilo Marcelo de Arêa Leão

67 O MÉTODO DO CASO COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO PARA O ENSINO JURÍDICO BRASILEIRO

Laura Batista Leal Bragante

Vivianne Rigoldi

68 DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO E SUA EFICÁCIA PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Bruna Tavares de Freitas

Clarissa Chagas Sanches Monassa

69 TENDÊNCIAS DE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL

Matheus dos Santos Macedo

Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

69 A IMPORTÂNCIA DE MARTINHO LUTERO E SUA REFORMA PROTESTANTE NA EDUCAÇÃO E A INFLUÊNCIA NO DIREITO E SEUS ASPECTOS FUNDAMENTAIS E SOCIOECONÔMICOS

Isadora Tremeschin Barreira

Clarissa Chagas Sanches Monassa

70 O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA PROTEÇÃO DOS IMIGRANTES E REFUGIADOS: ESTUDO SOB A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

Sandra Sayuri Hayashida

Teófilo Area Leão Júnior

70 DIREITO DOS DEFICIENTES, SUA INCLUSÃO NA SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

Jaqueline Favaretto Ribeiro

Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

71 INCLUSÃO À BRASILEIRA: UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA À POLÍTICA DE INCLUSÃO DA PESSOA INTELECTUALMENTE DEFICIENTE NA REDE REGULAR DE ENSINO

Paula Poccia Meneghello

Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

71 A DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR NA ADOÇÃO À BRASILEIRA

Jéssica Fulgencio da Silva

Viviane Rigoldi

72 A EFETIVIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA DAS PESSOAS SURDAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTOS VIABILIZADORES

Gabriel Marques dos Santos

Álvaro Telles Junior

72 A FILIAÇÃO ADOTIVA NO SISTEMA LEGISLATIVO BRASILEIRO COMO FORMA DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO, OS EFEITOS DA SENTENÇA, CONSEQUÊNCIAS E LIMITES JURÍDICOS

Ana Karoline Gasparin

Marília Verônica Miguel

73 A MEDIAÇÃO COMO MEIO DE COMBATE À ALIENAÇÃO PARENTAL

Antonio José dos Santos Brandão

Raquel Cristina Ferraroni Sanches

73 O ENSINO DAS CIÊNCIAS FORENSES NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DO DIREITO

Larissa Mesquita Mota

Clarissa Chagas Sanches Monassa

74 ALIENAÇÃO PARENTAL E ABANDONO AFETIVO: A CORRESPONSABILIDADE SOCIAL FRENTE ÀS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS CAUSADAS POR AMBOS OS INSTITUTOS NA FORMAÇÃO PSICO-MORAL DO INDIVÍDUO

Thainan Carlos de Oliveira

Ricardo Sevilha Mustafá

75 O TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA NA SEARA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Wilson Miguel

José Ribeiro Leite

75 O DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE: O CASO DA CENTRAL DE VAGAS NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA/SP

Marina Eloisa de Camargo Nunes

José Ribeiro Leite

76 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO SOCIOAFETIVA DA CRIANÇA

Tamires Simões da Costa

Vivianne Rigoldi

76 TRANSEXUALIDADE E SEUS DIREITOS PERSONALÍSSIMOS: ESTADO TUTELADOR OU VIOLADOR?

Digital/ Internet / Eletrônico

Júlio César Lourenço do Carmo

Mário Furlaneto Neto

77 RESOLUÇÃO ONLINE DE CONTROVÉRSIAS: APONTAMENTOS ACERCA DAS POTENCIALIDADES DA APLICAÇÃO DE ODR NO BRASIL

Tatiele Sabos de Matos Gouveia

José Eduardo Lourenço dos Santos

78 A DISSEMINAÇÃO DAS FAKE NEWS E SEUS REFLEXOS JURIDICOS

Rafael Navas

Luis Vieira Carlos Junior

78 O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE CYBER-ATELETA NO BRASIL

Victória Cássia Mozaner

Vivianne Rigoldi

79 SIGILO DE DADOS: O DIREITO A PRIVACIDADE E A FUNÇÃO FISCALIZADORA DO ESTADO EM FACE DA SOCIEDADE DIGITAL

Lucas Rabello Cartolari

Danilo Pierote da Silva

80 A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS COMO FERRAMENTA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Bruna Maria Pedroso

Raquel Cristina Ferraroni Sanches

81 A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS COMO GARANTIA FUNDAMENTAL: EFETIVIDADE DESSE DIREITO ANTE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

João Pedro Chedid Losso

Mario Furlaneto Neto

81 COMPARTILHAMENTO DE MATERIAL PORNOGRÁFICO INFANTO-JUVENIL EM REDES P2P (PEER TO PEER) NO BRASIL

Edivaldo Paes Landim Junior

Ricardo Sevilha Mustafa

82 RESPONSABILIDADE OBJETIVA DOS OPERADORES DE DADOS PESSOAIS NA LEI 13.709/2018

Ética / Filosofia / Hermenêutica / Sociologia

Leonardo de Emeri Herculano

Roberto da Freiria Estevão

83 A VIOLÊNCIA COMO INSTRUMENTO DA JUSTIÇA

João Felipe Simões Aguiar

Alexandre Sormani

83 ATIVISMO JUDICIAL E JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA – OS LIMITES DA ATUAÇÃO DO MAGISTRADO FRENTE AS QUESTÕES POLÍTICAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Isabela Tremeschin Barreira

Clarissa Chagas Sanches Monassa

84 ANÁLISE COMPARATIVA: ESTATUTO DO ESTRANGEIRO - LEI Nº 6. 815/1980 E NOVA LEI DE MIGRAÇÃO - LEI Nº 13. 445/2017

Leonardo Quaquio Marcolino

Edinilson Donisete Machado

85 O PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO E A IMPOSSIBILIDADE DE SECESSÃO

João Pedro Leal da Cruz Lisboa

Roberto da Freiria Estevão

85 A LEGITIMIDADE DA ESCRAVIDÃO NA ANTIGUIDADE POR MEIO DO CÓDIGO DE HAMURABI E SEUS EFEITOS PARA A FORMAÇÃO DO ESTADO

Beatriz Antunes Soares

Roberto da Freiria Estevão

86 A MORAL COMO UMA FORMA DE CONSAGRAÇÃO DA JUSTIÇA

Penal/ Processo Penal

Mônica Eloisa de Lima Oliveira

Roberto da Freiria Estevão

86 ANÁLISE CRÍTICA DAS DECISÕES DO STF EM RELAÇÃO AO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Débora Souza da Silva

Roberto da Freiria Estevão

87 A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO E DO ASSISTENTE SOCIAL NA PERSECUÇÃO PENAL EM CONTRAPONTO AO DIREITO PENAL SIMBÓLICO

Guilherme Augusto Batista Torres

Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

87 A CAPACIDADE DO JURADO LEIGO PARA DECIDIR QUESTÕES TÉCNICO – JURÍDICAS NOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E CONEXOS

Luana Queiroz Dal Evedove

Mário Furlaneto Neto

88 INTERCEPÇÃO DAS COMUNICAÇÕES DE INFORMÁTICAS À LUZ DO MUTUAL LEGAL ASSISTANCE TREATIES

Melina Tokie Takemoto

Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

88 DIREITO PENAL DE EMERGÊNCIA SOB A LUZ DA LEI Nº 9.677/1998

Nathalia Favro de Lima

José Eduardo Lourenço dos Santos

89 O TRÁFICO DE DROGAS MEDIANTE USO DE AERONAVES

Isabela Caroline Silva

Danilo Pierote Silva

89 A QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO E SUA APLICAÇÃO PARA MULHERES TRANSGÊNERO

Victor Hugo Silva Cabrelli

Carlos Ricardo Fracasso

90 A FALÊNCIA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

Pedro Henrique Bertacini Ferrarezi

Gilson César Augusto da Silva

91 O DILEMA DA MENORIDADE PENAL EM RELAÇÃO ÀS LEIS INTERNACIONAIS

Pedro Ivo Del Masso Brito

Mario Furlaneto Neto

91 A ADMISSIBILIDADE DA PROVA ILÍCITA DENTRO DO PROCESSO

Mariana Fernandes Marques

Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

92 ALTERNATIVAS LEGISLATIVAS HUMANIZADAS AO FENÔMENO DO ENCARCERAMENTO EM MASSA NA PRISÃO CAUTELAR

Beatriz Silva Ferreira

Mário Furlaneto Neto

92 INDUZIMENTO OU INSTIGAÇÃO AO SUICÍDIO DE JOVENS EM AMBIENTES VIRTUAIS

Daniela Cristina Valada

José Eduardo Lourenço dos Santos

93 A ESTIGMATIZAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA ETIMOLOGIA CRIMINAL

Jenilson Adriel Sanches

Gilson Cesar Augusto da Silva

93 AS CONSEQUÊNCIAS DO DESARMAMENTO NO BRASIL

- Raphael Palmieri Valdi*
Gilson Augusto César da Silva
94 **NEUROCIÊNCIA E CULPABILIDADE: DISCUSSÕES ACERCA DA DOGMÁTICA JURÍDICA**
- Isabella Lopes dos Santos Gimenez*
José Eduardo Lourenço dos Santos
94 **POSSE E PORTE DE ARMAS NO BRASIL**
- Wellington de Oliveira de Souza*
Carlos Ricardo Fracasso
95 **A EXPANSÃO COMERCIAL DAS CRIPTOMOEDAS NO MERCADO ECONÔMICO MUNDIAL E O IMPACTO DA TECNOLOGIA BLOCKCHAIN EM RELAÇÃO AOS CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO NO DIREITO PENAL BRASILEIRO**
- Isabela de Oliveira Nunes*
José Eduardo Lourenço dos Santos
95 **CRIMINOLOGIA E A INFLUÊNCIA DAS TEORIAS DO CONFLITO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**
- Geovana Mendonça de Souza*
Gilson Cesar Augusto da Silva
95 **A EUTANÁSIA NO BRASIL: DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA OU À MORTE DIGNA?**
- Mariana de Oliveira Del Massa*
Jose Eduardo Lourenco
97 **O PSICOPATA FRENTE O DIREITO PENAL: PENA OU MEDIDA DE SEGURANÇA?**
- Bianca Zanoni Bianchi*
Mario Furlaneto Neto
97 **PODERES IMPLÍCITOS: ARBITRAMENTO PELO DELEGADO DE POLÍCIA DE MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO EM SITUAÇÃO FLAGRANCIAL**
- Victor Hugo Gonçalves Giroto*
Gilson César Augusto da Silva
98 **A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA COMO FORMA DA EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA PENAL E AS DIFICULDADES EM SUA APLICAÇÃO**
- Danilo Ribordim Fernandes*
Roberto da Freiria Estevão
98 **A INTERFERÊNCIA MUDIÁTICA NO TRIBUNAL DO JÚRI**
- Bruna Candido dos Santos Avelar*
Gilson Cesar Augusto Silva
99 **O SISTEMA DE EXECUÇÃO PENAL BRASILEIRO**
- Giovana Corrêa Mirandola*
Gilson César Augusto da Silva
99 **O CONTROLE DE DISTÚRPIO CIVIL NA CASA DE DETENÇÃO DE SÃO PAULO, O CARANDIRU, E A RESPOSTA DO ESTADO**

João Victor da Silva Machado
Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

99 **NEUROCIÊNCIA, CULPABILIDADE E O DETERMINISMO**

Luciano Novaes Carneiro
Mário Furlaneto

100 **LEI DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL, PROJETO DE LEI ANTI CRIME E SEUS ASPECTOS CONSTITUCIONAIS EM RELAÇÃO À PROGRESSÃO DE REGIME**

Lucas de Andrade
César Augusto Luiz Leonardo

100 **A INTERAÇÃO MEDIDAS DE SEGURANÇA-LEI ANTIMANICOMIAL NO PROCESSO PENAL**

João Victor Rodrigues Murcia
Gilson Cesar Augusto da Silva

101 **A IMPORTÂNCIA DA SEPARAÇÃO DE DETENTOS À LUZ DA LEI Nº 13.167/2015**

Laila Martina de Paula Borges
Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

101 **A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA APÓS ACÓRDÃO CONDENATÓRIO EM SEGUNDA INSTÂNCIA**

Vitor Iago Almeida Ansaneli
Carlos Ricardo Fracasso

102 **A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO TRIBUNAL DO JÚRI**

Nayara Romanoski Valenciano
Penal/ Processo Penal

102 **AMPLIAÇÃO DA JUSTIÇA NEGOCIAL EM MATÉRIA CRIMINAL NO BRASIL**

Simone Campassi Vianna
Mario Furlaneto Neto

103 **EUTANÁSIA**

Heloísa Redolfi Ferrari
Roberto da Freiria Estevão

103 **AS DECISÕES NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO: A QUESTÃO DA ÍNTIMA CONVICÇÃO x LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO COM ENFOQUE NO TRIBUNAL DO JÚRI BRASILEIRO**

Juliana Danelon Pova
Roberto da Freiria Estevão

104 **A CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA: OS IMPACTOS NA SOCIEDADE E NO JUDICIÁRIO**

Gabriela Buoro
Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

104 **A NATUREZA OBJETIVA DA QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO E SUA QUESITAÇÃO NO TRIBUNAL DO JÚRI**

Thales Aporta Catelli

José Eduardo Lourenço dos Santos

105 O PRINCÍPIO DA CONFIANÇA E A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA: DESAFIOS À DILAÇÃO PROBATÓRIA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Tainara Miranda da Silva

José Eduardo Lourenço dos Santos

105 A RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A SUA COMPATIBILIDADE COM A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA

Thayná Regina Moreira da Silva

José Eduardo Lourenço dos Santos

106 INFILTRAÇÃO POLICIAL EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Matheus Martins Dos Santos

Gilson César Augusto da Silva

107 A MAIORIDADE PENAL E SEUS REFLEXOS NEGATIVOS NA SOCIEDADE

Yasmin Martins Pereira

Daniilo Pierote Silva

108 LEGÍTIMA DEFESA

Gabrielly Mengato Pires

Gilson Cesar Augusto

108 ASSÉDIO SEXUAL CONTRA A MULHER: UMA RELEITURA DA EFICÁCIA SOCIAL DA LEI 10.224

Rennan de Souza Menegon

Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

109 SISTEMA CARCERÁRIO E A APAC – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS

Waldir Viveiros Neto

Carlos Ricardo Fracasso

109 CRÍTICA DA APLICAÇÃO DA TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO EM DESFAVOR DO RÉU

Giovanna Pires Lima

Carlos Ricardo Fracasso

110 O PAPEL DA PSIQUIATRIA FORENSE NOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA

Cintia Aparecida Mulato Silva

Daniilo Piorote

110 TORCIDAS ORGANIZADAS A EFETIVAÇÃO DA LEI PENAL SOB A ÉGIDE DA CONSTITUIÇÃO

Previdenciário / Tributário

Dayane Higino Cruz

Alexandre Sormani

- 111** A COLISÃO DE ISENÇÕES DO ICMS E A GUERRA FISCAL ENTRE OS ESTADOS: PROPOSTA DA SÚMULA VINCULANTE 69

Vinicius Ribeiro Mota

Otávio Augusto Custódio de Lima

- 111** A DIGNIDADE HUMANA COMO PARÂMETRO SOCIAL PARA O BPC

Caroline Ferrari Villa

César Augusto Luiz Leonardo

- 112** EXECUÇÃO FISCAL: DA FORMAÇÃO À SATISFAÇÃO DO CRÉDITO NO ÂMBITO FEDERAL

Thiago Custodio Dias

Alexandre Sormani

- 112** A TRIBUTAÇÃO SOBRE BENS IMÓVEIS: UM ESTUDO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DO IPTU EM FACE DO DIREITO À MORADIA DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

Céffora Nayara Paes da Silva

Marcelo Rodrigues da Silva

- 113** OS RISCOS SOCIAIS COBERTOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Caroline Oliveira Cauneto

Marcelo Rodrigues da Silva

- 113** ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PARA TRABALHADORES ATIVOS EM RAZÃO DE DOENÇA GRAVE

Erick Jacobino

Marcelo Rodrigues da Silva

- 114** A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A IRREPETIBILIDADE DOS ALIMENTOS AO ERÁRIO ORIUNDOS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELO INSS POR ERRO ADMINISTRATIVO

Verônica Cristina Domingos Cirino

Daniela Ramos Marinho Gomes

- 115** OS ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DA COMPUTAÇÃO EM NUVEM - CLOUD COMPUTING

Giovana Notaro Bonora

Daniela Ramos Marinho

- 115** ITCMD - IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS DE BENS LOCALIZADOS NO EXTERIOR

Maria Laura Rossatto Franco

Marcelo Rodrigues da Silva

- 116** LIMBO PREVIDENCIÁRIO

Renan de Lima

Daniela Ramos Marinho

- 116 A COBRANÇA DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS COM O ADVENTO DA PORTARIA Nº 396/2016 NO ÂMBITO DA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL**

Karina Viana Borges

Daniela Ramos Marinho

- 117 TRIBUTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VALOR ADICIONADO E DE TELECOMUNICAÇÕES**

Guilherme Cordeiro dos Santos

Marcelo Rodrigues da Silva

- 117 POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DO INSTITUTO GRANDE INVALIDEZ PARA AS DEMAIS APOSENTADORIAS DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Yuri Buim Martins Machado

Daniela Marinho

- 118 PRESCRIÇÃO DOS TRIBUTOS CONSTITUÍDOS PELO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO: ANÁLISE DO IMPOSTO DE RENDA**

Giuliano Tovo Di Raimo

Marcelo Rodrigues da Silva

- 118 LIMBO JURÍDICO PREVIDENCIÁRIO NOS BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE E A PROTEÇÃO AO TRABALHADOR**

Julia Caroline Pontolio da Silva

Marcelo Rodrigues da Silva

- 119 NATUREZA TRIBUTÁRIA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**

Trabalho / Processo do Trabalho

Amanda Carolina de Oliveira Reis

Andrea Antico Soares

- 119 MULHERES EM CARGO DE LIDERANÇA**

Maria Juliana Mendes Zonetti

Andrea Antico Soares

- 120 A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR ABANDONO DE EMPREGO RESULTANDO EM JUSTA CAUSA DO EMPREGADO PREVISTO NO ARTIGO 482, ALÍNEA I, DA CLT**

Marlon Baralde Viveiros Campos

Andrea Antico

- 120 A DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO**

Jamila Ferreira Paiva

Álvaro Telles Júnior

- 121 ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO**

Verônica Santos Romanelli

Marcelo Rodrigues da Silva

121 O TELETRABALHO E AS MUDANÇAS DECORRENTES DA REFORMA TRABALHISTA

Ana Carolina Ribeiro Bastos

Otávio Augusto Custódio de Lima

122 ATUAL CENÁRIO BRASILEIRO FRENTE AO TRABALHO INFANTIL

Thauana Mirella Macedo

Otávio de Lima Custódio

122 A TERCEIRIZAÇÃO NA TANGENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Beatriz Valencio Mancuzo

Otávio Augusto Custódio de Lima

123 LEI 13.103/15: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DO EXAME TOXICOLÓGICO E O DESCANSO OBRIGATÓRIO DOS MOTORISTAS

Gabriela Ribeiro de Souza e Silva

Otávio Augusto Custódio de Lima

123 CONTRATO DE TRABALHO X DOENÇAS PSÍQUICAS: ESTUDO SOBRE O AFASTAMENTO DOS EMPREGADOS DIAGNOSTICADOS COM DOENÇAS PSÍQUICAS DECORRENTES DO TRABALHO

Gabriela Silva Valderramas

Andrea Antico Soares

124 A REFORMA TRABALHISTA VOLTADA PARA O TELETRABALHO

Lucas de Lima Goes

Marília Veronica Miguel

124 A NATUREZA JURÍDICA DO VÍNCULO ENTRE MOTORISTAS E APLICATIVOS DE CARONA: O CASO UBER

Márcia Martins Postigo

Otávio Augusto Custódio de Lima

125 A REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO (HOME OFFICE) PELA REFORMA TRABALHISTA: IMPACTOS NA RELAÇÃO DE EMPREGO

Trabalho / Processo do Trabalho

Damaris Raquel Lourenço

Andrea Antico Soares

126 A APLICABILIDADE DO DUMPING SOCIAL NOS CASOS ENVOLVENDO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO COMO FORMA DE ATIVISMO JUDICIAL

Mariane Sobral Forato

Otávio Augusto Custódio de Lima

126 AGROTÓXICOS NO AMBIENTE DE TRABALHO RURAL: UMA INVESTIGAÇÃO DO USO INDISCRIMINADO DE AGROTÓXICOS E AS CONSEQUÊNCIAS NO CONTRATO DE TRABALHO

Juliana Prates Matos de Oliveira

Otávio Augusto Custódio de Lima

127 **NEGOCIAÇÃO COLETIVA: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DA FLEXIBILIZAÇÃO PROMOVIDA PELA REFORMA TRABALHISTA (LEI 13.467/2017), SEUS LIMITES E CONSEQUÊNCIAS**

Mábili Adorno Moreira

Danilo Pierote Silva

128 **DUMPING SOCIAL COMO AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DO VALOR SOCIAL DO TRABALHO**

Bárbara Cristina Sant' Ana

Andrea Antico Soares

128 **RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO EM DECORRENCIA DA FALTA GRAVE POR EMBRIAGUEZ**

Thaise Santos Campos

Otávio Augusto Custódio de Lima

129 **CRIMINAL COMPLIANCE: UMA ALTERNATIVA PARA O COMBATE À PRÁTICA DE TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO**

Anderson Luis Gomes da Silva

Álvaro Telles Júnior

129 **A ESCRAVIDÃO MODERNA NO BRASIL NA PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Fernanda de Oliveira Alves

Otávio Augusto Custódio de Lima

130 **A TARIFAÇÃO DO DANO EXTRAPATRIMONIAL E O CASO BRUMADINHO**

Carolina Barbosa Tovani

Marcelo Rodrigues da Silva

130 **ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO**

Andreia de Fatima Carnesi Rodrigues

Marília Verônica Miguel

131 **A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR EM CASO DE ACIDENTE DE TRABALHO**

Luan Felipe Santos Folgosi

Danilo Pierote Silva

131 **A RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO DO ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL**

Polyana Soares de Almeida

Andrea Antico Soares

132 **AS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE EM DETRIMENTO DA REFORMA TRABALHISTA**

Nathália Gabriele Magon

Marcelo Rodrigues da Silva

132 **A DIFICULDADE DA REVALIDAÇÃO DO DIPLOMA DOS REFUGIADOS NO BRASIL PERANTE A FALTA DE LEGISLAÇÃO TRABALHISTA QUE GARANTA O AMPLO ACESSO**

Ingrid da Silva Barbosa

Álvaro Telles Júnior

133 O ASSÉDIO MORAL E O ABUSO DO PODER DIRETIVO DO EMPREGADOR

Fabiana Custodio Sales

Marcelo Rodrigues da Silva

133 O FENÔMENO DA PEJOTIZAÇÃO À LUZ DOS PRINCÍPIOS TRABALHISTAS NO ATUAL CONTEXTO DA FLEXIBILIZAÇÃO

Filipe Felix da Silva Santos

Marília Verônica Miguel

134 O CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE NA REFORMA TRABALHISTA

Carla Labelle Matias Carnezi

Otávio Augusto Custódio de Lima

134 FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS SEUS LIMITES, PROTEÇÃO AO TRABALHADOR E A REFORMA TRABALHISTA

Jeane Vieira Araújo

Andrea Antico Soares

135 A REFORMA TRABALHISTA E SEUS REFLEXOS NA PRÁTICA DO ASSÉDIO MORAL DO TRABALHO

Jheniffer Sabrina de Souza

Marília Verônica Miguel

136 A ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO E A COISIFICAÇÃO DO HOMEM COMO CONSEQUÊNCIA DA FLEXIBILIZAÇÃO DAS NORMAS TRABALHISTAS

Damaris Raquel Guedes Magalhães

Marília Verônica Miguel

136 A REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL E A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE

Tainá Vieira Obreli

Marília Verônica Miguel

137 TELETRABALHO: VANTAGENS E DESVANTAGENS NA PERSPECTIVA DA REFORMA TRABALHISTA

Geovana Miranda da Silva

Álvaro Telles Júnior

137 TRABALHO INFANTIL E APRENDIZAGEM

Hatue Martinhão Esquinelato

Andrea Antico Soares

138 SÍNDROME DE BURNOUT COMO DOENÇA OCUPACIONAL MODERNA E A RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR

Gabriela Licate dos Santos

Marília Verônica Miguel

138 A PRECARIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA, RESULTANTE DA REFORMA TRABALHISTA

Isabela Stela Ramos

Marília Verônica Miguel

139 TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL E A APLICABILIDADE DO ORDENAMENTO JURÍDICO

Marina Angioni de Oliveira

Álvaro Telles Junior

139 O DANO EXISTENCIAL NA ESFERA TRABALHISTA: JORNADA DE TRABALHO

Marcela Sayuri Hashimoto Abiko

Andrea Antico Soares

140 O ASSÉDIO ÀS MULHERES EM AMBIENTE DE TRABALHO

Paula Medina Prieto

Marília Veronica Miguel

141 O JUS POSTULANDI NA JUSTIÇA DO TRABALHO E O PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA

II Simpósio de Trabalho de Conclusão de Curso em Direito

TECENDO COM DIREITOS

Resumos



Administrativo / Contratos/ Internacional

Roger Henrique Silva Zanca
Clarissa Chagas Sanches Monassa

DO DIREITO DOS MIGRANTES VERSUS DO DIREITO DOS REFUGIADOS E A QUESTÃO DA VENEZUELA NO MERCOSUL

O presente artigo analisa os delineamentos jurídicos concernentes aos migrantes e aos refugiados, com o intuito de se averiguar a proteção jurídica nacional mais adequada a ser empregada aos grupos de pessoas que cruzam diariamente a fronteira do Brasil com a Venezuela, fugindo da grave crise humanitária e econômica que contamina aquele país. Para tanto, foi realizada a conceituação e distinção entre migrantes e refugiados, partindo-se para o exame do referencial legislativo de ambos, com foco nos diplomas brasileiros. Após, estudou-se a estrutura de acolhida do ACNUR, bem como o contexto de proteção específico do Cone Sul, em virtude do Mercosul, de maneira que, ao final, constatou-se os referidos grupos de venezuelanos devem ser reconhecidos como refugiados pelo ordenamento jurídico nacional. A fim de desempenhar o proposto, a metodologia utilizada foi a dedutiva, cominada com a técnica de coleta de dados bibliográfica, documental e via internet.

.....

Juliana Beatriz Rocha Moraes
Clarissa Chagas Sanches Monassa

AUTONOMIA DA VONTADE E EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NOS CONTRATOS INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO

O presente trabalho busca relacionar a autonomia privada nos contratos internacionais diante das novas relações comércio proporcionadas pela globalização. Será abordado de forma breve a questão histórica, tal como o nascimento e desenvolvimento da Lex Mercatoria e de regulamentos importantes, tais como a Convenção de Viena, a fim de analisar-se os eventos que deram origem aos

contratos atuais de comércio, bem como, não seria possível tal análise sem direcionar especial atenção ao fenômeno da globalização que culminou no avanço tecnológico, que informalizou e acelerou as relações de comércio, exigindo, portanto, regulação específica para efetivação de seu conteúdo e propiciando certa autonomia em seu processo. Será analisada a autonomia privada do direito internacional brasileiro e como esta é mitigada pelas Leis de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (LINDB) e o ponto de escape que se tornou a arbitragem. Ainda, a uniformização e harmonização que o fenômeno da globalização tem compelido aos contratos, sendo um dos princípios mais relevantes em discussão o da liberdade contratual. A metodologia utilizada na presente pesquisa será a dedutiva, que compondo-se de raciocínios em ordem descendente, da análise do geral para o particular.

.....

Beatriz Marttos dos Santos
Clarissa Chagas Sanches Monassa



ADOÇÃO INTERNACIONAL E SUAS DIRETRIZES NO DIREITO BRASILEIRO

A colocação de criança e adolescente em seio familiar substituto não consanguíneo por meio da adoção é uma das últimas alternativas contidas na legislação brasileira para inserção em núcleo familiar, proporcionando dignidade e proteção em consonância com os melhores interesses do menor. Contudo, na impossibilidade da adoção por pessoa ou casal domiciliado no país, abre a possibilidade a quem reside em país estrangeiro adotar, implicando no deslocamento definitivo da criança ou do adolescente para o país de acolhimento. Neste contexto, pretende o presente artigo expor as principais propriedades da adoção em âmbito internacional, realçando as especificidades do processo mais burocrático em razão ao realizado no Brasil, bem como fazer uma relação com o instituto do tráfico internacional de menores. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica e publicações considerando as contribuições de autores como DINIZ (2014), NUCCI (2018), LIBERATI (2003) e BARROS (2016), LOBÔ (2010), entre outros. Demonstrar a política social desenvolvida por países estrangeiros mediante o aspecto da adoção internacional, as dificuldades enfrentadas por pessoas que possuem o desejo pela a adoção e residem em países de baixa natalidade. Concluiu-se que, considerando os requisitos legais e respeitando ao melhor interesse do adotando, basta que o adotante esteja com o objetivo de construção de fa-

mília, caracterizado por afeto, solidariedade, apreço e principalmente aconchego como ato de amor e respeito com o menor e sua dignidade. A adoção persiste em caráter universal.

.....

Gabriela Cristina da Mata Garcia
Clarissa Chagas Sanches Monassa



COOPERAÇÃO POLICIAL INTERNACIONAL: O BRASIL, A ONU, A INTERPOL, NO COMBATE AO TERRORISMO

Após os ataques de 11 de setembro de 2001, contra o World Trade Center em Nova York, e ao Pentágono, em Washington, nos Estados Unidos da América, o mundo se viu forçando a conviver com o terror. Após o grupo terrorista liderado por Osama Bin Laden, a famosa Al-Qaeda, transmitir ao vivo via internet o seu ataque ao “coração americano”, nasce aqui, o que posteriormente seria intitulada de “Guerra contra o terror”, e aquilo que passaria a se chamar de terrorismo internacional.

.....

Luis Henrique Figueira
Clarissa Chagas Sanches Monassa



A TRIBUTAÇÃO NO TURISMO ESPACIAL

O presente artigo demonstra como deve ser a tributação no turismo espacial, utilizando como base o Direito Espacial e, identificando sua aplicabilidade bem como as fragilidades em sua atuação. Inicialmente é uma pesquisa básica, utilizando-se do método tipológico, sendo bibliográfica com relação à técnica de coleta de dados, documental e via internet para delimitação e explicação do tema. Os resultados apontam grande atraso na regulamentação da exploração com fins comerciais do espaço e que a soberania territorial é o ponto controverso do tema. Conclui-se que o turismo espacial é a evolução da aviação civil devendo ser compreendido como serviço para fins tributários, e, ser regulado mediante Tratado no que tange os lucros auferidos, bem como por acordos de reciprocidade no que tange as atividades intermediárias, devendo ser criado órgão especial para regular as atividades comerciais e definir a partilha da tributação.

.....

Caroline Arnaldo Preto
José Ribeiro Leite

A NOVA ORDEM ECONÔMICA MUNDIAL E OS DIREITOS HUMANOS: A REPRESENTATIVIDADE DA PESSOA HUMANA NA SOCIEDADE INTERNACIONAL

A pesquisa que aqui se apresenta tem por temática e objetivo central análise acerca do direito internacional dos direitos humanos, de modo a promover alguns questionamentos sobre temas que circundam a proteção aos direitos humanos. A partir de uma análise - sobretudo histórica - até à definição e percepção do que conhecemos hoje pelas garantias sociais, o trabalho percorre visão por questionamentos ligados à real efetividade destes, quando confrontados com aspectos fundamentais da economia - aqui, observe-se, inclusive, o papel estatal - e sua interferência. Desta feita, sustenta-se a apreciação de entes mediadores, neste âmbito, como forma de promoção da paz nas relações entre os seres sociais. O artigo conclui-se, portanto, no apontamento de uma necessidade destes mecanismos - tais quais advindos da Declaração Universal dos Direitos Humanos - para a reavaliação do que podemos dizer ser “soberano” ou mesmo “interesse”, em defesa dos direitos do indivíduo, a quem se deve proteção.

Biodireito / Bioética / Ambiental

Michele Cristiane Bolognesi
Danilo Pierote Silva

DIREITOS FUNDAMENTAIS, DISPOSIÇÃO DO CORPO E AUTONOMIA DA VONTADE

O presente trabalho tem por finalidade discutir a possibilidade de disposição do próprio corpo de pessoas que, por motivos alheios à vontade, não o aceitam como realmente é. Como ponto inicial, faz uma breve construção histórica de como a pessoa é considerada no ordenamento jurídico brasileiro, passando

pelo momento em que o direito a uma vida digna é adquirido e como lhe é garantido pelo ordenamento jurídico. Busca analisar o papel da bioética, do biodireito e também do próprio Estado, sob o prisma da proteção de direitos fundamentais como a dignidade da pessoa humana, autonomia da vontade e liberdade. Como exemplo, destaca situação de pessoas portadoras de transtorno de identidade corporal e a necessidade de adequação da legislação específica quanto à possibilidade de supressão de partes saudáveis ou não do corpo humano, em detrimento a atuação impositiva e, por vezes, protetiva do Estado. Ao final, conclui que cada indivíduo tem direito ao próprio corpo de modo a poder dispô-lo como bem lhe interessar, desde que dotado de plena capacidade mental, ainda que tal vontade decorra de algum transtorno, assegurando-lhe, assim, a garantia constitucional de uma vida digna.

.....

Bruna Martins dos Santos

José Eduardo Lourenço dos Santos



EUTANÁSIA, ORTOTANÁSIA E SUICÍDIO ASSISTIDO: UM CONFLITO ENTRE A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O DIREITO À VIDA

Desde a revolução industrial, vivemos em uma realidade acelerada, as notícias são transmitidas em instantes, o acesso a informação possibilitou a criação de medicamentos, técnicas, aparelhos capazes de desempenhar as funções de órgãos humanos, assim prolongando a vida. Entretanto, isso gera inúmeras discussões jurídicas e éticas quando o paciente ou seus familiares veem nisso, uma forma de prolongamento do sofrimento e buscam meios de acabar com essa dor. Nesse momento, surgem discussões sobre eutanásia, ortotanásia e suicídio assistido, temas que divide opiniões ao envolver o conflito entre direitos fundamentais do ser humano, protegidos constitucionalmente como a vida e a dignidade humana. O objetivo dessa pesquisa é compreender as leis que amparam os pacientes e até onde os médicos devem respeitar sua vontade. O presente artigo se desenvolverá através de pesquisa bibliográfica, doutrinária e jurisprudencial. Apesar da legislação Brasileira prever a eutanásia e o suicídio assistido como atos ilícitos, é permitida a prática da ortotanásia com base resolução 1805/2006 do Conselho Federal de Medicina.

.....

Tamara Lopez dos Santos
Clarissa Chagas Sanches Monassa

EUTANÁSIA, DIGNIDADE HUMANA E MORTE DIGNA: UM ESTUDO DO DIREITO COMPARADO

Considerando que a dignidade da pessoa humana é um valor inerente a todo o ser humano, e que é a base do princípio máximo do Estado Democrático de Direito, pertencendo ao rol dos Princípios Fundamentais da vigente Constituição Federal Brasileira, e que no presente momento, muito se tem discutido acerca de Direitos Humanos e a Dignidade Humana, pretende-se neste artigo abordar aspectos teóricos sobre a Eutanásia, a Dignidade Humana e a morte digna traçando um estudo de direito comparado entre a legislação brasileira e a legislação holandesa. Os Direitos Humanos e a Dignidade Humana como valor e princípio máximo encontram respaldo em ambas as Constituições, no entanto, suas legislações divergem no entendimento de direito à morte digna. Para tanto, procede-se a uma pesquisa qualitativa e bibliográfica no qual se considera o entendimento teórico de inúmeros autores e estudiosos sobre o tema, é feita uma reflexão sobre o conceito de morte digna e direito à vida, a verificação de estudos de casos, bem como se faz uma análise da legislação brasileira, que proíbe a prática da eutanásia, em contraponto à legislação holandesa, que por sua vez, permite tal prática, quando respeitados rigorosos requisitos. Desse modo, observa-se que o número de casos de Eutanásia na Holanda cresce a cada ano, não sendo apenas a opção para doentes terminais, ou em estado comatoso, mas também para idosos e enfermos, o que permite concluir que a defesa da morte digna como expressão do exercício de Direitos Humanos vem ganhando cada vez mais adeptos, o que fomenta ainda mais a discussão sobre o assunto no âmbito médico, jurídico e político de diversos países.

.....

Marcelo de Souza Fermino
Teófilo Marcelo de Arêa Leão Júnior

DIREITO ECOLÓGICO E O DEVER DE PROGRESSIVIDADE NA APP

Em um contexto de maior consciência da vulnerabilidade ambiental, o direito ecológico manifesta expressão de todo um processo histórico social de desenvolvimento humano que se reflete nos regramentos, nos mecanismos de

acionamento jurídico e no teor democrático material. Nesse contexto, as Áreas de Preservação Permanente (APP) representam um avanço angular no alicerce da defesa do meio ambiente, e promoção de uma cultura sustentável, essencial para a garantia de um mínimo vital/mínimo existencial ecológico para as gerações futuras. No tocante às APPs, podem ser analisados mecanismos de participação popular pouco explorados, que além de fomentar um efetivo processo democrático na esfera judiciária e materializar avanços conquistados com a Constituição de 1988, podem ser o caminho pelo qual a atividade judiciária pode nortear transformação social promotora de sustentabilidade e defensora da vida.

.....

Ellen Balbo de Lima
Ricardo Sevilha Mustafá

 **GESTÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA ESFERA MUNICIPAL: ESTUDO COM BASE NA GESTÃO NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA-SP**

Diante do cenário atual onde se verifica o grande impacto que o setor da construção civil vem causando ao meio ambiente e à saúde coletiva, o presente artigo trata da gestão dos resíduos da construção civil na esfera municipal, partindo do estudo da legislação e das práticas atuais do Município de Marília, uma vez que há anos a população sofre as consequências de uma gestão inadequada desses resíduos. É realizado o estudo das diretrizes legais, de modo a verificar as alterações necessárias para que se obtenha um sistema de gestão ambientalmente adequado para o município. Para o alcance dos objetivos, foi realizada a pesquisa bibliográfica, com base no estudo das leis aplicáveis, manuais, livros, artigos e documentos legais, a partir dos quais foi possível a verificação de falhas na gestão atual, e assim a proposição de alternativas que garantam uma gestão correta desses resíduos, conforme as diretrizes legais e sob o prisma do desenvolvimento sustentável.

.....

Gabriela Pereira Bonfim
José Eduardo Lourenço dos Santos

A INTRODUÇÃO DA TECNOLOGIA NA ENGENHARIA DA ALIMENTAÇÃO: ALIMENTOS TRANSGÊNICOS

Atualmente vivemos na era da modernidade onde qualquer coisa pode ser alvo da tecnologia. Diante disso, não só objetos e materiais foram afetados por esta, mas também alimentos e outros produtos comuns da vida humana. Ao longo da pesquisa iremos analisar a história e principais consequências desta nova era, em relação ao tema abordado.

.....

Luciane Cristina Rodrigues
Roberto da Freiria Estevão

OBSTÁCULOS AO ACESSO À JUSTIÇA

O presente trabalho é para o estudo sobre os Obstáculos ao Acesso à Justiça. Tratando-se, sobre o conceito histórico, conceito e a evolução história do acesso à justiça no Brasil.

.....

Gabriele Yumi Miyamoto
Ricardo Sevilha Mustafá

LEI 9.605/98 E A APLICABILIDADE DAS SANÇÕES PENAIS ÀS PESSOAS JURÍDICAS EM CRIMES AMBIENTAIS

A responsabilidade penal da pessoa jurídica foi introduzida no ordenamento brasileiro na Constituição Federal de 1988, instituto imensamente importante face à luta contra poluição e degradação do meio ambiente, e ganhou regulamentação somente em 1981 por meio da Lei 9.605/98, no entanto, ante a ausência de especificações nos tipos penais instituídos em referida lei, o Legislador deixou lacunas quanto à aplicabilidade das sanções penais e dosimetria das penas impostas às pessoas jurídicas. Cuida-se portando, de demonstrar a valia da introdução deste instituto na ordem jurídica pátria, e explorar, em contrapartida, as problemáticas apresentadas pela Lei dos Crimes Ambientais. Buscar-se-á esclarecer conceitos, fundamentos e controvérsias existentes na matéria do Direito

Ambiental acerca da temática desenvolvida, destacando a importância de punir os grandes poluidores – as pessoas jurídicas – com equanimidade, não deixando margem para a insegurança jurídica.

.....

Amerita de Lázara Menegucci Geronimo
Luiz Vieira Carlos Junior

 **O CONTROLE E O DOMÍNIO SOBRE A VIDA HUMANA: UMA ANÁLISE SOB O PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT E GIORGIO AGAMBEN**

O Biopoder e a Biopolítica são formas de controle sobre a vida por meio do poder disciplinar e regulamentações e mecanismos que pairam sobre os indivíduos e sociedade. Assim, busca-se demonstrar como as formas de poder se permeiam na sociedade atual e quais os efeitos produzidos. Por meio de revisão bibliográfica, através do método hipotético dedutivo, questiona-se as implicações do poder na sociedade e seu respectivo controle sobre a vida, inclusive determinando taxas de natalidade e mortalidade. Conclui-se que o biopoder e a biopolítica sempre foram instrumento do soberano para o controle do indivíduo e da espécie. Assim, tanto o indivíduo quanto a sociedade, estão assujeitados ao controle disciplinar e regulamentador.

.....

Leonardo Martins Barbosa
Danilo Pierote Silva

 **EUTANÁSIA: UMA REVISÃO SOBRE ASPECTOS LEGAIS E ÉTICOS**

A eutanásia é o procedimento que visa a abreviar o sofrimento do enfermo incurável, proporcionando-lhe uma morte digna. Envolve princípios e direitos constitucionais e as legislações penal e cível. Também é circundada por questões éticas, filosóficas e religiosas. A sua prática é proibida no Brasil. Pretende-se com este breve trabalho acender a discussão sobre o assunto, limitada aos direitos constitucional e penal, à ética médica e ao direito comparado. Foi adotada uma metodologia descritiva, com base em literatura e legislação pertinentes.

.....

Bruna Pereira Costa dos Santos
Daniilo Pierote Silva

MANIPULAÇÃO GENÉTICA: ÉTICA, BIODIREITO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

O presente artigo abordará as questões éticas e legais existentes nas pesquisas e aplicações (experiências) ao se manipular um gene humano. Serão apresentados quais os problemas existentes dentro da manipulação genética humana e porque se faz tão necessária a observação ética neste meio. A pesquisa abordada é classificada como qualitativa utilizando o método hipotético-dedutivo. No que concerne aos procedimentos técnicos à pesquisa pode ser classificada como: bibliográfica. A pesquisa será estruturada com a utilização de um plano de trabalho que irá abordar dinamicamente as fontes bibliográficas que serão empregadas, baseando-se nos tópicos principais de cada bibliografia face ao tema proposto. O material será auferido por meio de artigos publicados em sites jurídicos, livros, textos publicados na internet e monografias. A manipulação genética tem o intuito de melhorar o ser e poder encontrar formas de tratar doenças entre outras hipóteses, porém as pessoas nem sempre tem o desejo de manipular um gene para prevenir uma doença futura, desta forma discute-se até que ponto pode um homem e uma mulher que desejam ser pais interferir nos genes de seu possível bebê? Qual a postura ética que os profissionais que manipulam os genes devem tomar diante de determinadas situações? O princípio da Dignidade da Pessoa Humana é desrespeitado? É certo manipular embriões apenas com o intuito de melhorar a capacidade dos seres humanos? Quais embriões devem ser utilizados para pesquisas?

.....

Ana Beatriz Santos Valenciano
Marília Verônica Miguel

O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DO TRABALHADOR EM FACE DO LIMBO JURÍDICO PREVIDENCIÁRIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O presente artigo tem por objetivo analisar um dos princípios mais importantes do direito do trabalho que se trata do princípio da proteção, à frente ao grande problema que inúmeros trabalhadores enfrentam como é o caso do limbo jurídico previdenciário, visto que há lacunas na lei que regulamente esse

instituto. Para tanto, foi utilizado o método hipotético-dedutivo, pesquisas doutrinárias, e realizadas pesquisas legislativas e análises jurisprudenciais. O artigo iniciará com uma linha do tempo para demonstrar a origem do direito do trabalho até chegar na problemática do tema. Em seguida, o conteúdo será tratado observando o princípio da proteção do trabalhador e a dignidade da pessoa, tendo por objetivo associar essas prerrogativas aos direitos primordiais que o trabalhador possui quando ocorrer em limbo jurídico previdenciário. Posteriormente, será conceituada a Previdência Social como o ramo da Seguridade que assegurará o empregado ao recebimento do auxílio-doença ou acidentário e será mais explicado sobre a relação de emprego concernentes aos tipos de contrato de trabalho. No mais, a questão do limbo jurídico previdenciário será analisada com cautela e em observação as jurisprudências recentes e a uma lei específica. Pretende-se, ademais, concluir a pesquisa realizando um paralelo sobre o princípio da proteção do trabalhador em relação ao limbo e as demais decisões dos tribunais.

.....

Juliana Ribeiro Pinheiro
Ricardo Sevilha Mustafá



CONTROLE JURISDICIONAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Foi instituída a Lei nº 6.938/81 responsável por estabelecer regulamentos, fixar a estrutura legal e administrativa do procedimento de concessão do licenciamento ambiental, sendo estas as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente. A concessão de licença ambiental mostra-se necessária ante a possibilidade de implementação de atividades que possam causar qualquer espécie de degradação ambiental, por isso é um instrumento essencial na efetivação da tutela do direito a um meio ambiente equilibrado, permitindo o desenvolvimento sustentável. O licenciamento é um ato administrativo discricionário, por isso mostra-se necessário avaliar a atuação do judiciário, quando provocado, diante de situações irregulares na concessão da licença, passando a exercer o controle jurisdicional, analisando se os critérios utilizados para apreciar o caso estão de acordo com o princípio constitucional da administração pública, respeitando as diretrizes estabelecidas em lei a fim preservar o meio ambiente.

.....

Bruno de Alencar Alves
Ricardo Sevilha Mustafá

 **RESPONSABILIDADE CIVIL DA PESSOA JURÍDICA PELO DANO AMBIENTAL E SUA REPARAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Este artigo tem por objetivo tratar da responsabilidade civil da pessoa jurídica frente a determinado dano ambiental por ela causado e, também, apresentar as possíveis formas de reparação segundo as normas e leis vigentes do país. Para tal finalidade, foram adotadas diferentes formas de pesquisa, como Pesquisa Exploratória, Bibliográfica e de Campo. Tais pesquisas deram suporte ao entendimento das questões de responsabilidades gerais e específicas de cada setor da sociedade juntamente com as características do Direito Ambiental e as maneiras de reparação ao dano provocado por determinada categoria. Ficou claro a importância da discussão sobre esse assunto, uma vez que, embora pouco debatido, tem caráter indispensável para os dias atuais. Portanto, por meio de informações cuidadosamente selecionadas e trabalhadas, o presente artigo propõe-se a trazer uma visão panorâmica da importância dos princípios ambientais para a preservação, sustentabilidade e equilíbrio do meio ambiente, a fim de que ser humano e natureza coexistam harmonicamente.

.....

Civil /Processo Civil

*Antonieta Médici Salem Dal Fabbro Antoniazzi
Aline Storer*

ALIMENTOS AVOENGOS E SEUS CONTORNOS JURÍDICOS À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA SOLIDARIEDADE, DA MÚTUA ASSISTÊNCIA ENTRE FAMILIARES E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Este artigo tem como objetivo o estudo sobre o instituto da família, demonstrando sua evolução histórica, legislativa e seus princípios fundamentais, destacando, em especial, a dignidade da pessoa humana, solidariedade familiar, discorrendo também acerca do instituto dos alimentos, quanto suas espécies, características, sujeitos da obrigação e principalmente os requisitos para se averiguar a garantia do recebimento dos alimentos e da obrigação alimentar avoenga, quando da impossibilidade de um dos genitores prestar essa obrigação, seja pelo motivo de não dispor de recursos econômicos ou diverso, pela incapacidade ou morte, dando ênfase ao caráter subsidiário e complementar desta obrigação. Foi utilizado o método hipotético-dedutivo, para o desenvolvimento do projeto, pesquisando utilizando fontes como: a legislações vigente no Brasil, doutrinas específicas sobre o assunto e jurisprudência referente ao comparativo de caso prático.

.....

*Sttefany Aline Chaves Juliano
Luciano Henrique Diniz Ramires*

ASPECTOS JURÍDICOS DO ABANDONO AFETIVO: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL

O presente trabalho científico tem por objetivo trazer à baila uma visão geral e comparada do Direito de Família nos moldes anteriores e sua evolução social, bem como e principalmente os aspectos sócio jurídicos do abandono afetivo, apontando a importância do vínculo afetivo na formação da identidade do

ser humano, analisando ainda a jurisprudência e doutrina em casos concretos. O objetivo da pesquisa é indicar conceitos e também pressupostos da responsabilidade civil no ordenamento jurídico, passando por uma breve análise do fundamento da Dignidade da Pessoa Humana, princípio Constitucional, bem como nos Princípios norteadores do Direito de Família, entre eles o Princípio da Afetividade, e ainda uma abordagem cognitiva do Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo em vista o melhor interesse da criança quando aquele estiver diante de outros interesses. Posteriormente, busca-se mostrar a caracterização do dano moral quando caracterizado o abandono afetivo, bem como julgados com a referida matéria. Adotaram-se como métodos de abordagem indutivo; de procedimento pesquisa bibliográfica, de cunho teórico-prático.

.....

Milena de Oliveira dos Santos

Danilo Pierote Silva

A MULTA “ASTREINTE” NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O presente estudo pretende analisar o entendimento jurisprudencial e a legislação pertinente ao instituto da multa “astreinte”, uma vez que com o advento do Código de Processo Civil de 2015 foi introduzido novas disposições sobre o tema. Pretende-se levantar o entendimento jurisprudencial sobre a possibilidade de fixação, minoração e retirada da multa “astreinte” pelo magistrado sem qualquer requerimento das partes; bem como a segurança jurídica oriunda do instituto em análise e sua aplicação na ordem social.

.....

Larissa Roberta Pereira Milani

Luis Vieira Carlos Junior

ASPECTOS LEGAIS DO DIREITO AO ACESSO A SAÚDE E A EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Este trabalho pretende demonstrar com base nos aspectos históricos, legais e conceituais os direitos assegurados as Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais no que tange ao acesso a Saúde e Educação. Serão ponderadas e refle-

tidas as principais leis, decretos e documentos que asseguram que o direito ao tratamento de saúde e a inclusão do aluno portador de necessidades especiais seja resguardada. Como Problema de Pesquisa definiu-se o seguinte: Será que a legislação atual garante o acesso à saúde e a educação das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais? O Objetivo Geral deste centra-se em apresentar os avanços que as Políticas Públicas relacionadas à saúde e educação amparadas pela legislação representaram no decorrer dos anos para a pessoa portadora de necessidades especiais. Já como Objetivos Específicos pretende-se expor os conceitos referentes às necessidades especiais, distinguindo os tipos e limitações de cada necessidade; refletir sobre os prós e os contras das Políticas.

.....

Bianca Jeronymo Teixeira
Luciano Henrique Diniz Ramirez

GUARDA COMPARTILHADA

O presente artigo visa demonstrar, o que vem a ser a guarda compartilhada e, em especial, qual a mudança e seu “peso” na vida da criança, no sentido afetivo. Os poderes que são outorgados aos pais têm como fundamento o cumprimento de deveres para a efetiva proteção do filho menor, cujo maior intuito é o interesse da criança e do adolescente. Deve existir um comprometimento legal dos pais, que possuem o direito de instrumentalizar as necessidades de seus filhos. A guarda compartilhada é uma responsabilidade conjunta do exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não convivem mais sobre o mesmo teto.

.....

Priscila Ribeiro Poletti
Cesar Augusto Luiz Leonardo

A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

O trabalho irá tratar sobre o instituto da estabilização da tutela provisória requerida em caráter antecedente, que foi inserido no nosso sistema através do novo código de processo civil, em seu artigo 304. Busca-se analisar as características, os pressupostos e efeitos da estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada, bem como trazer soluções para os casos que não foram abordados pela lei, gerando entendimentos divergentes entre os operadores do direito.

Jéssica Navarro de Oliveira
Teofilo Marcelo de Area Leão Junior

O ABANDONO AFETIVO E A POSSÍVEL INCIDÊNCIA DO DANO MORAL

O presente artigo depreende-se, a partir da análise simultânea entre o avanço social e o Direito de Família, a fim de se examinar a possibilidade da indenização em razão da omissão paternal, onde há a faculdade da prole ingressar judicialmente para obter reparação pelo dano moral sofrido, ou até mesmo pelo desenvolvimento 'imperfeito' de sua personalidade até a vida adulta. Além da sucinta explanação aqui mencionada, observaremos também os direitos e deveres de pais para com os filhos, sob o prisma da legislação constitucional pátria e principalmente ao que tange a esfera afetiva dos mesmos. Diante a busca pelo questionamento envolto da eficácia da indenização pelo abandono em questão, os critérios exigidos para se judicializar a presente demanda, os métodos utilizados para se valorizar, e atribuir um valor pecuniário capaz de sancionar os genitores ausentes, caso sejam sucumbentes, além das consequências de um processo com tamanha complexidade para a relação paterno-filial.

.....

Thaís Cabrini Chambô
Aline Storer

OS CONTORNOS JURÍDICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PAIS E SUA RELAÇÃO COM A GUARDA DO MENOR NO BRASIL

O objetivo do presente artigo é examinar os contornos jurídicos acerca da responsabilidade civil dos pais pelos filhos menores, em contrapeso com o poder familiar. A fim de estabelecer uma pesquisa relevante sobre o objeto, será reunido todo o conjunto normativo brasileiro pertinente ao tema, desde os princípios e regras firmados na Constituição Federal até as normas infraconstitucionais, contrapondo-os e justificando-os com base na evolução histórica/social da família. Será analisado o instituto jurídico da filiação, que dá ensejo ao poder familiar e seu valor para a responsabilidade civil dos pais pelos filhos menores. O divórcio e a dissolução de união estável serão estudados, bem como as diversas modalidades de guarda. Dessa maneira, será demonstrado que atualmente o Di-

reito de Família brasileiro vivencia lacunas interpretativas acerca do tema, dando vasão à divergência jurisprudencial.

.....

Giovanna Brito Queiroz
Luis Vieira Carlos Júnior

ALIENAÇÃO PARENTAL

O presente trabalho apresenta a questão da alienação parental que aborda a prática dos pais que assim, dificultam a convivência do menor com o outro genitor que impede a convivência do mesmo na vida da criança alienada, sendo feita uma análise do comportamento do casal após a separação e a repercussão na vida de seus filhos.

.....

Nathália Rodrigues Grattão da Silva
Aline Storer

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DO ABANDONO AFETIVO

O presente trabalho alude sobre a responsabilidade civil por dano moral em virtude do descumprimento dos deveres oriundos do poder familiar pelos genitores em face de seus filhos menores, caracterizando o abandono afetivo. Assim, será apresentado o instituto da responsabilidade civil, bem como os aspectos jurídicos relevantes que embasam a entidade familiar e como esta pode sofrer a aplicabilidade da responsabilidade civil, com o intuito de verificar se o descumprimento dos deveres provenientes do poder familiar é apto e suficiente para ensejar direito à reparação de eventuais danos morais, em razão de restar configurada a prática do abandono afetivo e os consequentes reflexos no desenvolvimento da criança e do adolescente. Outrossim, averiguar-se-á o entendimento e o posicionamento dos Tribunais Superiores sobre o assunto. Por fim, informa que a metodologia adotada no presente artigo é o método hipotético-dedutivo, envolvendo pesquisas bibliográficas e jurisprudências acerca do tema.

.....

Thaisa Bellotti Silva
Luis Vieira Carlos Junior



A PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA E SEUS REFLEXOS NA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR E SUCESSÃO

O presente artigo busca analisar os reflexos da obrigação alimentar e sucessórios no âmbito da família reconstituída. Ao estudarmos a atual sociedade brasileira, é observado que os laços afetivos comumente se sobrepõem aos laços biológicos na formação de famílias. A família reconstituída nasce com a união de algumas pessoas, independente do sexo, com intuito de constituir família, conviver junto, dividir as responsabilidades cotidianas e educar seus filhos advindos de relacionamentos precedentes. O objetivo deste artigo é estudar os efeitos alimentares e sucessórios perante o direito de família, dos filhos não biológicos, mas os afetivos, ou seja, os filhos de relacionamentos anteriores que não tem contato com a família biológica, que são criados e educados dentro da família reconstituída, dependendo financeira e psicologicamente da família afetiva. Trata-se de direitos e deveres inerentes à pessoa humana, elencados no direito de família e sucessão. Como metodologia utilizou-se o modelo de pesquisa bibliográfica, doutrina existente e na jurisprudência.

.....

Matheus Sanches Garcia
César Augusto Luiz Leonardo



A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA

O trabalho se propõe a estudar a estabilização da tutela provisória, novidade legislativa trazida pelo Novo CPC, mas que já era objeto de estudo pela doutrina. O objetivo é analisar e contribuir para o estudo da temática, entendendo quando ocorre a estabilização, procedimentos, efeitos e eventuais recursos cabíveis. O método é o dedutivo aliado à pesquisa bibliográfica. Com o decorrer do trabalho, conclui-se que a positivação da estabilização está em sintonia com os princípios da celeridade e da razoável duração do processo. Contudo, pela própria lógica da sistemática, a estabilização está restrita a tutela provisória antecipada antecedente, limitando um pouco sua abrangência. Vimos que são necessários o preenchimento de requisitos pelo autor na inicial, que o juiz defira o pedido e que o réu seja inerte. Por fim, diferencia-se a estabilização da coisa julgada, onde percebe-se que se o autor quiser uma maior segurança jurídica, deverá correr o rito tradicional do procedimento comum.

Ana Cláudia Varga Ferreira

Luis Vieira Carlos Junior



A CONCORRÊNCIA ENTRE IRMÃOS NO DIREITO SUCESSÓRIO E A POSSÍVEL AFRONTA AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE

O direito sucessório regula a transmissão de bens deixados pelo falecido à herdeiros legítimos (descendente, ascendente, cônjuge e colateral) e/ou testamentários, incluídos por testamento. Dentre legítimos serão convocados os herdeiros necessários (descendentes, ascendentes e cônjuges/companheiro), na falta destes, os facultativos (colaterais). Convocados os irmãos, no caso em que houver bilateral e unilateral, o artigo 1841 do Código Civil 2002 diferenciará na forma de concorrer à sucessão. Essa regra própria gera dúvidas quanto à constitucionalidade, devido ao princípio da igualdade possuir grande importância no nosso ordenamento jurídico, devendo sempre ser observado na criação e aplicação da lei. Por isso será estudado as formas em que pode haver diferenciação sem violação do princípio, também a doutrina quanto ao tema. O método utilizado foi o comparativo, e o tipo de pesquisa qualitativa e teórica, usando de material bibliográfico. Devido às divergências em relação ao artigo mencionado sobre ser constitucional ou não, e da proteção que o estado tem que prover as famílias, tem grande importância o estudo desse tema para toda a sociedade.

.....

Patricia Guimarães Ferreira de Lima

Aline Storer



INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL EM DECORRÊNCIA DO DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE FIDELIDADE RECÍPROCA NO CASAMENTO

O presente trabalho versa sobre a responsabilidade civil por dano moral em decorrência da violação, por qualquer dos cônjuges, do dever legal de fidelidade recíproca na constância do casamento. Para tanto, faz-se necessário abordar aspectos jurídicos importantes que norteiam o instituto do casamento, em consoante análise com a responsabilidade civil, especificamente sobre o dano moral e suas peculiaridades, a fim de verificar se o descumprimento do dever de fidelidade recíproca nas relações conjugais é capaz e suficiente de gerar, em todo e qualquer caso, o direito a reparação por danos morais. Assim, busca-se

demonstrar as consequências de cunho patrimonial que podem gerar ao cônjuge infiel, em razão da inobservância do dever de fidelidade recíproca. Além disso, verificar-se-á como os Tribunais têm se manifestado acerca da matéria, tendo em vista carecer de previsão em lei. A metodologia adotada para a elaboração do presente artigo é o método hipotético-dedutivo, sendo elaborada por meio de pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais acerca do tema.

.....

Thaise Castro de Moura
Aline Storer

A GUARDA COMPARTILHADA E A PERSPECTIVA DA EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O presente artigo tem como escopo a análise histórica e conceitual do poder familiar no ordenamento jurídico pátrio, elucidando os aspectos jurídicos e sociais da guarda compartilhada à luz do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. Busca-se com o trabalho em comento, aclarar a importância da constância do poder familiar mesmo após a dissolução do casamento, tendo como basilar o instituto da guarda compartilhada como meio de garantia da participação direta dos ex-cônjuges na convivência pessoal com a prole. Pretende-se, portanto, demonstrar a viabilidade do instituto da guarda compartilhada como meio de garantia da efetividade do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, bem como demonstrar que no âmbito familiar, a guarda compartilhada funciona como mecanismo de preservação das relações familiares.

.....

Natália Tognon Crispim
Aline Storer

MULTIPARENTALIDADE: E O TEMPO TROUXE UM FILHO

O presente artigo busca analisar a multiparentalidade e os efeitos jurídicos decorrentes do seu reconhecimento. Para isso, utilizou-se pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais. Através deste trabalho, busca-se mostrar a entidade familiar no Brasil, bem como a família e a Constituição Federal 1988, e os princípios fundamentais do direito de família. Após, fora analisado os critérios caracterizadores da filiação, sendo eles, o critério jurídico, biológico e socioaf-

tivo, com a finalidade de constatar a igualdade jurídica entre eles, bem como o valor do afeto nas famílias brasileiras e seu valor diante do sistema jurídico. Após, passa-se a analisar o porquê deste reconhecimento nas relações familiares, e a primeira decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, e o Recurso Extraordinário com Repercussão Geral 622 que chegou ao Supremo Tribunal Federal sobre a multiparentalidade; em seguida, uma análise dos efeitos decorrentes do reconhecimento da filiação múltipla.

.....

Andressa Antoniassi
Luis Vieira Carlos Junior



O MENOR VÍTIMA DA ALIENAÇÃO PARENTAL E SEU DIREITO AO DANO MORAL

O presente trabalho trata da alienação parental e do direito do menor à reparação por dano moral, como forma de compensação, ao menos em parte, de todo o dano sofrido. Muitas vezes, com a dissolução da vida conjugal do casal, surgem muitos conflitos emocionais entre os envolvidos e, por essa razão, alguém com grande influência sobre o menor acaba utilizando-se dessa prática, ainda que inconscientemente, colocando o menor contra a pessoa de seu afeto como forma de dificultar ou até mesmo impedir a convivência entre eles. Essa pesquisa visa demonstrar os danos causáveis pela prática de alienação parental por alguém que detém a guarda ou vigilância da criança e do adolescente e como a concessão do direito ao dano moral ajudaria na retratação para com o menor. Através da pesquisa pode-se perceber que a reparação do menor pelo dano moral sofrido é imprescindível para seu restabelecimento efetivo.

.....

Vitória Correia da Silva
César Augusto Luiz Leonardo



MEDIAÇÃO E CONSTELAÇÃO FAMILIAR SISTÊMICA COMO INSTRUMENTOS DE RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE CONFLITOS

No presente artigo será trabalhada a questão da mediação aliada à constelação familiar como instrumento de resolução alternativa de conflitos, uma vez

que, diante do acúmulo cada vez maior de processos e a consequente demora em suas soluções faz-se necessária a busca de outros meios que auxiliem na resolução de conflitos sem congestionar o judiciário. A promulgação da Constituição Federal de 1988 garantiu o direito de acesso à justiça e a inafastabilidade do Poder Judiciário, ocasionando a cultura de sentença que desacelerou o andamento das ações e resultou na insatisfação das partes quanto à resolução de conflitos, necessitando assim, de meios alternativos para descongestionar a máquina do judicial. O objetivo deste artigo é mostrar como os meios alternativos podem ajudar a acabar com a morosidade do judiciário. No mais, a utilização da mediação em conjunto com a constelação familiar pode ser extremamente benéfica para as partes.

.....

Marcus Vinicius Ribeiro Furlaneto
Álvaro Telles Júnior

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL NEGATIVA PELO MOTIVO “MUDOU-SE” EM PROCESSO DE BUSCA E APREENSÃO PARA FINS DE CONSTITUIÇÃO EM MORA

O presente trabalho tem por alvo tratar da probabilidade de ajuizamento de ação executória de busca e apreensão, de cunho possessório, mesmo que a notificação extrajudicial para constituição em mora não tenha sido positiva, somente no caso de motivação “mudou-se”. Para tanto, o trabalho será desenvolvido através de estudo bibliográfico, bem como pelo estudo de importantes decisões dadas pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Em termos metodológicos, a pesquisa se desenvolve de maneira dedutiva.

.....

Rafaela Manhães Gabaldi
Luciano Henrique Diniz Ramires

ALIMENTOS AVOENGOS E SEUS ASPECTOS JURÍDICOS

O presente artigo, tem como principal objetivo, apresentar um estudo referente as principais características dos alimentos avoengos, um tema muito importante nos dias atuais, porém pouco analisado. O foco é na área cível, no entanto apresenta as formas de execução. Os alimentos avoengos são os alimentos devidos pelos avós em face de seus netos. Vale destacar que é uma obrigação

subsidiária, e não solidária, tendo em vista que é uma obrigação necessária no caso do genitor que não possui condições de arcar com tal pagamento. A pesquisa aborda também, sobre o parentesco e sobre o processo de fixação. Por fim, é um trabalho, cujo seu principal objetivo é demonstrar a possibilidade do cumprimento da alimentação pelos avós.

.....

Andrea Novaes Tucunduva
Luciano Henrique Diniz Ramires

USUCAPIÃO FAMILIAR

O trabalho aborda a usucapião familiar. Faz breve resumo acerca da usucapião, da posse e posteriormente detalha a usucapião familiar, já que alguns requisitos precisam ser cumpridos para que a propriedade do imóvel seja transferida. Por fim, faz breve conclusão sobre este instituto.

.....

Ana Cláudia Santos
Aline Storer

ALIENAÇÃO PARENTAL E SEUS REFLEXOS NO ABANDONO AFETIVO

Este presente estudo busca entender a alienação parental e seu o mecanismo do direito de família em especial aos filhos menores de idade em que vincula a entidade familiar. E dentre as relações de família busca na doutrina e na legislação todo funcionamento quando a entidade familiar é dissolvida, que pode gerar em muitas delas tanto a alienação parental quanto o abandono afetivo. A alienação parental podendo ocorrer tanto com casais separados como em casais que ainda estão vivendo no mesmo teto, e que ocorre por omissão ou ação o ato de campanha de implantação e falsas memórias, podendo causar danos irreversíveis para a criança ou adolescente. O abandono afetivo é resultado da omissão de um dos genitores que deixa de cumprir o seu dever legal de cuidar em âmbito geral do menor, o qual acarreta por diversos danos nos menores que passaram por este fato com o sentimento de rejeição e podendo ser reconhecido o dano moral refletindo em indenizações. E para finalizar este estudo é questionado se o abandono afetivo involuntário é possível?

.....

Tainara Barboza de Almeida
Cesar Augusto Luiz Leonardo



A INFIDELIDADE VIRTUAL E SEUS EFEITOS NO DIREITO DE FAMÍLIA

O tema proposto nesse trabalho é a infidelidade virtual, o qual hoje é bastante discutido, se tratando de um relacionamento mantido através da Internet onde se caracteriza pela vontade de se relacionar com alguém, que não seja o cônjuge ou companheiro. Considerando o fato de se estar comprometido, nesta situação a violação aos deveres entre os cônjuges, companheiros, conviventes deverá restar provado pela a vítima da “traição virtual”. Mediante utilização do método dedutivo, a partir da pesquisa bibliográfica, em primeiro momento é importante salientar que a infidelidade atinge a Constituição Federal, mesmo que essa modalidade de traição em nossa legislação possui poucos posicionamentos doutrinários e julgamentos, alguns doutrinadores começaram a dedicar-se sobre o tema. Diante de inúmeras mudanças em torno da sociedade diante do sugerido tema, observa-se o impacto que elas possuem dentro do ordenamento jurídico. Dentre os poucos doutrinadores que tratam deste assunto, o principal entendimento é que não há necessidade de chegar à conjunção carnal da prática, caracteriza mesmo assim, o que se é chamado de infidelidade entre os cônjuges. Em seguida, examina-se a postura do judiciário, para com a resolução de conflitos. Sendo assim, como está previsto na Constituição Federal o dano moral, será o principal direito a quem sofre com essa conduta infiel, não ficando impute quem a praticou.

.....

Felipe Marques de Almeida
Luis Vieira Carlos Junior



A BANALIDADE DO DANO MORAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O presente trabalho tem por objetivo analisar as formas com que o instituto do dano moral é erroneamente aplicado, culminando naquilo que é comumente chamado de indústria do dano moral, sendo que para tanto vem minuciar esse instituto do dano moral, observando todas as suas regras e requisitos e por fim analisar, lançando mão de uma revisão doutrinária e jurisprudencial, em

quais tipos de situações a indenização pelo dano moral decorrente de sua violação pode ou não ser aplicada.

.....

Victor Ragassi Fagundes
Ricardo Sevilha Mustafá



A RESPONSABILIDADE CIVIL EM DANOS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTÔNOMOS

O presente artigo científico visa o estudo de como serão responsabilizados os danos causados por um veículo autônomo, analisando as modalidades de responsabilidade previstas no ordenamento jurídico brasileiro, para definirmos qual a melhor responsabilidade a ser aplicada e quem será o responsável pela reparação. Ao longo do estudo, conclui-se que a melhor forma de responsabilidade a ser aplicada é a responsabilidade objetiva utilizando a responsabilidade por fato da coisa, visando responsabilizar o proprietário do veículo, pelo fato de este ter assumido o risco ao confiar no sistema autônomo do veículo, baseando-se também na teoria do risco e apresentando também a possibilidade de no futuro seja criada uma nova personalidade jurídica para os robôs possuidores de inteligência artificial.

.....

Bruna Graziela Santos
Aline Storer



A EFICÁCIA DAS MEDIDAS LEGAIS DE PROTEÇÃO DO MENOR NO CONTEXTO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

O presente artigo visa alcançar problemáticas na esfera do direito de família, provenientes de decomposições conjugais que culminam em alienação parental, devido à disputa da guarda do menor ou apenas por desejo de vingança diante de mágoa guardada por um dos genitores, gerada pelo divórcio. Conceitua-se alienação parental e apresenta a legislação específica, bem como, entendimentos jurisprudenciais da área. O termo Síndrome de Alienação Parental se propagou em 1985, graças aos estudos do então psiquiatra infantil Richard A. Gardner. Entretanto, só no ano de 2010 foi criada a Lei 12.318, no Brasil, a fim de proteger a criança ou adolescente de vivenciar este tipo de violência psicológica. Nesse cenário, o trabalho de conclusão de curso apresenta leis que descrevem

qual a conduta ora praticada, geradora da Síndrome de Alienação Parental, assim como, qual é o meio usado para eliminar ou ao menos reduzir esse tipo de comportamento, em face da criança e/ou adolescente.

.....

Lucas Vinicius Cambauva Cardoso
Luís Vieira Carlos Júnior



HOLDING FAMILIAR NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

O presente artigo tem como objetivo apresentar de forma sucinta as vantagens da constituição de uma holding familiar dentro do planejamento sucessório através de pesquisas bibliográficas pois ela surge como uma boa opção de organização e antecipação desse processo. Os negócios familiares representam uma grande parcela das empresas hoje existentes e claramente são visíveis os possíveis riscos, para as organizações rentáveis, de processos não planejados de sucessão empresarial pois são incontáveis os casos de negócios que eram lucrativos até a morte do responsável pelo comando das atividades e, a partir da sucessão, começaram a decair. Atualmente é gradativa a atenção nas questões que envolvem a constituição de holdings familiares. Esse interesse é oriundo da crescente preocupação em se proteger o patrimônio familiar na elaboração de organizações societárias para estruturar, salvaguardar e garantir a administração, o controle e a continuidade de patrimônio e negócios de uma família além de trazer benefícios financeiros, celeridade e vantagens no processo sucessório evitando conflitos e disputas familiares durante o inventário.

.....

Ana Lucia Ramalho
Luciano Henrique Diniz Ramires



RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA

Este artigo possui como tema o reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva e possui como um dos objetivos analisar a importância - e preponderância - da afetividade como elemento que dita a direção das relações familiares. Através da técnica de pesquisa indireta, e por meio do método dedutivo, realizou-se uma revisão bibliográfica sopesando os entendimentos sobre o tema de doutrinadores como DIAS (2017), BARROS (2005), entre outros, além da análise

do sistema normativo que rege a matéria. Diante do fenômeno da “desbiologização” do Direito das Famílias, percebe-se que quando se trata da parentalidade não há como permanecer, diante da atual configuração social, preso a ideias ortodoxas. É notável então que, tendo inafastável a máxima de que a família é o alicerce de toda a estrutura social, qualquer que seja sua composição, esta deve estar amparada pela proteção estatal segundo mecanismos que a compreendam e descomplicuem seu reconhecimento legal.

.....

Julia Spadon de Souza
Luís Vieira Carlos Júnior

 **ABANDONO AFETIVO INVERSO: DA RESPONSABILIDADE CIVIL E POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANO EXCLUSIVAMENTE MORAL**

O abandono afetivo inverso é caracterizado por casos de descuido dos filhos em relação aos seus genitores. No Brasil, nos dias atuais, tem sido cada vez mais frequente casos de abandono afetivo inverso. No entanto, a legislação sobre o tema é ainda incipiente para minimizar e garantir os direitos e o bem-estar da população idosa. Dessa forma, este artigo visa discutir a responsabilidade civil perante o abandono afetivo inverso, tendo como problemática os casos que envolvem somente dano moral. Para isso, parte-se da definição sobre responsabilidade civil, seus elementos idealizadores e as formas de repará-los, a partir da legislação e da literatura confrontada. A intenção foi discutir o tema a partir da compreensão da responsabilização civil decorrente do dever do cuidado, o qual é um valor jurídico garantido constitucionalmente. Buscou-se analisar a importância do afeto e os deveres exigíveis dentro do âmbito familiar para com seus membros, refletindo-se ainda sobre os princípios aplicáveis ao direito da família.

.....

Luciana Aparecida Rocha Ignácio
Vivianne Rigoldi

 **A LIBERDADE RELIGIOSA VERSUS A EVOLUÇÃO SOCIAL AMPARADA PELO DIREITO**

O presente artigo tem a finalidade de demonstrar a importância do avanço jurídico em frente às mudanças sociais ao longo do tempo, no que diz respei-

to aos novos arranjos familiares, em específico às famílias decorrentes de laços homoafetivos com base nos princípios constitucionais que norteiam o direito de família; como também identificar se a conquista da proteção jurídica das famílias formadas por pessoas do mesmo sexo representa afronta ao posicionamento religioso contrário a essa formação de entidade familiar e como também analisar se os dogmas cristãos prejudicam o que já está tutelado pelo direito.

.....

Thiago Roim Bonini
Luciano Henrique Diniz Ramires



A IMPARCIALIDADE DO MEDIADOR E CONCILIADOR

O presente trabalho visa estudar sobre algumas considerações a respeito dos princípios da conciliação e da mediação, impostas no Código de Processo Civil de 2015, realizadas em um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), que é uma unidade do Poder Judiciário especializada em atendimento ao público para uma solução consensual dos conflitos e orientações nas matérias de cidadania, ou seja, incentivo amigável para a solução de conflitos. A atenção estará especialmente focada sobre a aplicabilidade do Princípio da Imparcialidade, previsto na lei 13.140/2015, que constituem uma postura correta que devem ter os conciliadores e mediadores. Terá como finalidade, discorrer conceitos, reflexões, sobre aspectos subjetivos do princípio, o modo como devem se enquadrar para esta atividade, suas ações.

.....

Mariana Basseto Mariano
Aline Storer



INFIDELIDADE VIRTUAL E A POSSIBILIDADE DE SUA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL

Este artigo tem como tema central a possibilidade de se obter ou não indenização por danos morais em caso de um dos cônjuges não cumprir com seu dever de fidelidade e acabar por consumir a infidelidade de modo virtual. O objetivo geral é analisar a questão relativa ao porquê em alguns casos não é possível gerar responsabilidade civil por este novo modelo de infidelidade e buscar uma igualdade no tocante a infidelidade carnal que, por outro lado, é possível uma responsabilização pecuniária na maioria dos casos. Já o objetivo específico

é de encontrar uma melhor explicação sobre a questão, através do uso de procedimentos técnicos bibliográficos, legislações sobre o tema (dispositivos que são aplicados à analogia), jurisprudenciais e compreender, por meio dos resultados obtidos os entendimentos do Poder Judiciário ao longo do tempo. Enfim conclui-se que, por mais que houve o não cumprimento da fidelidade recíproca por um dos consortes, não são todos os casos que os Tribunais Superiores irão deferir danos morais para a parte prejudicada.

.....

Gabriela Souza e Silva
Aline Storer

ALIAENAÇÃO PARENTAL E OS IMPACTOS JURÍDICOS NA VIDA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Alienação Parental sempre existiu, mas, atualmente, ficou mais fácil defini-la e dar a devida proteção às crianças e aos adolescentes vítimas de tal abuso psicológico praticado pelos próprios pais. Objetivo: Identificar na literatura brasileira as publicações existentes que tratam das alienações parentais, com foco nas estratégias jurídicas e aos danos provocados aos alienados. Método: Esta pesquisa foi elaborada a partir de uma revisão da literatura. Para a identificação da produção científica acerca do assunto foram utilizadas as palavras “alienação parental”, “crianças e adolescentes”, “organização familiar” e “Direito de Família”. Conclusão: O estudo mostrou que a Alienação Parental leva a nervosismo e a ansiedade, além de acarretar comportamentos agressivos e comprometimento de vínculo afetivo, o que poderá levar a prejuízos no desenvolvimento psicológico do menor. Todavia, não obstante a isso, ainda foi possível identificar que o abuso ocorrido na prática da Alienação Parental pode produzir sofrimento psicológico em outras pessoas da família. Neste sentido, é necessário que as vítimas recebam atendimento multiprofissional para reduzir os danos.

.....

Larissa Fernanda Nonato Gelsi
Luis Vieira Carlos Junior

A ALIAENAÇÃO PARENTAL: AS POSSÍVEIS MEDIDAS COERCITIVAS

Pensar na alienação parental nos leva a reconhecer a sua complexidade e a entender que são inúmeras as influências que tal ato exerce no desenvolvi-

mento cognitivo, social, emocional e principalmente na violação do direito fundamental da criança ou do adolescente à convivência familiar saudável. Nessa perspectiva, os genitores que cometem a alienação parental devem ser responsabilizados e penalizados por meio de mecanismos para disciplinar este tipo de conduta que se torna prejudicial à criança e/ou adolescente. O estudo tem como objetivo identificar quais são as possíveis medidas coercitivas a serem aplicadas aos membros da família que praticam a alienação parental. Podemos considerar com este estudo, que a alienação parental consiste em realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade. E como possíveis medidas coercitivas identificamos a possibilidade de advertência, multa, alteração ou inversão da guarda, fixação cautelar de domicílio do infante e suspensão da autoridade parental, podendo ainda o alienador, sem prejuízo de responsabilização civil (danos morais e materiais), responder a processo criminal por diversos delitos.

.....

Jaqueline Yurie Miura

Luciano Henrique Diniz Ramires



ANÁLISE DO CONTEÚDO SOBRE O DEVER E RECIPROCIDADE NA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS ENTRE FILHOS E PAIS

Análise do conteúdo sobre o dever do filho em prestar alimentos aos seus pais da proteção jurídica entre filhos e pais, em comprovação do binômio de necessidade e possibilidade, favorece questionamentos sobre a prática do direito. A fim de caracterizar uma melhor explicação para o problema, a presente pesquisa analisou e identificou os estudos sobre as descrições de como se diminui o compromisso familiar e a reciprocidade da prestação alimentar entre pais e filhos, em casos de filhos que se omitem de suas responsabilidades legal ou afetiva. A revisão bibliográfica sistemática teve como foco o período em que se estabeleceu o marco legal que trata sobre o direito e o dever de prestar alimentos, ou seja, Art. 1708 do Código Civil - Lei 10406/02. O material foi obtido por meio de artigos publicados em revistas especializadas, livros, acórdãos de tribunais superiores, textos publicados na internet, anais de congressos, anais dos debates legislativos. Observaram-se, por meio dos estudos de casos sobre do dever do filho em prestar alimentos aos seus pais que, muitas vezes, pouco conhece os aspectos relacionados a sua condição. Também, há estratégias jurídicas relevantes para que o processo de diminuição do compromisso em casos de filhos que se omitem de suas responsabilidades legal ou afetiva.

Constitucional / Processo Constitucional

Renata Sudário Zanetti
Edinilson Donisete Machado

A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO-SOCIAL BRASILEIRO

Por meio deste trabalho analisaremos a competência acerca do tema discutido na ADPF 442, que pretende a descriminalização da interrupção da gravidez até a 12ª semana de gestação. Isso porque a ADPF 442 tem sido alvo de posicionamentos distintos, não só acerca do tema, mas quanto a sua competência, por se tratar de matéria, que em tese, deveria ser de responsabilidade do Poder Legislativo. Para tanto há de se analisar aspectos do Congresso Nacional frente ao tema, bem como, o Poder Judiciário, já que este veio a ser o órgão usado para propor a ADPF 442 e assim, considerando os princípios fundamentais salvos pela Constituição Federal, ter um posicionamento crítico com base jurídica frente ao problema em questão.

.....

Alessandro Junior de Almeida
Vivianne Rigoldi

O ATIVISMO JUDICIAL NA SUPREMA CORTE DECORRENTE DOS INTERESSES POLÍTICOS

O trabalho refere-se à propagação de decisões voltadas a decisões com cunho de interesses políticos prolatadas pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal nos últimos anos. Trata-se de uma abordagem ao contexto histórico da formação/constituição do STF, inclusive a forma com que são escolhidos os Ministros para representar a Suprema Corte.

.....

Emerson Almeida dos Santos Cordeiro
César Augusto Luiz Leonardo



FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS

O trabalho busca discutir a respeito do financiamento de campanhas eleitorais, buscando compreender as principais mudanças normativas no aspecto histórico-evolutivo com ênfase a substituição parcial do método de financiamento misto após a aprovação da ADI 4650 e quais foram as suas influências diretas nas eleições posteriores a aprovação da ADI e as principais vantagens de cada espécie de financiamento e qual espécie adotada pelo Brasil. Após aclarar os principais pontos de cada espécie foi possível concluir que estas devem ter suas vantagens exploradas dentro do contexto de uma reforma política que para ter sua eficiência aplicada, se faz necessária uma reforma do pensamento político tanto numa reforma ética nas questões econômicas como na educação também. Empregar-se-á, neste trabalho, o método comparativo, optando-se pela pesquisa bibliográfica e documental como procedimento metodológico para a sua realização.

.....

Bruno de Santis Rezende
César Augusto Luiz Leonardo



A MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL E SEGURANÇA JURÍDICA ENTRE MUDANÇA E PERMANÊNCIA

O presente artigo trata da relação entre as mutações constitucionais e o princípio da segurança jurídica. Busca diferenciar as alterações formais e informais da Constituição, bem como os limites que as mutações, em seu aspecto dinâmico, encontram no programa normativo dos dispositivos constitucionais e nos direitos fundamentais. Disserta sobre o princípio da segurança jurídica, por intermédio do qual a relação entre o Estado e os indivíduos é acentuada. Investiga sobre as dimensões objetiva e subjetiva da segurança jurídica e oferece como sugestão que esta pode ser um limite para eventuais abusos de poder e um caminho para demandas de estabilização das decisões governamentais. Utilizou-se neste trabalho, o método hipotético-dedutivo, optando-se pela pesquisa bibliográfica como o procedimento metodológico para sua realização.

.....

Carolina Fernanda Farinazzi Silva
Cesar Augusto Luiz Leonardo

A ABSTRATIVIZAÇÃO DOS EFEITOS NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE

A presente obra tem por objetivo realizar um estudo acerca do controle difuso de constitucionalidade e suas peculiaridades, sob o prisma dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade do aspecto de controle incidental. A principal preocupação deste artigo é discorrer a respeito do papel do Senado Federal na suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em Recurso Extraordinário, que possui previsão no artigo 52, X da Constituição da República Federativa do Brasil e que sofreu uma verdadeira mutação constitucional, conforme argumento levado ao Supremo Tribunal Federal. Este argumento trouxe certa aproximação em relação aos efeitos do controle difuso com os efeitos do controle concentrado de constitucionalidade e trouxe mudanças significativas para a ordem constitucional vigente. Nesse viés, na presente revisão de literatura, na qual será empregado o método dedutivo e a pesquisa qualitativa, serão destacados os principais aspectos do Controle Difuso de Constitucionalidade, bem como seus efeitos, para, em seguida, enfatizar a abstrativização dos efeitos desse controle.

.....

Ana Júlia Santos Nascimento
Vivianne Rigoldi

O DIREITO SOCIAL À SEGURANÇA E A VIOLÊNCIA URBANA NO BRASIL - O DESCASO DO ESTADO COM A SEGURANÇA PÚBLICA E SEUS REFLEXOS NA ATUALIDADE

A presente pesquisa, por meio de estudo doutrinário e legislativo, tem por finalidade analisar a efetivação do direito social à segurança atualmente no Brasil, sobretudo, no que se refere a violência urbana. A segurança pública é um dos grandes problemas contemporâneos a ser enfrentado pelas autoridades públicas, as quais, muitas vezes, utilizam-se de métodos apenas paliativos diante das situações, sem, de fato, obterem soluções satisfatórias. Por esta razão, cada vez mais o cidadão brasileiro é envolvido pelo sentimento de impunidade e buscando por métodos individuais capazes de promover a autosegurança. Desta

forma, em suma, a pesquisa esclarece quais as principais causas para o atual quadro da segurança pública no Brasil, bem como os métodos mais eficazes para dirimir a violência urbana, que tem crescido significativamente e atemorizado os cidadãos.

.....

Kerolayne Christin Silvério
Cesar Augusto Luiz Leonardo



ANÁLISE SOBRE OS EFEITOS DO FENÔMENO DO NEOCONSTITUCIONALISMO NO BRASIL

Visa-se analisar as inúmeras mudanças que ocorrem dentro da sociedade e o impacto que causam em nosso ordenamento jurídico. É evidente que, o direito positivado não é capaz de por si só de acompanhar todas as condutas do homem, uma vez que seria impossível ao legislador prever todos os acontecimentos que poderiam ocorrer ao passar dos anos. Desta forma, mediante utilização do método dedutivo, a partir da pesquisa bibliográfica, expõe-se uma breve linha do tempo no que diz respeito ao sistema anteriormente vigente na sociedade, o positivismo jurídico. Em seguida, examina-se a superação do positivismo jurídico e os primeiros traços do movimento neoconstitucional, destacando-se alguns dos principais efeitos positivos decorrentes deste movimento, como a separação do direito e da moral e a concretização dos direitos fundamentais. Por fim, destaca-se três institutos decorrentes do neoconstitucionalismo essenciais para os dias atuais, quais sejam: uma suposta violação ao princípio da separação dos poderes, o recorrente ativismo judicial e, como consequência uma suposta judiciocracia limitadora da democracia.

.....

Andréia Aparecida de Oliveira
Alexandre Sormani



O DIREITO AO ACESSO A INFORMAÇÃO NA ÁREA JUDICIAL ATRAVÉS DA OUVIDORIA

O presente artigo visa demonstrar a utilização da Ouvidoria para efetivar o direito do cidadão ao acesso a informação no âmbito judicial. O objetivo do artigo foi demonstrar para quais finalidades o cidadão utiliza a Ouvidoria Judicial. Para tanto, devido ao grande quantitativo de Ouvidorias na esfera judicial, a título

de demonstração, através de uma pesquisa quali-quantitativa realizamos análise do Relatório anual da Ouvidoria da Justiça Federal do Estado de São Paulo. Após o levantamento de dados, percebe-se que há expressivo número de utilização do canal de Ouvidoria para fazer reclamações e para ter acesso à informação sobre andamento do processo. Porém apesar da ouvidoria ser um instrumento que contribui para a viabilização da participação popular na gestão pública, onde o cidadão pode registrar sua sugestão para melhorar a qualidade do serviço público, identificou-se que o canal da ouvidoria é pouco utilizado pelos cidadãos para registrar sugestões.

Consumidor / Empresarial/ Econômico

*Luiz Carlos Ferrari Júnior
Adriano De Oliveira Martins*

DA SUCESSÃO HEREDITÁRIA: A IMPLEMENTAÇÃO DA HOLDING FAMILIAR COMO UMA ALTERNATIVA AO PROCESSO DE INVENTÁRIO

O procedimento de sucessão hereditária no ordenamento jurídico brasileiro apresenta-se um tanto quanto dispendioso, as divergências e litígios entre os herdeiros do de cujus, além do desgaste nas relações familiares, contribui para que o processo de inventário seja dotado de morosidade. Não é incomum dizer que o tempo de conclusão de um inventário litigioso é de em média cinco anos. Neste contexto, a constituição de uma empresa denominada Holding Familiar vem com a finalidade de se realizar um planejamento sucessório a família, fazendo com o que o procedimento de sucessão seja célere, econômico, evitando disputas dos herdeiros pelo patrimônio. Além dos benefícios em relação a sucessão, a Holding Familiar oferece melhor gestão ao patrimônio, como a redução da carga tributária ao autor da herança que possua imóveis ao seu patrimônio. Dessa forma a Holding Familiar revela-se como uma alternativa ao processo de inventário.

Alan Júnior dos Santos

Adriano de Oliveira Martins



A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO SÓCIO DA SOCIEDADE LIMITADA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Este artigo pretende buscar soluções para a abusiva responsabilização patrimonial dos sócios na sociedade limitada em relação ao Código de Defesa do Consumidor. Neste tipo societário, a responsabilização patrimonial dos sócios é limitada, o que atrai inúmeros empreendedores para esta espécie societária que protege o patrimônio pessoal dos sócios, gerando mais empresas e todos os seus benefícios para a sociedade. Ocorre que, no parágrafo 5º do artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor, existe previsão de que o patrimônio do sócio poderá ser responsabilizado se houver qualquer obstáculo para que o consumidor seja ressarcido, o que conflita gerando com o princípio da autonomia empresarial, além de desestimular a tão importante atividade empresarial. Empregar-se-á, neste trabalho, o método hipotético dedutivo, optando-se pela pesquisa bibliográfica como o procedimento metodológico para sua realização.

.....

Alisson Matheus Faria de Souza

Adriano de Oliveira Martins



A RESPONSABILIDADE DO ADMINISTRADOR JUDICIAL NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O presente estudo trata da responsabilidade do administrador judicial na recuperação judicial da empresa. O presente trabalho busca analisar o instituto jurídico da recuperação judicial, à luz da Lei nº 11.101/2005, bem assim a figura do administrador judicial, abordando as suas funções e, principalmente, a responsabilização de seus atos. Esta pesquisa utilizou-se da metodologia hipotético-dedutiva e também da análise bibliográfica, legislativa e jurisprudencial como fonte de observação teórica para melhor compreensão do tema em foco. O presente trabalho permitiu aferir que a aplicação da responsabilidade do administrador judicial é fundamental para o processo de recuperação da empresa a fim de garantir a reparação dos danos causados, assim como para assegurar o controle judicial, conferindo, assim, maior segurança jurídica a todos envolvidos no processo.

.....

Rita de Cássia Santana Moreira
Adriano de Oliveira Martins

A VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DE VARAS REGIONAIS ESPECIALIZADAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIAS NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

O advento da Lei 11.101/05 (Lei de Recuperação de Empresas e Falências) trouxe uma série de inovações ao ordenamento jurídico brasileiro através dos institutos da recuperação e falência de empresas em crise, seja para buscar sua preservação ou, ainda, seu regular encerramento. Todavia, o Projeto de Lei 10.022/2018, visa alterar referida lei propondo a criação de varas regionais especializadas para tratar de questões de insolvência empresarial. Assim, o presente trabalho busca explorar tais institutos com foco na viabilidade de varas especializadas em recuperação judicial e falências, adotando-se como procedimento metodológico o raciocínio hipotético-dedutivo, bem como o procedimento de análise de conteúdo em pesquisa bibliográfica, jurisprudencial, legislativa e estatística. Através do exposto, entende-se que a especialização de varas traz maior celeridade ao processo, segurança jurídica, efetivo acesso à justiça, maior economia processual, sendo benéfica a instalação de varas regionais.

.....

Michele Martins Barbosa
Teófilo Marcelo de Arêa Leão Júnior

A ÉTICA NA PUBLICIDADE E A LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA

É público e notório o fato de que os fornecedores no atual mercado consumerista utilizam a publicidade de forma maciça para convencer os consumidores da pseudo necessidade de comprar o produto ou contratar o serviço que estão divulgando, exatamente por isso é indispensável a presença da verdade e da ética, para que as informações publicitárias sejam verdadeiras e claras, não iludindo ou ludibriando o consumidor. O Código de Defesa do Consumidor veda expressamente a prática da publicidade enganosa e abusiva que prejudica a real avaliação do consumidor para um consumo consciente. Esta vedação legal busca proteger o consumidor parte vulnerável, efetivando a igualdade real e o equilíbrio nas relações jurídicas, direito fundamental expresso na Constituição Federal Brasileira.

.....

*João Victor Graça Donato
Adriano de Oliveira Martins*



A IMPORTÂNCIA DA ASSESSORIA JURÍDICA NAS STARTUPS

No crescente avanço das novas tecnologias no mundo, a Startup aparece como uma transformação do empreendedorismo, trazendo inovações e fazendo com que o mercado de negócios esteja cada vez mais competitivo. Diante dessas transformações, aliado aos efeitos da quarta revolução industrial, o advogado é a solução essencial em meio as novas legislações, que por sua vez, exigem uma assessoria jurídica, especializada, ampla, efetiva, estratégica e com soluções inovadoras para que as Startups, não somente cresçam, mas tenham um desenvolvimento muito rápido e estável. Com isso, através do método dedutivo, vem a presente pesquisa demonstrar a grande importância da assessoria jurídica nas startups, a fim de que muitas delas que possuam negócios potenciais em seu nicho, prosperem, e não acabem sendo fechados pela falta da adoção de medidas que somente os profissionais do direito, podem oferecer.

.....

*Julie Anne Alves de Oliveira
Adriano de Oliveira Martins*



A FUNÇÃO SOCIAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DAS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O presente artigo pretende demonstrar os aspectos do princípio da função social no âmbito da recuperação judicial das microempresas e empresas de pequeno porte. A recuperação judicial especial vem para facilitar a liquidação de dívidas das microempresas e empresas de pequeno porte para que as mesmas continuem com a sua produção e efetivação dos direitos sociais como emprego formal e justo possibilitando aos trabalhadores uma vida digna. Com isso a empresa tem fundamental responsabilidade para contribuir com a formalização de empregos, gerando rendas e possibilitando ao trabalhador o seu sustento. Então a recuperação judicial conduz tratamento diferenciado e benéfico à microempresa e empresa de pequeno porte, de forma a atender aos preceitos constitucionais, flexibilizando algumas etapas do procedimento, de forma a diminuir os custos do pedido de recuperação para preservar a função social, auxiliando o Estado na garantia dos direitos fundamentais, inerentes ao homem.

.....

Ana Clara Prado Parpineli
Adriano de Oliveira Martins

RECUPERAÇÃO JUDICIAL E PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA: ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DE BENS DE CAPITAL ESSENCIAIS

A Lei nº 11.101/2005 traz o instituto da recuperação judicial para as empresas cuja viabilidade econômica é possível, buscando ao máximo efetivar o princípio da preservação da empresa decorrente da sua função social. Entretanto, alguns créditos ainda estão excluídos deste instituto, como é o caso da propriedade fiduciária, dentre os seus bens, alguns são considerados bens essenciais à atividade empresarial, cujo prazo do *automatic stay* pode ser prorrogado para a manutenção da posse do bem dos bens garantidos com alienação fiduciária, e por conseguinte, propiciando na continuação da atividade, ao invés da retirada, pelo alienante. O presente estudo utiliza-se da metodologia hipotético-dedutiva e análise bibliográfica como fonte de observação teórica para melhor aplicação dos processos que envolvem a alienação fiduciária de bens de capital essenciais do empresário em recuperação judicial.

.....

André Victor Miranda Figueiredo
Adriano Martins de Oliveira

INCLUSÃO DO CRÉDITO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Trata-se de artigo científico efetuado com base no ordenamento jurídico brasileiro, através de pesquisas doutrinárias, jurisprudenciais e legais, que pretende, através do método hipotético-dedutivo, a exposição dos benefícios de eventual inclusão do crédito com garantia móvel de alienação fiduciária na recuperação judicial da empresa em crise, buscando assim demonstrar maior justiça e liberdade ao setor empresarial e consequente alavanco da economia geral, demonstrando-se os efeitos imediatos produzidos na sociedade, com referência no princípio da função social da empresa, o qual condiz diretamente com o povo trabalhador, com o consumidor final dos produtos de mercado e com o Estado tributador, ressaltando também o princípio da preservação da empresa e sua atividade econômica. Neste sentido, busca-se demonstrar uma análise real da situação dos empresários perante as Instituições Financeiras, as quais se tornaram pilar fundamental para estabilização da atividade empresarial no mercado e,

consequentemente, esclarecer a relevância do produto ora abordado, qual seja, o de créditos com garantia real de alienação fiduciária, da segmentação de bens móveis, abordando a utilidade da garantia no dia à dia da atividade empresarial, respectivamente a necessidade do empresário poder incluí-los no concurso de credores da recuperação judicial, criticando assim a não sujeição de tal crédito aos efeitos da recuperação judicial e finalmente, trazendo apoio aos movimentos da classe empresária para a devida alteração da Lei 11.101/05, especificamente ao art. 49, §3º, com fundamento no princípio constitucional do direito de propriedade, aos princípios da função social e preservação da empresa e à natureza jurídica contratual da recuperação judicial.

.....

Susane Fernandes Neves
Daniela Ramos Marinho Gomes

 **PAPEL DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA: ANÁLISE SOB O OLHAR
DAS IMPRESSORAS 3D**

A presente pesquisa trata da relação entre as transformações advindas da utilização da tecnologia da impressora 3D com os impactos econômicos, sociais e jurídicos decorrentes. Assim, objetivou-se de analisar as novas tecnologias como fator principal das grandes mudanças que trazem impactos ao desenvolvimento econômico e social na sociedade, ao fazer emergir uma nova perspectiva na ordem econômica, que agrega valores aos mais diversos produtos; assim como transformações aos mais diversos setores da economia, e com efeitos imediatos no consumo e na fabricação de produtos e mercadorias. Através de pesquisa-bibliográfica, buscou-se realizar uma análise nas alterações colocadas por este novo paradigma da economia, bem como a necessária presença de adequação jurídica. Foi utilizado o método hipotético-dedutivo, visando ao entendimento de que estas novas tecnologias impulsionaram um novo paradigma de produção e consumo de mercadorias ao efetivar uma revolução no setor econômico.

.....

Nathalia Ortega de Almeida
Gustavo Henrique De Andrade Cordeiro

RESTRIÇÃO DA PUBLICIDADE INFANTIL

A presente pesquisa investigou a regulamentação da publicidade infantil e o debate acadêmico em torno do direito da criança e do adolescente e a restrição da liberdade de expressão publicitária. Objetivou-se analisar as normativas legais acerca da publicidade infantil e investigar a produção científica sobre a temática abordada. Assim foi realizado uma pesquisa bibliográfica sobre a temática um levantamento documental acerca das normativas legais que ordenam e regulam a publicidade infantil, para tal foram analisados O Código de Defesa do Consumidor; da Criança e do Adolescente; e o código de auto-regulamentação publicitária do Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária. O desenvolvimento da pesquisa apontou para a existência no debate científico da nossa área, a coexistência do embate entre dois entendimentos acerca do tema. O primeiro defende que a publicidade infantil deve ser regulamentada para que eventuais abusos que ferem os direitos da criança e do adolescente não sejam efetivados; o segundo entende que a regulamentação da publicidade infantil viola um princípio fundamental da Constituição Federal de 1988, a liberdade de expressão.

.....

Luis Pedro Alves de Oliveira
Adriano de Oliveira Martins

A CONVERSÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA EM QUIROGRAFÁRIO NO CASO DE CESSÃO DE CRÉDITO DURANTE O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Quem é que nunca se viu amedrontado ante as responsabilidades pecuniárias assumidas? Isto se chama crise financeira. O empresário brasileiro tem que buscar muitas formas para garantir o crescimento de seu negócio e ainda manter a estrutura de sua empresa. Pensando nisso e considerando uma grande onda de falências, surge em 2005 a lei de Recuperação Judicial e Falências que regulamentou essa necessidade de sair da crise. Junto com essa regulamentação surgiu a possibilidade de ceder o crédito trabalhista nesse processo. Porém essa mesma lei, determina que o mesmo ao ser cedido seja considerado quirografário na hora de habilitá-lo. Muito se discutiu sobre isso, já que tornaria a cessão do

crédito inviável já que ao descaracterizá-la estaria tirando suas prerrogativas, de forma que, essa divergência divide a doutrina até os dias atuais.

Difusos / Coletivos / Humanos/ Infância / Ensino

Júlia Ariane Carnaúba Pereira
Teófilo Marcelo De Arêa Leão

INFLUXOS DA RELIGIÃO NO DIREITO E CONTROLE SOCIAL

Ao fazer uma breve análise da nossa Constituição Federal e Códigos em relação a alguns acontecimentos atuais, vê-se claramente a sociedade e o Direito completamente influenciados pela religião, deste modo, mediante a pesquisa bibliográfica, artigos sobre o tema e breve estudo histórico, o presente artigo pretende provar a importância da fé para a vida humana, bem como a grande influência das religiões nos diversos ramos da sociedade, inclusive quanto a ação que exerce no Direito. A proposta é fazer uma busca e reflexão do que é profano e sagrado nas diretrizes do Direito, bem como, demonstrar que as escrituras sagradas possuem ligação direta com formas de trilhar ou condenar algum tipo de conduta, sendo utilizada inclusive para criação de regras em sociedade.

.....

Filipe Simão Cardoso
Teófilo Marcelo de Arêa Leão

O MÉTODO DO CASO COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO PARA O ENSINO JURÍDICO BRASILEIRO

Este trabalho tem por objetivo analisar o Método do Caso e a aprendizagem por meio do “problema” como instrumento didático à disposição do ensino jurídico, inicialmente empregado na Universidade de Harvard. A princípio, é apre-

sentado críticas ao Método Expositivo que ainda costuma ser a principal maneira de se transferir ensinamentos jurídicos no Brasil. Na sequência, é demonstrada a distinção entre o Método do Caso, que apresenta um viés didático, e o Estudo de Caso, utilizado com ferramenta de pesquisa científica. Posteriormente, é apresentada a origem histórica do Método do Caso, as suas variações, bem como as suas vantagens e desvantagens em comparação com o sistema tradicional da aula expositiva, ressaltando também a pertinência dos métodos inovadores em países sem a tradição do Common Law, como o Brasil.

.....

Laura Batista Leal Bragante
Vivianne Rigoldi

DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO E SUA EFICÁCIA PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Este artigo tem o objetivo de demonstrar a importância da educação como direito social para o efetivo exercício da cidadania. Primeiramente se discute o princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento para a vida em sociedade e como a dignidade pode ser alcançada com a garantia do direito social à educação. Ao passo que se tem um direito social garantido, tem-se, portanto, garantido também o direito à igualdade. Com o fornecimento adequado dos direitos sociais e com a salvaguarda da igualdade, pode-se almejar o exercício da cidadania. O objetivo deste trabalho, portanto, é identificar se o ensino garantido pelo Estado proporciona condições para o conhecimento crítico e não apenas técnico-reprodutivo, de modo que torne possível o desenvolvimento do cidadão, para que este seja capaz de exercer uma vida política contribuindo para a harmonia da sociedade. A metodologia utilizada para tal foi o método dedutivo, utilizando-se da pesquisa bibliográfica documental. Por fim, demonstrar-se-á a necessidade de uma política pública que proporcione o desenvolvimento do conhecimento crítico da pessoa para o exercício da cidadania.

.....

Bruna Tavares de Freitas
Clarissa Chagas Sanches Monassa

TENDÊNCIAS DE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL

O propósito do presente trabalho é a realização de estudo acerca dos refugiados e imigrantes, por meio de técnica de coleta de dados bibliográfica e documental, utilizando-se o método dedutivo. A efetivação da proteção dessas pessoas se sujeita a vontade política dos Estados, por tratados e elaboração de leis nacionais. Contudo, tal dependência traz consigo limitações, especialmente aos direitos sociais, resultando em pressão estatal a fim de limitar o reconhecimento regular desses indivíduos. O trabalho é justificável, ante a relevância do tema que tem se mostrado atual e sobremaneira necessário após o advento da nova legislação em 2017. Conclui-se que a falta de informação impossibilita a compreensão sobre as necessidades basilares dos refugiados e imigrantes, sendo primordial a conciliação do interesse de Estado e dos nacionais dos países de acolhida, para que ocorra, além do reconhecimento administrativo, o senso de pertencimento a uma comunidade, olvidando-se de subterfúgios para trazer um padrão mínimo de proteção a todos os cidadãos, aplicando-se as convenções dos direitos humanos e leis nacionais.

.....

Matheus dos Santos Macedo
Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

A IMPORTÂNCIA DE MARTINHO LUTERO E SUA REFORMA PROTESTANTE NA EDUCAÇÃO E A INFLUÊNCIA NO DIREITO E SEUS ASPECTOS FUNDAMENTAIS E SOCIOECONÔMICOS

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo apresentar a importância de Martinho Lutero e as influências da Reforma Protestante em meio à sociedade medieval na época e seus reflexos nos dias atuais, após mais de 500 anos. O ponto de partida foi de um homem indignado com o que acontecia no século XVI. Através de seu conhecimento das escrituras, teve coragem de se opor as barbáries de seu tempo, como comercialização dos pecados e de perdão praticados pela Igreja. De forma precisa, o Monge exerceu um papel decisivo para a modificação da mentalidade e cultura política europeia. Sendo um dos percursores do surgimento da educação pública, com objetivos de capacitação intelectual e moral das pessoas e seu modelo de formação que contribuiu para o

desenvolvimento não apenas da comunidade alemã, mas em sentido extensivo para a humanidade. Como também, a representatividade das ideias Luteranas que desencadeou um novo modelo de estado, seja na economia, política, social e nos direitos fundamentais do homem (Direito à liberdade de pensamento e expressão, direitos humanos e direitos de ir e vir).

.....

*Isadora Tremeschin Barreira
Clarissa Chagas Sanches Monassa*

 **O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA PROTEÇÃO DOS IMIGRANTES E REFUGIADOS: ESTUDO SOB A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA**

Considerando que a Dignidade da Pessoa Humana surge como um instrumento capaz de efetivar Direitos Fundamentais de qualquer ser humano, sem distinções, objetiva-se analisar a influência do Princípio na formação de Constituições Democráticas ao redor do mundo e como é protegida pelo ordenamento jurídico internacional através do acolhimento de imigrantes e refugiados, sendo especialmente realizada no Brasil pela Defensoria Pública. Para tanto, procede-se através do método dedutivo com coleta de dados documental, bibliográfica e via internet. Desse modo, observa-se que a Defensoria Pública realiza um trabalho ativo na proteção de imigrantes e refugiados a fim de garantir a Dignidade da Pessoa Humana, o que permite concluir que o Estado deve fomentar organizações que garantem os Direitos Humanos a estes sujeitos dotados de vulnerabilidade.

.....

*Sandra Sayuri Hayashida
Teófilo Area Leão Júnior*

 **DIREITO DOS DEFICIENTES, SUA INCLUSÃO NA SOCIEDADE E EDUCAÇÃO**

Deficiência é a pessoa que possui impedimento total ou parcial que afete o seu físico, mental, intelectual ou sensorial, dessa forma dificultando a sua participação em sociedade. A presente pesquisa tem como objetivo mostrar para a sociedade que os deficientes seja qual for a sua deficiência possuem direitos que devem ser respeitados, como ter acesso à educação de qualidade, serem

incluídos, para que não se sintam menosprezados por suas diferenças. Foi utilizado como meio de pesquisa artigos publicados, livros, leis, e decretos, bem como portarias e resoluções que garantem o direito desse grupo vulnerável. Os deficientes conquistaram diversos direitos ao longo do tempo, porém o Poder Público nem sempre cuida desses direitos, assim há muito o que ser feito, pois nem sempre o que está assegurado em lei é de fato cumprido.

.....

Jaqueline Favaretto Ribeiro
Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

INCLUSÃO À BRASILEIRA: UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA À POLÍTICA DE INCLUSÃO DA PESSOA INTELECTUALMENTE DEFICIENTE NA REDE REGULAR DE ENSINO

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015, vigente desde o início de 2016, trouxe diversas implicações à realidade destes cidadãos, alterando, inclusive, a sua até então condição de incapacidade no direito civil, tornando-os plenamente capazes aos atos da vida civil. Com efeito, a fim de melhor integrar a classe deficiente na sociedade, a Lei tem como fundamentos o ideal de conferir maior autonomia à pessoa deficiente, bem como envolvê-la em ambientes físicos sociais comuns, como são as escolas de ensino regular. No entanto, questiona-se, no presente trabalho, a efetividade dos seus dispositivos no que se refere ao direito fundamental à educação dos intelectualmente deficientes, analisando as condições de sua aplicabilidade diante das políticas públicas adotadas. Conclui-se que a Lei não atinge o objetivo esperado, ao ponto de acarretar a exclusão social daqueles aos quais deveria propiciar igualdade e inclusão.

.....

Paula Poccia Meneghello
Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

A DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR NA ADOÇÃO À BRASILEIRA

Pretende-se realizar a análise das características da adoção no ordenamento jurídico brasileiro e, sucessivamente, as características do poder familiar e suas hipóteses de destituição. Diante destes institutos, tem-se como objetivo traçar um paralelo, analisando a revogação da “adoção ilegal”, face ao conflito

com o melhor interesse da criança. Empregar-se-á, neste trabalho, o método dedutivo, usando de procedimentos técnicos de revisão bibliográfica, legislativa e jurisprudencial para sua realização.

.....

Jéssica Fulgencio da Silva
Viviane Rigoldi

A EFETIVIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA DAS PESSOAS SURDAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTOS VIABILIZADORES

O presente artigo científico tem busca analisar a aplicação do direito ao acesso à justiça e da ordem jurídica justa para a pessoa surda por meio das Políticas Públicas, em especial a Resolução nº 230 do Conselho Nacional de Justiça. Fazendo uma análise da interpretação do princípio da igualdade aplicado as minorias que devem ser tratadas de forma diferente. O presente artigo tem como objetivo mostrar a necessidade de uma efetiva aplicação dos direitos das pessoas surdas por meio das políticas públicas, que se tornam instrumentos viabilizadores no papel de se garantir o efetivo acesso ao judiciário e a ordem jurídica justa na aplicação da lei. Serão utilizadas obras bibliográficas, utilizando se o método hipotético dedutivo.

.....

Gabriel Marques dos Santos
Álvaro Telles Junior

A FILIAÇÃO ADOTIVA NO SISTEMA LEGISLATIVO BRASILEIRO COMO FORMA DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO, OS EFEITOS DA SENTENÇA, CONSEQUÊNCIAS E LIMITES JURÍDICOS

O presente trabalho foi desenvolvido através da análise bibliográfica das obras jurídicas de renomados autores, sendo a pesquisa realizada pelo método qualitativo, a qual pressupõe a investigação e seleção de dados relacionados às variáveis envolvidas no problema, quais sejam: a necessidade de esgotamento das tentativas de reintegração familiar ou colocação em família extensa inviabilizando a concretização da adoção; a dificuldade das adoções tardias e a permanência indefinida na instituição de acolhimento. É notória a dificuldade de se

encontrar uma solução para a demora no tempo de disponibilização de crianças e adolescentes, o ordenamento jurídico pátrio impõe como diretriz legal o direito de toda criança e adolescente a crescer e desenvolver-se dentro do âmbito familiar de origem. A colocação em família substituta é apenas trabalhada quando esgotadas todas as possibilidades para permanência da criança ou adolescente na família de origem.

.....

*Ana Karoline Gasparin
Marília Verônica Miguel*



A MEDIAÇÃO COMO MEIO DE COMBATE À ALIENAÇÃO PARENTAL

Busca-se com esse estudo, expor os efeitos da Alienação Parental em uma criança, e dar publicidade no tamanho dos danos que podem ser gerados a partir dele, afetando adiante não só toda aquela família, como uma grande parte da sociedade. Ademais, aprofundar na função que o mediador exerce, de forma a incentivar um olhar mais amplo e profundo a respeito desse importantíssimo papel com peso máximo quando se trata de acesso à justiça, descongestionamento do judiciário, bem como linha direta para o combate à Alienação Parental. Aplicar-se-á a esse estudo, os reflexos que o divórcio, quando não bem orientado pode causar danificando toda a estrutura emocional de um litigante, se tornando motivo maior para início da alienação parental. Em suma, será apresentado os meios possíveis de combate à Alienação Parental e identificação, e a importância da proteção da criança em relação às lides dos ex-cônjuges.

.....

*Antonio José dos Santos Brandão
Raquel Cristina Ferraroni Sanches*



O ENSINO DAS CIÊNCIAS FORENSES NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DO DIREITO

São chamadas Ciências Forenses as disciplinas que trabalham com métodos técnico-científicos de análise de vestígios materiais visando produzir provas. Por motivos históricos, a Medicina Legal é, via de regra, a única Ciência Forense ensinada na formação do profissional jurídico. Porém, a aplicabilidade do conhecimento adquirido no estudo dessa disciplina é restrita aos que se dedicarem ao

direito penal e que vierem atuar em casos de crimes contra à vida ou à dignidade sexual. Por outro lado, há outras Ciências Forenses cuja aplicabilidade transcende, inclusive, para outros ramos do Direito. O trabalho teve como objetivo a análise da presença do ensino das Ciências Forenses nos cursos de graduação em Direito. Além da revisão bibliográfica sobre Ciências Forenses, foram selecionados os cursos de Direito melhor avaliados pelo MEC e a matriz curricular desses cursos foi objeto de investigação.

.....

Larissa Mesquita Mota

Clarissa Chagas Sanches Monassa

 **ALIENAÇÃO PARENTAL E ABANDONO AFETIVO: A CORRESPONSABILIDADE SOCIAL FRENTE ÀS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS CAUSADAS POR AMBOS OS INSTITUTOS NA FORMAÇÃO PSICO-MORAL DO INDIVÍDUO**

O presente trabalho buscou conceituar doutrinariamente e legislativamente a Alienação Parental e o Abandono Afetivo, assim como os prejuízos que aludidos abusos causam às vítimas e a sua formação psico-moral. Conforme será demonstrado no estudo em questão, em vista das raízes históricas da família brasileira, a ausência de afeto entre seus integrantes, dando margem a ocorrência desses tipos de violência era algo usual. Dessa forma, ressalta-se que, nada obstante as constantes mutações legislativas e sociais, que buscaram valorizar a mulher dentro do núcleo familiar, inserir o afeto como elemento essencial na formação e durabilidade saudável da família, zelando pelo desenvolvimento sadio do menor no Brasil, lamentavelmente, perfaz-se presente ainda a ocorrência da SAP e do Abandono Afetivo, que ocasionam abalos e consequências psíquicas intransponíveis, em desrespeito ao princípio mais importante inerente ao ser humano: sua dignidade, exigindo, assim, especial atenção de toda sociedade.

.....

Thainan Carlos de Oliveira
Ricardo Sevilha Mustafá



O TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA NA SEARA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

O presente artigo científico visa explorar a possibilidade de formalização do Termo de Ajustamento de Conduta na seara da improbidade administrativa, mesmo com a vedação disposta na Lei de Improbidade Administrativa, demonstrando que na praxe forense referido instrumento proporciona celeridade e efetividade na prevenção e também na repressão de atos ímprobos praticados pelos agentes e servidores públicos, sendo seu manejo fundamentado por atos e orientações do Conselho Nacional do Ministério Público. O propósito do presente trabalho é aclarar as situações de aplicabilidade do TAC, além de apontar seus efeitos e sua eficácia na seara da improbidade administrativa. Cumpre-se dizer que o trabalho em demonstração utilizou em sua construção o método científico, especificamente, com a aplicação de resoluções dos Ministérios Públicos nos casos de improbidade administrativa, as quais mostraram resultado satisfatório no tocante a tutela e reparação do ato improprio.

.....

Wilson Miguel
José Ribeiro Leite



O DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE: O CASO DA CENTRAL DE VAGAS NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA/SP

O presente artigo objetiva analisar o interesse que envolva a efetividade quanto à matrícula para crianças de 0 a 3 anos, observando se há insuficiência de vagas na primeira infância nas creches públicas do município. O método hipotético-dedutivo, será utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa, através da pesquisa bibliográfica, bem como, na análise de legislações e de jurisprudências, relacionadas a esta temática. A problemática desta pesquisa está no questionamento sobre as motivações da falta de oferta do serviço educacional que tem se desenhado por uma política pública inadequada para a importância do acesso à educação e a expansão deste direito social às crianças e de suas famílias, por abranger educacionais e sociais. Aduzir os motivos relevantes acerca da efetivi-

dade do direito social à educação em Marília/SP, tendo em vista que a pesquisa se encontra limitada a investigar a Central de Vagas, cujo Direito Social à Educação está protegido pelo art. 6º, nos arts. 205 a 214 d.

.....

Marina Eloisa de Camargo Nunes
José Ribeiro Leite

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO SOCIOAFETIVA DA CRIANÇA

A família e o professor exercem um papel de enorme significado no desenvolvimento afetivo da criança, pois, são eles que conduzem o processo de aprendizagem. Este artigo tem como objetivo analisar os aspectos específicos ao ensino aprendizagem ligados ao processo sócio afetivo, com ênfase no desenvolvimento da criança. A pesquisa baseou-se na análise bibliográfica que indica os aspectos socioafetivos relacionados à compreensão do indivíduo. Evidencia ainda que a afetividade influencie na aprendizagem e favorece em bons resultados, essencialmente a prática docente como determinante na evolução pedagógica e estimulação do bom desenvolvimento do aluno. Destaca-se, também, a importância do acompanhamento dos pais no dia a dia de seus filhos, em relação ao que se passa nas escolas. Entendemos que é a partir do acompanhamento em casa que os pais podem começar a notar se algo estiver errado com seus filhos e partir deste ponto, trabalhar em conjunto com o professor da criança para poder orientá-la.

.....

Tamires Simões da Costa
Vivianne Rigoldi

TRANSEXUALIDADE E SEUS DIREITOS PERSONALÍSSIMOS: ESTADO TUTELADOR OU VIOLADOR?

O artigo trata sobre os direitos dos transexuais e se estes tutelam ou violam a existência dos mesmos.

.....

Digital/ Internet / Eletrônico

Júlio César Lourenço do Carmo
Mário Furlaneto Neto

RESOLUÇÃO ONLINE DE CONTROVÉRSIAS: APONTAMENTOS ACERCA DAS POTENCIALIDADES DA APLICAÇÃO DE ODR NO BRASIL

Avanços tecnológicos e meios adequados de solução de controvérsias são assuntos de extrema relevância no corrente cenário jurídico nacional e internacional, de maneira que ganham contornos de destaque o uso das tecnologias de informação e comunicação para tornarem mais célere e eficaz a justiça, bem como inovações legislativas e administrativas que incentivam os meios autocompositivos. Aplicados em conjunto, constituem-se em vertente dos meios online de resolução de controvérsias, modalidade que vem sendo mundialmente denominada *Online Disputes Resolution (ODR)*. Tais mecanismos visam assingelar a busca por solução aos mais diversos conflitos decorrentes das relações diárias. Destarte, seguindo a linha crítica a dogmática jurídica, através dos procedimentos técnicos de revisão bibliográfica, legislativa, documental e estudo de caso, utilizando-se de triangulação metodológica, mediante interação dinâmica entre a análise quantitativa e qualitativa, buscar-se-á explanar a respeito das potencialidades decorrentes da aplicação de ODR no Brasil, com destaque para negociação digital direta. Conclui-se que, no panorama nacional, os meios de resolução online de controvérsias têm o condão de contribuir para celeridade, economia financeira, diminuição das demandas judiciais, dinamização do acesso efetivo à Justiça, satisfação dos envolvidos, humanização das relações sociais e, via de consequência, pacificação social.

.....

Tatiele Sabos de Matos Gouveia
José Eduardo Lourenço dos Santos

A DISSEMINAÇÃO DAS FAKES NEWS E SEUS REFLEXOS JURÍDICOS

O presente artigo trata acerca da disseminação das *fake news*. Para tal, faz-se necessário entendermos, primeiramente, o surgimento bem como a evolução da internet, e conseqüentemente, os impactos ocasionados pela criação das redes sociais, visto que esta é a forma mais corriqueira de propagar *fake news*. Conseqüentemente, fora abordado a respeito da mídia, uma vez que esta, atualmente, atua como potencializadora deste feito. Por fim, discute-se sobre as *fake news* e quais reflexos jurídicos elas podem trazer. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram coletadas e analisadas fontes bibliográficas e documentais, tais como: legislação nacional, artigos científicos físicos e eletrônicos, livros, revistas jurídicas, matérias de jornais físicos e eletrônicos.

.....

Rafael Navas
Luis Vieira Carlos Junior

O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE CYBER-ATLETA NO BRASIL

O presente trabalho busca expor, entender e analisar as características do cenário competitivo de esportes eletrônicos, cruzando informações acerca de como é regimentado o exercício da profissão de cyber atleta e de um atleta “convencional”. O presente artigo busca conceituar o que é o cenário competitivo de esportes eletrônicos e o *e-sports* em si, tomando como exemplo a espécie de Jogo Online do Tipo FPS (*First Person Shooter*). Para tanto foi escolhido o Jogo Online *Counter-Strike Global Offensive* (CSGO) para melhor entendimento, utilizando o método hipotético-dedutivo, com procedimento embasado em pesquisa documental e bibliográfica. Seguindo o raciocínio, o presente trabalho busca estabelecer paradigmas acerca da regulamentação do exercício da profissão de cyber-atleta dentro do esporte eletrônico, a sua remuneração e expor ideias e posicionamentos jurídicos acerca dos contratos de trabalho de um cyber-atleta expondo também as necessidades que são encontradas hoje diante da falta de regulamentação.

.....

Victória Cássia Mozaner

Vivianne Rigoldi

SIGILO DE DADOS: O DIREITO A PRIVACIDADE E A FUNÇÃO FISCALIZADORA DO ESTADO EM FACE DA SOCIEDADE DIGITAL

Os direitos fundamentais não podem ser compreendidos como comandos estáticos e sim, integrados à sistema de valores que acompanha a dinâmica em torno do qual gravita a evolução e modo de organização da vida em sociedade. Neste contexto, em meio às profundas mudanças operadas em razão do fluxo contínuo de novas tecnologias da comunicação e da informação, o direito fundamental à privacidade tem sofrido uma gama de transformações, compreendendo à luz do contexto contemporâneo o direito à autodeterminação informativa, o que significa a proteção das informações pessoais inseridas no mundo digital, inclusive, aquelas contempladas nos bancos de dados de entidades de caráter público, salvo quando necessárias para a salvaguarda dos interesses maiores de toda a coletividade. Partindo deste pressuposto, este trabalho tem por finalidade discorrer sobre o sigilo de dados como elemento indissociável do direito à privacidade, destacando a função fiscalizadora do Estado em face da sociedade digital, inclusive, quanto à manipulação de dados pessoais por parte dos seus próprios órgãos e agentes, situando a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – como um direito fundamental. Constata-se, inicialmente que os direitos fundamentais constituem a base sobre a qual derivam os demais direitos assegurados pelo ordenamento jurídico constitucional pátrio, integrando o direito à privacidade o elenco dos direitos de primeira geração, tendo em vista sua relação intrínseca com a concretização da liberdade e dignidade da pessoa humana, exigindo conseqüentemente por parte do Estado via de regra a abstenção de sua violabilidade, sobretudo, quanto aos atos por ele praticados. Frente a tal contexto, incumbe ao Estado a sua função fiscalizadora do Estado na sociedade digital, com vistas à proteção dos dados pessoais do cidadão, quer sejam, aqueles inseridos nos bancos de dados de seus próprios órgãos, quer seja, aqueles que fazem parte das relações civis e comerciais de natureza privada. Ganha relevância no âmbito desta discussão, a relatividade das liberdades públicas, ao passo que o direito à liberdade está adstrito ao juízo de ponderação, a exemplo do que ocorre em relação aos demais direitos fundamentais, implicando na necessidade de se atentar para o seu caráter negativo a implicar quando presentes determinados atributos sua restrição. Impera de tal modo o juízo de

ponderação como instrumento fundamental a ser aplicado no caso em concreto diante da colisão entre o direito fundamental à autodeterminação informativa e outros direitos fundamentais, a ensejar em determinados casos o acesso aos bancos de dados públicos e/ou privados. Conclui-se, de tal modo, que o direito fundamental à privacidade em sua esteira evolutiva passa a comportar a proteção dos bancos de dados de caráter público e privado, constituindo-se, a violação desta esteira protetiva uma medida de caráter excepcional, cabendo ao Estado a função fiscalizadora por excelência, em especial, quanto aos dados disponíveis dos seus concidadãos, figurando a lei de proteção de dados como direito fundamental para tutela do direito à autodeterminação informativa.

.....

Lucas Rabello Cartolari
Danilo Pierote da Silva



A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS COMO FERRAMENTA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A Lei 13.709/2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados, é a Lei brasileira mais atual e com a maior importância em relação a proteção de dados, onde regularizará como os dados serão coletados e tratados. O objetivo da Lei é proteger principalmente os Direitos Fundamentais, como o direito de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural junto com o tratamento de dados. O presente trabalho busca expor e analisar a maneira de que a Lei 13.709/2018 servirá como uma ferramenta para resguardar os Direitos Fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988, além de como vigorará a regulamentação de todos os processos envolvendo dados. O presente artigo, se baseia no método hipotético-dedutivo, com o procedimento embasado em pesquisa documental e bibliográfica. Seguindo o raciocínio, o trabalho vigente busca demonstrar como a Lei Geral de Proteção de Dados conseguirá proteger os Direitos Fundamentais e os métodos de tratamento de dados, devido aos critérios rígidos para a coleta e tratamento de dados, juntamente com as sanções devidamente aplicadas.

.....

Bruna Maria Pedroso

Raquel Cristina Ferraroni Sanches

 **A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS COMO GARANTIA FUNDAMENTAL: EFETIVIDADE DESSE DIREITO ANTE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

O estudo apresenta a problemática jurisdicional da proteção de dados pessoais como garantia fundamental no Direito Digital em face da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Apresenta temas para reflexão e exemplifica a nova maneira de tratamento de dados no ordenamento jurídico, relacionados a LGPD. Desenvolve o conceito de dados pessoais e suas características, o conceito de direito e garantia fundamental; e a maneira como os dados são tratados atualmente no Brasil. Envolveu procedimentos metodológicos de estudo teórico e bibliográfico na área de direito digital, juntamente com o ordenamento jurídico aplicado ao tratamento de dados pessoais. O estudo teve como escopo levantar questões contemporâneas relacionadas ao uso de dados pessoais sem uma norma que regulamenta o tratamento desses e a proteção dos mesmos para o indivíduo titular que fornece as informações. Sendo assim foi discorrido sobre a privacidade no contexto jurídico, a nova lei e sua aplicação.

.....

João Pedro Chedid Losso

Mario Furlaneto Neto

 **COMPARTILHAMENTO DE MATERIAL PORNOGRÁFICO INFANTO-JUVENIL EM REDES P2P (PEER TO PEER) NO BRASIL**

Nos anos recentes, a tecnologia obteve uma evolução em escala crescente, sem comparação, melhorando os padrões de vida mundial, e por outro lado propiciou a facilidade de se criar um dos crimes mais infame perante a sociedade, a pornografia infanto-juvenil, facilitando o acesso e a distribuição de materiais relacionados a esse assunto. A dignidade de crianças e adolescentes passa a ser ameaça pela difusão da internet. Em um sistema em que o anonimato se faz presente por meio de redes de computadores, nos quais atuam em P2P (*peer to peer*). Tal sistema trabalha em forma de nós interligados de maneira direta, indireta, sem a necessidade de computador central, o que facilita o anonimato das pessoas que utilizam desse sistema para disseminação de materiais pornográficos.

cos de incapazes, indefesos, no qual se alastra em diversos locais, dificultando chegar ao autor. O ECA (estatuto da criança e do adolescente), define tal atitude como crime, resultando em prisões e multas dependendo do ato a ser praticado, que pode ser a divulgação, compartilhamento, armazenamento, montagem de fotos e imagens, ocasionando constrangimento, exposição da pessoa em rede mundial. As crianças e os adolescentes devem ser protegidos por meio da família, governantes e sociedade, de maneira a garantir os direitos fundamentais dos mesmos, não expondo a criança ou adolescente ou constrangendo ao exercício de nenhum ato libidinoso. Com isso, muitas pesquisas têm sido realizadas de maneira a facilitar nas descobertas dos autores que utilizam o sistema P2P, para que o anonimato deixa de existir.

.....

Edivaldo Paes Landim Junior
Ricardo Sevilha Mustafa



RESPONSABILIDADE OBJETIVA DOS OPERADORES DE DADOS PESSOAIS NA LEI 13.709/2018

Não há dúvidas de que todas nossas atividades são baseadas em dados, e estes são produzidos incessantemente. Com isso, se abriu um vasto campo de responsabilidades que necessitou de norma reguladora própria, surgindo então a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) que, trouxe diretrizes e normas comportamentais para quem trabalha com tais dados, a fim de dar maior segurança tanto na operação quanto no tratamento dos dados pessoais. O presente trabalho tem por objetivo analisar a responsabilidade objetiva dos operadores de dados pessoais segundo tal Lei. O método compreende unicamente a análise do ordenamento jurídico brasileiro, e tem como alvo apenas os mecanismos presentes na LGPD. Por fim, a breve análise demonstra a total possibilidade de aplicação da Responsabilidade Civil Objetiva, como meio de garantir a observância normativa e oferecer uma maior proteção aos dados pessoais.

.....

Ética / Filosofia / Hermenêutica / Sociologia

Leonardo de Emeri Herculano
Roberto da Freiria Estavão

A VIOLÊNCIA COMO INSTRUMENTO DA JUSTIÇA

A justiça possui a característica intrínseca do equilíbrio, dentre as formas de restauração da ordem, a violência se faz presente em muitos aspectos. Desde o ato que viola a disciplina, seja social, política ou econômica, até a resposta dos setores da sociedade responsáveis pela retribuição penal. Hoje o Estado detém o monopólio da justiça, logo, cabe aos poderes legislar, perseguir e punir os delitos, mas há tempos existiam conceitos como justiça privada e justiça divina, e, em todos os tempos, em todas as sociedades, todos os povos e até mesmo no reino animal, a violência se mostra a principal ferramenta da recuperação do status a quo e também a mantenedora da ordem social, enquanto também é a principal causadora da desordem e do caos. Objetiva-se nesta pesquisa demonstrar a dualidade da violência e seu papel para com a justiça, em vários aspectos diferentes. Observar-se-á a história da humanidade em alguns pontos e a filosofia que tem por dever entender e analisar os fenômenos relativos à justiça e a sua função. As leis, os fatos e as biografias demonstradas neste artigo demonstrarão que o martelo da justiça nada mais é do que uma retribuição, que se excluída, trará o caos, tornando a violência uma das mais importantes armas da restauração do equilíbrio.

.....

João Felipe Simões Aguiar
Alexandre Sormani

ATIVISMO JUDICIAL E JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA – OS LIMITES DA ATUAÇÃO DO MAGISTRADO FRENTE AS QUESTÕES POLÍTICAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Atualmente as desavenças sociais surgem em situações de incertezas em uma sociedade complexa e com diversos entendimentos sobre um mesmo assunto, gerando dificuldade em regulamentar situações não previstas pelo le-

gislador e que não possuem uma resposta simples e prática, motivo pelo qual é evidenciado o avanço do Poder Judiciário, assumindo uma postura proativa e arrojada dentro dos espaços normativos que lhe é permitido a discricionariedade, decidindo sobre tais causas sociais baseando não só na norma mas também nos princípios com conceitos amplos e pouco definidos, não se limitando somente ao texto escrito. Assim, o presente trabalho tem o objetivo de analisar tal comportamento do Poder Judiciário em relação aos demais Poderes, compreendendo a diferença entre uma atuação inovadora dos magistrados e um possível abuso de poder judicial adotando um raciocínio hipotético-dedutivo através da pesquisa qualitativa de material bibliográfico.

.....

Isabela Tremeschin Barreira
Clarissa Chagas Sanches Monassa



ANÁLISE COMPARATIVA: ESTATUTO DO ESTRANGEIRO - LEI Nº 6.815/1980 E NOVA LEI DE MIGRAÇÃO - LEI Nº 13.445/2017

Considerando a recente alteração legislativa do antigo Estatuto do Estrangeiro - Lei nº 6. 815/80 para a nova Lei de Migração - Lei nº 13. 445/17 objetiva-se analisar os aspectos evolutivos e juspolíticos da legislação pátria acerca dos direitos e deveres dos migrantes. Pretende compreender os dispositivos legais à luz dos princípios de proteção dos direitos de migração e refúgio e seus reflexos no panorama social brasileiro, com a recente adequação legislativa da Nova Lei de Migração aos Direitos Humanos. Para tanto procede-se à pesquisa básica, feita a partir do método dedutivo. Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo é bibliográfico, documental e via internet. Desse modo, observa-se que o novo diploma prezou pelas garantias destes indivíduos, em especial a Dignidade da Pessoa Humana, a fim de melhor protegê-los e integrá-los à sociedade brasileira, o que permite uma maior coesão social e o desenvolvimento pessoal dos não nacionais em conjunto com os brasileiros.

.....

Leonardo Quaquio Marcolino
Edinilson Donisete Machado

O PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO E A IMPOSSIBILIDADE DE SECESSÃO

O presente estudo elegeu como objetivo a análise de um problema jurídico de grande complexidade, qual seja a inflexibilidade do pacto federativo brasileiro à secessão e seu valor quanto direito natural. Parte-se da análise de como foram estruturadas tais entidades, identificando, qualificando e descrevendo suas finalidades, assim, determinando suas consequências no sistema político, econômico, social, cultural e jurídico em um território que busca a secessão. O estudo se debruça sobre a história e toda a consequência desses conflitos. Propõe-se assim uma reflexão sob uma ótica jusnaturalista, como marco teórico principal, mas também, com a perspectiva do direito internacional e de autores de outras áreas do saber, sempre visando o ideal de liberdade. Secessões sempre aconteceram e continuarão a acontecer no decorrer do tempo, pois sempre existirá grupos de pessoas que não concordam com as diretrizes dos seus governos.

.....

João Pedro Leal da Cruz Lisboa
Roberto da Freiria Estevão

A LEGITIMIDADE DA ESCRAVIDÃO NA ANTIGUIDADE POR MEIO DO CÓDIGO DE HAMURABI E SEUS EFEITOS PARA FORMAÇÃO DO ESTADO

O presente trabalho busca expor e analisar a escravidão como fenômeno que se desenvolveu ao longo da história da humanidade, não se atendo apenas a questões puramente econômicas, mas também a questões legais, sociais, religiosas, políticas, entre outras. O presente artigo, usa do método hipotético-dedutivo, com procedimento embasado em pesquisa documental e bibliográfica. Seguindo o raciocínio, o presente trabalho busca uma exploração intrínseca sobre a escravidão e sua ligação com o Estado e Sociedade, voltando-se especificamente para o código de Hamurabi, porém, não deixando de analisar as questões abertas da antiguidade, bem como os efeitos que se estenderam até a atualidade, relacionando a escravidão à construção do Estado que conhecido hoje, por mais que sua prática seja condenável na atualidade.

.....

Beatriz Antunes Soares
Roberto da Freiria Estevão

A MORAL COMO UMA FORMA DE CONSAGRAÇÃO DA JUSTIÇA

A presente pesquisa tem por finalidade estudar os mais variados conceitos de Moral, transitando inicialmente pela teoria utilitarista desenvolvida por Jeremy Bentham, e aperfeiçoada por John Stuart Mill, e atingindo à consagrada teoria sobre os imperativos morais categóricos desenvolvida por Immanuel Kant. Em seguida, será estabelecida a relação entre o Direito e a Moral, tendo por objetivo elucidar se essa associação se traduz em um efeito benéfico para a obtenção da Justiça, fim principal do Direito e da vida em sociedade. Pretende-se, ademais, trazer à tona a aplicação da Moral como um meio de efetivação do Direito de forma mais convergente com os conceitos de certo e justo selecionados pela comunidade em que é aplicado.

Penal/ Processo Penal

Mônica Eloisa de Lima Oliveira
Roberto da Freiria Estevão

ANÁLISE CRÍTICA DAS DECISÕES DO STF EM RELAÇÃO AO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

O objetivo deste artigo científico é demonstrar que o Supremo Tribunal Federal, nos últimos anos, decidiu sobre três questões que dizem respeito ao sistema carcerário brasileiro, e claramente, são decisões conflitantes e incoerentes entre si. Diante de um sistema prisional falido em sua principal finalidade, qual seja, a ressocialização, vem a própria Suprema Corte trazer uma enorme insegurança jurídica nesse sentido, sendo certo apenas que os presídios brasileiros são locais das mais

diversas inconstitucionalidades. Os presos estão expostos a péssimas condições de higiene e saúde, não possuem acesso à justiça da forma como deveria ser, são expostos a uma péssima alimentação, a riscos de vida que vêm da própria convivência no cárcere, além de não contarem com o mínimo de dignidade que se espera enquanto um ser humano. O guardião da Constituição cria, então, esse ambiente de insegurança, piorando ainda mais a situação dentro dos presídios.

.....

Débora Souza da Silva
Roberto da Freiria Estevão

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO E DO ASSISTENTE SOCIAL NA PERSECUÇÃO PENAL EM CONTRAPONTO AO DIREITO PENAL SIMBÓLICO

O presente artigo pretende analisar a atuação do psicólogo e do assistente social na persecução penal, dentro do Sistema Penal brasileiro como alternativa ao Direito Penal Simbólico, visando a efetiva redução da criminalidade. Inicialmente, investiga-se o fator psicossocial como influência na criminalidade. A seguir, examinam-se as práticas relacionadas ao direito penal simbólico e os prejuízos por elas trazidos à sociedade. Por fim, aponta-se a efetiva atuação do psicólogo e do assistente social na persecução penal como forma de redução da criminalidade. A pesquisa desenvolvida é qualitativa, bibliográfica e documental; utilizando fontes como artigos publicados em revistas especializadas, livros, textos publicados na internet, além da legislação nacional pertinente. O método utilizado é o dialético. Diante da pesquisa realizada, observa-se que, atualmente, a atuação dos profissionais já mencionados é ínfima na persecução penal. Desta forma, seria necessária uma ampliação desta atuação.

.....

Guilherme Augusto Batista Torres
Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

A CAPACIDADE DO JURADO LEIGO PARA DECIDIR QUESTÕES TÉCNICO – JURÍDICAS NOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E CONEXOS

O Tribunal do Júri, onde é de competência de jurados decretar se culpado ou não, autores de crimes dolosos contra a vida e conexos considerados

mais graves no nosso ordenamento jurídico. O objetivo deste projeto é analisar o quanto o ser humano pode ser influenciado ao erro, quanto aos fatos que podem transfigurar suas decisões no tribunal do júri. Analisando os meios por qual pode ser influenciado para tomar suas decisões, no qual podendo ser influenciado pela mídia sendo um meio formador de opiniões ou até mesmo pela maneira em que o jurado foi criado, ou seja, pela sua família e por seu meio social. Sendo assim será analisado se estas influências são fatores preponderantes para alterar o voto do jurado.

.....

Luana Queiroz Dal Evedove
Mário Furlaneto Neto

INTERCEPTAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES DE INFORMÁTICAS À LUZ DO MUTUAL LEGAL ASSISTANCE TREATIES

O *Mutual Legal Assistance Treaties* (MLAT), celebrado entre Brasil e Estados Unidos, estabeleceu acordo de cooperação de assistência judiciária em matéria penal, viabilizando as tratativas dos governos nessa seara. Dessa maneira, o presente estudo busca tecer uma análise detalhada à luz do MLAT quanto a questões relativas aos provedores de conexão de aplicação de internet, bem como quanto a interceptação das comunicações telemáticas. Para tanto, segue-se a linha crítica à dogmática jurídica, por meio do método dedutivo, através dos procedimentos técnicos de revisão bibliográfica e legislativa. Conclui-se que o MLAT é eficaz em muitas de suas áreas, contudo, com relação a obtenção de provas em crimes digitais se mostra aquém da legislação mais atual, de maneira que precisa ser atualizado.

.....

Melina Tokie Takemoto
Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

DIREITO PENAL DE EMERGÊNCIA SOB A LUZ DA LEI Nº 9.677/1998

O presente artigo trata-se do Estado por meio de seu poder concedido, que em tese deveria editar efetivas normas penais, acaba aderindo à emergência penal e lançando leis de modo urgente em decorrência da pressão da mídia juntamente ao clamor da sociedade, tendo sua finalidade somente de satisfazer

o corpo social, não criando normas que geram concreta efetividade. O tema central e o objetivo deste artigo é analisar a exemplificação da Lei nº 9.677/1998, que teve sua repercussão sob a ótica emergencial do caso pílulas de farinha, alterando o tipo previsto no artigo 273 do Código Penal brasileiro, que elevou de maneira extrema sua pena de reclusão. Desenvolvido sob a forma de consulta bibliográfica, embasada no método dedutivo como o procedimento metodológico para sua realização.

.....

Nathalia Favro de Lima

José Eduardo Lourenço dos Santos



O TRÁFICO DE DROGAS MEDIANTE USO DE AERONAVES

É notório que há grandes quantidades de entorpecentes introduzidos em território nacional. O comércio desses ilícitos traz uma série de crimes acessórios e grande impacto na população. Em uma proposição apresentada pelo deputado Givaldo Carimbão em novembro de 2011, foi mostrado, com parceira da Força Aérea Brasileira e a Polícia Federal que as pequenas aeronaves trazem cerca de 800 kg a 1.500 kg de drogas por viagem, o que daria cerca de 70% da droga presente no Mato Grosso, que aliás possui grande facilidade para o tráfico internacional em razão de ser fronteira com a Bolívia, produtora e fornecedora de cocaína. O fato de o Estado não possuir políticas públicas eficazes e por vezes, ter sua estrutura interna abastardada pela corrupção, dificulta o combate contra esse tipo de crime. Em função do grande aumento desta prática em nosso país, o legislador se viu na obrigação de atuar de forma mais cautelosa, como exemplo, têm-se a criação da Lei do Abate.

.....

Isabela Caroline Silva

Daniilo Pierote Silva



A QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO E SUA APLICAÇÃO PARA MULHERES TRANSGÊNERO

Um dos temas mais atuais dentro da seara jurídica diz respeito à violência contra as mulheres, cada dia mais comum e cada dia mais violenta. Nesse contexto, surge em 2006 a Lei Maria da Penha, que apesar de seus benefícios e claro avanço, infelizmente não coibiu a ocorrência de tais casos. Foi então que

em 2015 surge a Lei do Feminicídio, uma qualificadora do artigo 121 do Código Penal, prevendo aumento de pena nos casos de homicídio contra mulheres em âmbito de violência doméstica ou apenas por tratar-se de uma mulher, discriminando-se, assim, o sexo feminino e servido isso como motivação do crime. Além disso, há que se pensar na questão das mulheres transgênero e a aplicação de tal qualificadora nos crimes cometidos contra elas. Para isso, serão vistas questões inerentes às generalidades do feminicídio, como seu conceito e origens, bem como uma breve análise da Lei. A seguir, serão compreendidas as particularidades da transexualidade e os direitos e garantias fundamentais das mulheres transgênero. Por fim, serão trabalhadas as questões prática e doutrinárias da aplicação da Lei do Feminicídio nos casos de mulheres transgênero. Para isso, será utilizada a metodologia da revisão bibliográfica.

.....

Victor Hugo Silva Cabrelli
Carlos Ricardo Fracasso



A FALÊNCIA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

O artigo a ser desenvolvido procura de forma clara e objetiva demonstrar a falência da pena de prisão no sistema penal brasileiro, fazendo detalhada análise aos dados de reincidência, as possíveis causas e medidas cautelares para a sua efetiva diminuição. Para tanto, serão analisados e discutidos acerca de argumentos lógicos e muito bem fundamentados as diretrizes que cerceiam a pena de prisão, seus aspectos, a fundamentação para a sua escolha diante de infração prevista pelo código penal, a perspectiva da sociedade para o cenário do sistema penal brasileiro atual, apontar as falhas e possibilidades de melhora. Há a pretensão de elucidar a fraqueza do sistema atual, fazendo o uso de críticas racionais e construtivas. Em suma, serão utilizados dados bibliográficos coerentes ao tema a ser tratado, análise profunda e detalhada acerca das razões para tamanho questionamento acerca do assunto e os reflexos no social.

.....

Pedro Henrique Bertacini Ferrarezi
Gilson César Augusto da Silva

O DILEMA DA MENORIDADE PENAL EM RELAÇÃO ÀS LEIS INTERNACIONAIS

O conteúdo aqui apresentado busca trazer para debate o estudo das causas da violência precoce do jovem, as formas de punir o menor infrator no Brasil e assim fomentar a dúvida de se as formas de punir realizadas em países estrangeiros teriam alguma eficácia em solo brasileiro ou a única saída seria a redução da maioridade penal. Objetivo. Analisar a causa das infrações cometidas por menores, comparar as formas de punir o menor infrator em outros países e no Brasil e encontrar uma possível solução. Construir um banco de dados relacionando as referências bibliográficas e legislação pertinente; Demonstrar como os outros países lidam com os crimes praticados por menores de idade; Verificar os argumentos em relação a redução da criminalidade no Brasil.

.....

Pedro Ivo Del Masso Brito
Mario Furlaneto Neto

A ADMISSIBILIDADE DA PROVA ILÍCITA DENTRO DO PROCESSO

O presente artigo tem como tema a admissibilidade da prova ilícita no processo penal. Busca-se demonstrar os parâmetros encontrados no ordenamento jurídico de possibilidade de as provas ilícitas serem admitidas no processo. Aborda-se em primeiro o sistema garantista penal, que faz valer os direitos fundamentais do homem, após é abordado o conceito de provas ilícitas e sua diferenciação com as provas ilegítimas. Posteriormente é apresentado e estudado as exceções à regra da inadmissibilidade, como a teoria do fruto da árvore envenenada e suas limitações e também o princípio da proporcionalidade, abrangendo seus dois aspectos: “*pro réo*” e “*pro societate*”. Referente à metodologia empregada, utilizou-se o método dedutivo, as técnicas de coletas de dados são: bibliográfica, documental e virtual (internet). Chega-se à conclusão de que nenhum princípio é absoluto e é uma garantia assegurada pela lei de que o homem possa valer-se de provas mesmo que ilícitas para comprovar sua inocência. É de suma importância que se garanta a utilização das provas ilícitas no processo para efetivar-se os direitos fundamentais inerentes ao homem.

.....

*Mariana Fernandes Marques
Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro*

ALTERNATIVAS LEGISLATIVAS HUMANIZADAS AO FENÔMENO DO ENCARCERAMENTO EM MASSA NA PRISÃO CAUTELAR

O presente artigo pretende demonstrar precipuamente a situação do encarceramento massivo no Brasil nos dias atuais. Aspira-se apresentar sobre do aumento da criminalidade no país, como uma consequência da consolidação das facções criminosas tanto nos estabelecimentos prisionais, como fora deles. Assim, é adequado mencionar também a falência do sistema carcerário e a função de prevenção que o Estado deveria ter para com toda população. Visa-se avaliar o ordenamento jurídico nacional, Lei 12.403/2011 e sua aplicação nas audiências de custódia, bem como internacional, quais sejam o Pacto San José da Costa Rica e os Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Finalmente, o presente trabalho demonstrará os resultados práticos da aplicação das medidas cautelares diversas da prisão quando utilizadas nas audiências de custódia, e como isto poderia servir como instrumento de diminuição da população carcerária provisória. Será empregado o método dedutivo, apoiando-se em pesquisas bibliográficas e documentais, bem como o procedimento metodológico.

.....

*Beatriz Silva Ferreira
Mário Furlaneto Neto*

INDUZIMENTO OU INSTIGAÇÃO AO SUICÍDIO DE JOVENS EM AMBIENTES VIRTUAIS

O presente artigo tem como objetivo verificar a prática do crime de induzimento ao suicídio através de ambientes virtuais. Para isso, serão apresentadas considerações acerca do crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, crime previsto no artigo 122 do Código Penal, ressaltando-se o inciso II do § único deste dispositivo, penalmente relevante; sendo feita uma análise sobre a possibilidade da prática do crime de instigação ao suicídio via digital com a finalidade de atingir os juvenis. Através da pesquisa, concluir se é possível o cometimento do crime de induzimento ao suicídio nos ambientes virtuais contra jovens, visto que nestes ambientes existe a possibilidade de o agente praticar a conduta típica

descrita no artigo 122 do Código Penal, qual seja a de instigar ou induzir a vítima à execução de um plano suicida, de autoeliminação da vida. Assim, pretende-se realizar um estudo bibliográfico acerca da possibilidade de complementação deste tipo penal, a fim de que seja prevista especificamente a conduta do agente na modalidade virtual para o cometimento deste crime com a devida punibilidade, já que se caracteriza como uma forma de indução.

.....

Daniela Cristina Valada
José Eduardo Lourenço dos Santos

A ESTIGMATIZAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA ETIMOLOGIA CRIMINAL

Nos estudos da Etimologia Criminal, nos deparamos com a problemática da estigmatização como origem dos delitos. Estes estigmas atuam marginalizando os indivíduos e grupos, os isolando do acesso aos seus direitos sociais básicos. Após a perquirição criminal, o rótulo de delinquente termina por consolidar-se, finalizando o processo de exclusão social. Assim, observa-se seu caráter de causa e consequência do crime, obstando o processo de inserção social do indivíduo, haja vista a difícil superação desses rótulos. O presente artigo tem por finalidade estudar a estigmatização social, seja pela influência que esta exerce nas causas do crime, seja pela afronta que faz ao direito penal do fato. Ainda, ante o caráter cultural dos preconceitos sociais, pondera-se sobre a importância dos direitos sociais básicos, precipuamente o da educação, como forma de transpor as barreiras criadas pelos rótulos.

.....

Jenilson Adriel Sanches
Gilson Cesar Augusto da Silva

AS CONSEQUÊNCIAS DO DESARMAMENTO NO BRASIL

O presente trabalho conta com embasamento jurídico e estatístico, buscando entender a discussão acerca do porte e posse de arma de fogo. A fim de analisar as divergências consequente ao tema, usarei o método dedutivo. Importa dizer que os métodos de procedimento utilizados na pesquisa são o monográfico e o estatístico, nos quais foram extraídos dados mais atuais a fim de buscar elucidar o assunto a ser debatido.

Raphael Palmieri Valdi
Gilson Augusto César da Silva



NEUROCIÊNCIA E CULPABILIDADE: DISCUSSÕES ACERCA DA DOGMÁTICA JURÍDICA

O direito, como todas as ciências modernas, está sob influência direta de outros ramos da ciência, não há mais a concepção positivista anteriormente patrocinada por nomes como Hans Kelsen, mas sim uma base interdisciplinar que permeia o saber jurídico. Assim, um dos grandes desafios do pensamento jurídico atual é tolher as influências externas. Nesse ínterim, observa-se que o advento das pesquisas na área da neurociência trouxe novos horizontes às concepções amplamente aceitas dentro do pensamento criminológico e dentro daquilo que podemos chamar de teoria geral do direito penal, implicando em revisões às já consagradas teorias da culpabilidade. Tendo isso em mente, a presente pesquisa tem como escopo apresentar algumas considerações acerca do tema, buscando compreender onde que essa nova área do conhecimento tange o direito e apresentar contrapontos àquelas influências que deveriam ser tolhidas.

.....

Isabella Lopes dos Santos Gimenez
José Eduardo Lourenço dos Santos



POSSE E PORTE DE ARMAS NO BRASIL

Como um dos assuntos mais comentados na atualidade, a facilidade que o novo governo traz em suas propostas para o porte e posse de armas gera dúvidas em muitos juristas e na população. Muito se especula sobre as vantagens e sobre o lado ruim como um todo, armas de fogo até hoje geram medo e também polêmicas no cenário brasileiro atual. Sem sombra de dúvidas os objetivos para que foram criadas é da melhor intenção possível, ajudar a polícia a proteger a população que tanto sofre com a violência no dia a dia é um deles. Desta forma, fica claro a importância de o assunto ser, mesmo que brevemente, esclarecido. Apesar de toda preocupação gerada em torno do tema, quanto mais abordarmos e deixarmos claro a real necessidade do uso de armas, mais iremos ter pessoas conscientes e bem intencionadas no Brasil e no mundo, evitando e até diminuindo tantas mortes desnecessárias e a violência que assombra a todos.

.....

Wellington de Oliveira de Souza
Carlos Ricardo Fracasso

 **A EXPANSÃO COMERCIAL DAS CRIPTOMOEDAS NO MERCADO ECONÔMICO MUNDIAL E O IMPACTO DA TECNOLOGIA BLOCKCHAIN EM RELAÇÃO AOS CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO NO DIREITO PENAL BRASILEIRO**

O objetivo do presente artigo consiste em analisar o problema da falta de regulamentação específica para as criptomoedas e como tal inovação econômica e tecnológica possui relação com a expansão das modalidades criminosas, tais como a lavagem de dinheiro. É necessário abordar o conceito de criptomoedas, o papel das instituições de controle e os limites jurídicos que reconhecem a existência dessa nova modalidade de tecnologia. Partimos do pressuposto de que o advento das criptomoedas em si não consiste em uma atividade criminosa pela ausência de regulamentação pelo Banco Central, mas sim, pode contribuir com a prática delitiva em detrimento de suas características. A abordagem é qualitativa, com suporte em revisão de literatura e análise descritiva dos fenômenos pesquisados, além da consulta sobre a legislação sobre o tema. A contribuição é relevante pelo ineditismo e pela importância do tema no contexto financeiro e jurídico em virtude de seus desdobramentos ilícitos.

.....

Isabela de Oliveira Nunes
José Eduardo Lourenço dos Santos

 **CRIMINOLOGIA E A INFLUÊNCIA DAS TEORIAS DO CONFLITO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Este artigo tem como objetivo o estudo da criminologia, do delito, do criminoso e da vítima. O presente artigo contou com a análise da política criminal, com enfoque nas funções da pena, e da dogmática penal. O método de abordagem utilizado na pesquisa foi o método dedutivo, sendo que esta foi orientada pela seleção e análise de fontes bibliográficas e documentais, tais como livros, artigos científicos e legislação nacional e internacional. Os dados referentes ao direito nacional foram analisados por meio de apresentação sistemática destes e em comparação com as informações a respeito das teorias do conflito da criminologia, também obtidas por meio da pesquisa, visando à análise do ordenamen-

to jurídico brasileiro. A partir da adoção de tais métodos, as teorias sociológicas do conflito, por seu turno, representam o objetivo principal do artigo, razão pela qual, foram analisados seus contextos históricos, principais pensadores, fundamentos e características, assim como a influência do movimento do *labelling* approach e da teoria crítica no ordenamento jurídico brasileiro e quais os institutos relacionados com tais teorias.

.....

Geovana Mendonça de Souza
Gilson Cesar Augusto da Silva



A EUTANÁSIA NO BRASIL: DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA OU À MORTE DIGNA?

Este artigo apresenta a discussão acerca do assunto da Eutanásia, bastante comentada atualmente e que falta especificação sobre o tema na nossa legislação. Busca-se expor algumas informações, desde seu processo histórico até sua prática nos dias de hoje e quais os argumentos contra e favoráveis, inclusive destacando posicionamentos de profissionais e quais os países que a legalizaram. A importância de visualizar a eutanásia além daquilo que vivemos em nosso ambiente e a necessidade de colocar a dignidade da pessoa humana, também na hora de sua morte e não somente em vida. A pesquisa foi realizada com utilização de trechos de livros e de textos publicados na internet, tal como artigos do nosso ordenamento jurídico vigente e estudos jurídicos existentes em relação à pauta principal do trabalho. Para tanto, constará a identificação através das fontes bibliográficas. Os dados contidos no trabalho serão apresentados metodicamente: pela apresentação do assunto abordado, seguindo-se pela apresentação do problema; pela análise ampla incluindo pontos de vistas de profissionais tanto a favor como contra; seus aspectos brasileiros e estrangeiros, juntamente com o ponto jurídico do nosso ordenamento a fim de alcançarmos o objetivo de ampliar o entendimento no assunto de forma que se almeje uma melhora tanto para a população, como na situação jurídica vigente no Brasil. Desenvolver-se-á principalmente, os dados bibliográficos relativos ao nosso objeto de estudo.

.....

Mariana de Oliveira Del Massa
Jose Eduardo Lourenco

O PSICOPATA FRENTE O DIREITO PENAL: PENA OU MEDIDA DE SEGURANÇA?

Atualmente, dentre desafios que o Direito encontra, surgem os criminosos psicopatas, que, devido a própria condição psicológica, no que tange a resposta jurídica, têm sido um obstáculo para o Direito Penal, devido à falta de caráter absoluto da justiça e, porque estes coalescem características normais e patológicas, confundindo seu real entendimento e determinação. Esta pesquisa objetiva o estudo sobre a postura do Direito Penal frente aos delitos cometidos pelos psicopatas, buscando penas adequadas e medidas eficazes para resguardar a sociedade. Por fim, o trabalho realizará análise da psicopatia a partir do Direito Penal, as vistas das leis vigentes, empenhando-se para encontrar resposta jurídica para esse problema. Ademais, constataremos que o psicopata pode ser considerado imputável, pois possui a capacidade intelectual e volitiva, fazendo-se necessária a existência de cela especial, nos casos de punição com pena, não sendo descartada a possibilidade da aplicação de medidas de segurança, devido ao seu caráter punitivo. O presente trabalho utilizará método hipotético dedutivo, com abordagem da pesquisa qualitativa e objetivos exploratórios.

.....

Bianca Zanoni Bianchi
Mario Furlaneto Neto

PODERES IMPLÍCITOS: ARBITRAMENTO PELO DELEGADO DE POLÍCIA DE MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO EM SITUAÇÃO FLAGRANCIAL

O delegado de polícia é a autoridade policial que tem como função garantir os direitos fundamentais da legalidade e da justiça, devendo sempre se basear nos princípios norteadores do direito penal. Desde modo, é ele quem decreta o auto de prisão em flagrante, conforme as previsões legais e constitucionais. Em contrapartida, a Lei 12.403 de 2011 alterou os dispositivos relativos à prisão processual, liberdade provisória e as medidas cautelares. Assim, no âmbito da linha de pesquisa crítica à dogmática jurídica, com emprego do método dedutivo e os procedimentos de revisão bibliográfica, legislativa e jurisprudencial,

busca-se destacar os poderes implícitos conferidos ao delegado de polícia para aplicar medidas cautelares diversas da prisão, ao preso em uma situação flagrancial. Através, do poder discricionário abordamos a possibilidade de aplicar outras medidas alternativas à prisão. Em nome da maximização dos direitos fundamentais e da prisão como último recurso, a autoridade policial pode diretamente aplicar as medidas cautelares alternativas, desde que de maneira fundamentada e proporcional.

.....

Victor Hugo Gonçalves Girotto
Gilson César Augusto da Silva

A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA COMO FORMA DA EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA PENAL E AS DIFICULDADES EM SUA APLICAÇÃO

O trabalho científico em tela pressupõe-se a tratar da audiência de custódia, inovação legislativa trazida pela Resolução 213 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a fim de que se possa analisar o quão benéfico este instituto é para o Direito Penal e o quanto propicia a efetivação da justiça penal para que esta atua em consonância com os tratados com os quais o Brasil é signatário, além de analisar as dificuldades existentes para aplicá-la no dia a dia. Para a realização do presente trabalho utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica e o método hipotético dedutivo de pesquisa.

.....

Danilo Ribordim Fernandes
Roberto da Freiria Estevão

A INTERFERÊNCIA MÍDIÁTICA NO TRIBUNAL DO JÚRI

O Tribunal do Júri foi instituído no Brasil em 1822 e, perpetua-se até hoje em nosso ordenamento jurídico, previsto no artigo 5º, XXXVIII, da Constituição Federal de 1988, inserido no Título II, Dos Direitos e Garantias Individuais, Capítulo I, Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Tal instituto tem por objetivo julgar os crimes dolosos contra a vida, no qual os réus são julgados por cidadãos comuns, sem o conhecimento técnico-jurídico, nos quais muitas vezes acabam por julgar por conta de sua opinião. Opinião esta que pode ser altamente influenciável pela mídia, e que pode criar juízos de valores antes mesmo de serem expostos aos argumentos da acusação e defesa no julgamento. Como a mídia,

em geral, aborda as notícias de homicídios dolosos com sensacionalismo, com objetivo de atingir os sentimentos da população, gerando ódio e repulsa, este acaba por sentenciar o réu antes mesmo de seu julgamento e, por consequência, os jurados, que são sorteados, e por não terem conhecimento jurídico, acabam por não oferecer um julgamento justo ao réu.

.....

Bruna Cândido dos Santos Avelar
Gilson Cesar Augusto Silva

O SISTEMA DE EXECUÇÃO PENAL BRASILEIRO

O trabalho faz uma referência a alguns aspectos do sistema de execução penal do país, com uma crítica acentuada a violação de direitos e abuso de poder por parte dos agentes estatais.

.....

Giovana Corrêa Mirandola
Gilson César Augusto da Silva

O CONTROLE DE DISTÚRBO CIVIL NA CASA DE DETENÇÃO DE SÃO PAULO, O CARANDIRU, E A RESPOSTA DO ESTADO

O presente artigo tem por finalidade analisar o Controle de Distúrbio Civil ocorrido na Casa de Detenção de São Paulo, em 2 de outubro de 1992, que resultou na morte de 111 detentos, transitando inicialmente pela história de tal unidade prisional, passando pela dinâmica do Pavilhão 9 e pelo Controle propriamente dito. Em seguida, serão estabelecidas teses de defesa, com viés técnico e social, tendo o objetivo de demonstrar o porquê os Policiais Militares que atuaram no Controle devem ser absolvidos.

.....

João Victor da Silva Machado
Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

NEUROCIÊNCIA, CULPABILIDADE E O DETERMINISMO

Os neurocientistas vêm obtendo grandes avanços na área da neurociência, e em decorrência disso o Direito Penal vem sendo questionado, pois dizer que o determinismo está atrelado em nossa própria condição de ser

humano gera um possível problema cataclísmico, tendo em vista que a culpabilidade do sujeito fica questionada. Onde estaria a imparcialidade do juízo se levarmos em consideração que no caso concreto já teria a sua opinião formada por causa de processos neurológicos anteriores? Entretanto, acolher a tese de que o determinismo já se encontra vinculado aos processos neurológicos e nosso livre arbítrio é uma farsa, onde temos uma falsa percepção de controle sobre a realidade, estaríamos abrindo mão do próprio Direito, e isso é inconcebível no nosso cenário moderno, pois estaríamos prestigiando a impunidade e a não responsabilização pelos próprios atos.

.....

Luciano Novaes Carneiro

Mário Furlaneto

 **LEI DE COMBATE À ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL, PROJETO DE LEI ANTI CRIME E SEUS ASPECTOS CONSTITUCIONAIS EM RELAÇÃO À PROGRESSÃO DE REGIME**

O referido estudo visa confrontar a proposta do pacote de leis oferecidas pela proposta do então ministro da justiça Sérgio Moro, e seu impacto na progressão de regime. Busca desnudar as possíveis violações constitucionais.

.....

Lucas de Andrade

César Augusto Luiz Leonardo

 **A INTERAÇÃO MEDIDAS DE SEGURANÇA - LEI ANTIMANICOMIAL NO PROCESSO PENAL**

Sob enfoque da teoria tripartida do crime, exige-se que seja o fato penal antijurídico, culpável e tipificado na legislação repressora. Imerso nesta, inclui-se a inimputabilidade penal, caracterizada como o nível mitigado de integridade mental do réu ao momento da conduta ilícita por ele praticado. Contra esses inimputáveis serão impostas medidas de segurança, após instaurado o incidente insanidade mental ao curso do processo penal, sendo que ambos os institutos são regulamentados pela Lei Antimanicomial. Assim sendo, buscará o artigo realizar uma análise entre essa interação, tendo como principal objetivo esclarecer ao leitor os pontos de maior atrito e consonância. A presente pesquisa utilizou,

principalmente, a revisão de literatura como procedimento metodológico. Ao final, em apertada síntese, concluiu o artigo acerca da capacidade do processo penal em efetivar, ainda mais, as melhorias trazidas ao ordenamento pela Lei 10.216/2001.

.....

João Victor Rodrigues Murcia
Gilson Cesar Augusto da Silva

A IMPORTÂNCIA DA SEPARAÇÃO DE DETENTOS À LUZ DA LEI Nº 13.167/2015

O presente artigo tem como principal ponto de pesquisa o entendimento geral de como a Lei n.º 13.167/2015 introduziu inovações no que diz respeito à separação de detentos já condenados por sentença penal transitada em julgado e presos que estão provisoriamente detidos em face da Lei de Execução Penal. Utilizando em sua maior parte o método dedutivo, o propósito da pesquisa se baseia inicialmente no entendimento da importância dos direitos fundamentais da pessoa humana no interior dos presídios como importante forma de ressocialização do indivíduo. Além disso, um regime diferenciado para detentos ainda não condenados respeita diversos princípios constitucionais que serão abordados no decorrer do artigo, evidenciando assim a importância da alteração do texto revogado que abordava de forma genérica a separação e não levava em conta o tipo e a gravidade do crime praticado.

.....

Laila Martina de Paula Borges
Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA APÓS ACÓRDÃO CONDENATÓRIO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Este artigo pretende avaliar as alterações, e como cada período histórico vivenciado pelo país interferiu nas decisões e principais argumentos utilizados pelos Tribunais Superiores, especialmente o Supremo Tribunal Federal, no decorrer dos anos a respeito da possibilidade ou não da execução provisória da pena após acórdão condenatório em segunda instância. Embasando-se especialmente nas principais decisões, sendo elas no Recurso Extraordinário com Agravo nº 964.246 do ano de 2016 e posterior no julgamento do Habeas Corpus nº 152.752

interposto pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Concluiu-se com a pesquisa que o atual entendimento a respeito do tema ainda é passível de mudanças em razão da incerteza do atual julgamento. Empregar-se-á, neste trabalho, o método dedutivo, optando-se pela pesquisa bibliográfica e qualitativa como os procedimentos metodológicos para sua realização.

.....

Vitor Iago Almeida Ansaneli
Carlos Ricardo Fracasso

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO TRIBUNAL DO JÚRI

O presente trabalho analisa a instituição constitucional do Tribunal do Júri, que é competente para julgar os crimes dolosos contra a vida, e sua relação em casos concretos com a influência da mídia brasileira. Aponta os conceitos que compõem o Tribunal do Júri, os direitos e garantias fundamentais que devem ser observados e sua importância para a manutenção da democracia. Destaca-se, notadamente, a importância da mídia imparcial para informar a sociedade sobre os julgamentos. Por derradeiro, analisa a divulgação de notícia relativa sobre casos polêmicos, serão demonstrados na relação e a forma como a mídia se interessa pelos assuntos julgados pelo tribunal, interessantes soluções serão apontadas para evitar que o julgamento pelo tribunal popular seja ameaçado pelos meios de influência das massas, uma vez que o jurado, como juiz leigo, tende a seguir opinião pública, deixando de lado tudo o que for demonstrado no processo. Adotaram-se como métodos de abordagem indutivos; de procedimento pesquisa bibliográfica, de cunho teórico-prático.

.....

Nayara Romanoski Valenciano
Penal/ Processo Penal

AMPLIAÇÃO DA JUSTIÇA NEGOCIAL EM MATÉRIA CRIMINAL NO BRASIL

O sistema processual penal brasileiro, hodiernamente, é alvo de grandes críticas direcionadas à falta de eficiência e celeridade. Isso deve-se, principalmente, ao viés ultra-garantista do processo consolidado em nosso ordenamento jurídico. Como será apresentado no artigo, muitos países vêm implementando uma espécie de “justiça negociada” baseada no instituto processual norte-americano.

cano do *plea bargaining* como método alternativo para respostas mais eficazes às demandas criminais, visando uma maior celeridade e economia processual. Por meio do procedimento de revisão bibliográfica e legislativa e da utilização do método dedutivo, analisar-se-á a experiência do *plea bargaining* nos Estados Unidos e a expansão da justiça negocial em matéria penal no Brasil, concluindo-se que tal modelo de justiça é uma alternativa viável para que sejam alcançadas a celeridade e a economia processual no âmbito do processo criminal brasileiro, assegurando-se, assim, um dos direitos previstos em nossa carta magna seu art. 5º, LXXVIII – a razoável duração do processo.

.....

Simone Campassi Vianna
Mario Furlaneto Neto

EUTANÁSIA

Eutanásia é o ato intencional de proporcionar a alguém uma morte indolor para aliviar o sofrimento causado por uma doença incurável ou dolorosa.

.....

Heloísa Redolfi Ferrari
Roberto da Freiria Estevo

AS DECISÕES NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO: A QUESTÃO DA ÍNTIMA CONVICÇÃO x LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO COM ENFOQUE NO TRIBUNAL DO JÚRI BRASILEIRO

O presente artigo científico visa discorrer a respeito dos métodos e procedimentos decisórios adotados pelo Direito Processual Penal no ordenamento jurídico brasileiro. O propósito deste trabalho é comparar a forma decisória do Juiz togado, que deve obrigatoriamente fundamentar a sentença, em contrariedade ao veredicto dos jurados no Tribunal do Júri, onde a decisão se efetiva por meio de votos com base na íntima convicção. Neste contexto, levando em consideração os princípios constitucionais e processuais aplicáveis em ambos os sistemas, faz-se necessário apontar as críticas e divergências doutrinárias acerca do tema, além de refletir a respeito da necessidade ou não de uma reestruturação e adequação da legislação atual. Cumpre-se dizer que este trabalho utilizou em sua construção o método dedutivo, de análise doutrinária e da legislação vigente, além de revisão bibliográfica.

Juliana Danelon Pova

Roberto da Freiria Estevão



A CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA: OS IMPACTOS NA SOCIEDADE E NO JUDICIÁRIO

O presente trabalho visa explorar a visão preconceituosa e segregatória imposta pela mídia sobre a sociedade ao que diz respeito aos chamados “criminosos em potencial” e os impactos de tais ações e pensamentos nos trâmites do Judiciário. Aclarando, portanto, sobre a violação dos princípios constitucionais da presunção de inocência, devido processo legal e igualdade nas diversas formas de transmissão de conteúdo através da tecnologia, gerando insatisfação e receio popular com o sistema julgador e um sentimento de insegurança individual e coletiva, trazendo consigo como consequência direta o surgimento de “justiceiros” que buscam fazer valer seu próprio senso de justo, acarretando um caos social incontrolável.

.....

Gabriela Buoro

Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro



A NATUREZA OBJETIVA DA QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO E SUA QUESITAÇÃO NO TRIBUNAL DO JÚRI

O presente artigo pretende analisar a natureza jurídica da qualificadora do feminicídio. A lei que incluiu essa nova qualificadora ao artigo 121, § 2º, inciso VI, do Código Penal no rol dos homicídios qualificados deixa margem para diversas interpretações quanto à sua natureza, além do fato de a violência de gênero ser um tema complexo e interdisciplinar, levando-se em consideração o aspecto subjetivo e objetivo da conduta criminosa. O feminicídio nada mais é do que uma qualificadora do crime de homicídio, motivado por razões de gênero, envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher. O objetivo deste artigo não é apenas estudar os impactos dessa mudança, mas esquadriñar a natureza jurídica desta Lei, que institui o feminicídio. Assim, o artigo trará as posições doutrinárias e jurisprudenciais, verificando seus diversos entendimentos em relação à natureza jurídica dessa nova qualificadora. Os procedimentos metodológicos adotados neste artigo constituíram no levantamento bibliográfico, uma vez que se buscou desenvolver o artigo por meio de uma leitura da temática ancorada em fontes teóricas e documentais sobre direito penal e violência doméstica e de gênero.

No que diz respeito aos métodos de abordagem, a pesquisa foi de natureza dedutiva. A conclusão tratará do objeto central da pesquisa, analisando grupos que classificam a natureza jurídica da lei estudada, aprofundando cada uma dessas categorias a fim de chegarmos a um entendimento, bem como suas consequências no direito penal.

.....

Thales Aporta Catelli

José Eduardo Lourenço dos Santos

O PRINCÍPIO DA CONFIANÇA E A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA: DESAFIOS À DILAÇÃO PROBATÓRIA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Tem-se por objeto específico deste artigo a elaboração de reflexões acerca da necessidade de observância, no direito penal e processo penal contemporâneo, aos meios, objetivos e desafios concernentes à dilação probatória quando diante da aplicação, no trâmite da ação penal, do princípio da confiança e da teoria da cegueira deliberada, considerando-se, principalmente, a atual tendência às referidas incidências, conforme percebido em julgados recentes, relacionadas à apreciação de crimes de corrupção, contra o sistema financeiro nacional, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, entre outros. O estudo foi desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfica a partir de obras doutrinárias, trabalhos acadêmicos e jurisprudência de âmbitos nacional e internacional, destacando-se que se propõe, a partir da elaboração deste sintético trabalho, a reflexão das discussões concernentes à temática na constante busca pela lapidação do conhecimento pautado no rigor científico-acadêmico.

.....

Tainara Miranda da Silva

José Eduardo Lourenço dos Santos

A RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A SUA COMPATIBILIDADE COM A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA

O tema proposto para este trabalho encontra-se articulado com a questão da flexibilização do princípio constitucional da presunção de inocência, que vem sendo debatido no Supremo Tribunal Federal, que decidiu que é possível

aplicara a execução provisória da pena em decisão de condenação a partir da segunda instância. Com o objetivo de mostrar no decorrer deste artigo que este princípio não é um princípio absoluto, e que não viola os direitos garantidos pelo acusado, tendo suas garantias à disposição da mesma forma. Para desenvolver esta pesquisa, será necessário utilizar procedimentos metodológicos como análise doutrinária, jurisprudencial e artigos que desenvolvem sobre este assunto. Por meio deste artigo, se pretende sustentar que a posição do Supremo Tribunal Federal não é inconstitucional, que a execução provisória da pena em condenação de segundo grau de jurisdição não ofende o princípio da presunção de inocência e tampouco viola direitos do aprisionado.

.....

Thayná Regina Moreira da Silva
José Eduardo Lourenço dos Santos

INFILTRAÇÃO POLICIAL EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

O objetivo do presente trabalho é o estudo da técnica do emprego do agente infiltrado como meio de investigação de provas nos delitos relacionados à criminalidade organizada no ordenamento jurídico brasileiro, analisando as características fundamentais da nova Lei de Organização Criminosa, Lei nº 12.850/13. Por ser uma prática pouco utilizada, se faz necessário discorrer sobre crime organizado, organização criminosa e infiltração policial, bem como explorar e analisar a nova lei aplicada. É perceptível que a infiltração é uma técnica de relevante importância, uma vez que o policial de modo discreto consegue produzir provas de maneira ampla, descobrindo o funcionamento e estrutura da Organização Criminosa, e assim chegar ao objetivo principal; a punição dos integrantes e o desmantelamento de toda a estrutura daquela organização. Será utilizado como metodologia a revisão bibliográfica e o método hipotético dedutivo, bem como a utilização das metodologias interdisciplinares e comparadas.

.....

Matheus Martins Dos Santos
Gilson César Augusto da Silva



A MAIORIDADE PENAL E SEUS REFLEXOS NEGATIVOS NA SOCIEDADE

Atualmente, o Brasil aborda assuntos recorrentes e de grande importância em relação à redução da maioridade penal, pois a sociedade brasileira vem enfrentando diversos problemas com a criminalidade, inclusive a juvenil. São crimes dos mais terríveis possíveis onde podemos citar os sequestros, assassinatos e roubos e com isso os jovens vem ganhando espaço nesse tipo de delito. 1 O tema da redução da maioridade penal tem atravessado o contexto social com uma intensidade gradativamente aumentada em função do maior índice de ocorrência do grande aumento de criminalidade entre os jovens e da exaustiva divulgação desses casos pela mídia. Considerando a relevância do assunto e o intenso debate entre os favoráveis e contrários à redução, o tema foi objeto de diversas propostas de emenda constitucional buscando maior responsabilização desses jovens. Determinar a maioridade penal não é tarefa simples. Os países adotam diferentes idades mínimas a partir das quais o indivíduo deve responder por seus atos perante a justiça. Isso mostra que não há um consenso sobre o assunto no mundo. E pensando mais nessa proteção a segurança da sociedade e aos interesses do Estado envolvidos na solução do problema é que essa discussão acaba por trilhar caminhos voltados a modificações nas legislações brasileiras penais, sobretudo, numa possível redução da maioridade penal de 18 anos para 16 anos. Nos dias de hoje, a constituição do Brasil é fixada em 18 anos e traz opiniões a favor e contra a redução da maioridade. O artigo 228 da Constituição Federal (CF) fala que menores de 18 anos são considerados inimputáveis, ou seja, não podem responder criminalmente como adulto pelos seus atos. Caso o menor infrator cometa algum crime ele não responderá criminalmente e sim serão impostas apenas medidas socioeducativas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, em que a medida que pode ser considerada “mais severa” prevê a retenção da liberdade por no máximo 3 (três) anos. Nota-se que o abandono do Estado, da população e dos familiares é um dos principais fatores de aumento na violência entre os jovens. O Estatuto é um alibi dos jovens, retirando as penas mais severas e prejudicando os familiares e vítimas que sofreram algum ato. Por fim, o trabalho relata a importância do estudo da redução da maioridade penal, punindo os infratores que cometem crimes contra a vida. Pois a sociedade brasileira vem enfrentando diversos problemas com a criminalidade. O método de abordagem do estudo é o dedutivo, com análise bibliográfica e documental.

*Yasmin Martins pereira
Danilo Pierote Silva*

LEGÍTIMA DEFESA

A legítima defesa é instituto previsto no códex penal, no artigo 23, inciso II e artigo 25, sendo caracterizada como a defesa contra injusta agressão, atual ou iminente, contra direito próprio ou alheio, utilizando-se dos meios necessários e de forma moderada. Entretanto, há diversas particularidades acerca desta hipótese que merecem atenção. É importante que se entenda o seu conceito e a sua natureza jurídica, verificando-se, assim, os requisitos previstos em lei e necessários para que haja a efetiva configuração da excludente, quais sejam, uma injusta agressão, que esteja ocorrendo ou prestes a acontecer, seja contra um direito próprio ou de um terceiro e, para ser evitada, devem ser utilizados os meios necessários e moderados para tanto. A legítima defesa é dividida em algumas espécies, verificando-se no caso concreto sua execução ou então o seu excesso, sendo este punível por não atender ao requisito dos meios moderados e necessários para se repelir a injusta agressão, atual ou iminente. A respeito de todos esses detalhes, a jurisprudência demonstra a efetiva configuração de tal excludente no dia a dia forense. A metodologia utilizada será a da revisão bibliográfica, com a utilização de artigos científicos, livros, jurisprudências e legislações pertinentes ao tema.

.....

*Gabrielly Mengato Pires
Gilson Cesar Augusto*

ASSÉDIO SEXUAL CONTRA A MULHER: UMA RELEITURA DA EFICÁCIA SOCIAL DA LEI 10.224

O estudo visa apresentar uma releitura da construção normativa que estende a proteção da lei penal às mulheres vítimas de abusadores sexuais, com o objetivo de compreender a tendência de criminalização do legislador brasileiro, diante de vertentes doutrinárias que consideram desnecessária a promulgação da Lei 10.224/2001. A aplicação deste dispositivo colide com o princípio da subsidiariedade, vez que há, no ordenamento jurídico, outros capazes de acolherem as vítimas deste tipo de abuso. A análise objetiva da eficácia social da Lei através do tempo é o método desta revisão para demonstrar que a aplicação do princípio da subsidiariedade não é abrangente o suficiente para coibir condutas abusivas e seus efeitos maléficos radiais.

Rennan de Souza Menegon
Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

SISTEMA CARCERÁRIO E A APAC – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS

O presente trabalho surge em um contexto de crise generalizada no sistema carcerário brasileiro. Havendo um caos generalizado, situação que já foi, inclusive, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal que declarou um Estado de Coisas Inconstitucional, é necessário buscar alternativa. Com isso em mente, a presente pesquisa quer mostrar que a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, a APAC, é uma possibilidade de humanizar esse sistema, além de tornar possível uma recuperação mais efetiva dos condenados com, ainda por cima, melhores índices em relação a reincidência. Para tanto, a pesquisa utilizou o método dedutivo. Assim, analisando dados e demonstrando que a APAC é capaz de levar a uma redução dos péssimos índices e resultar em uma humanização da prisão, essa pesquisa vem trazer essa alternativa importante ao sistema atual.

.....

Waldir Viveiros Neto
Carlos Ricardo Fracasso

CRÍTICA DA APLICAÇÃO DA TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO EM DESFAVOR DO RÉU

O presente artigo incumbiu-se de adentrar a seara do estudo da criminologia para compreender o direito penal como um todo holístico e não fragmentado em seções de modo a analisar a teoria de Claus Roxin acerca do domínio do fato como instituto descaracterizador de autoria do delito para participação, analisando como vem sendo aplicada nos dias de hoje pelos operadores do direito, bem como seus desdobramentos jurídicos para o réu. Utilizar-se-á o método qualitativo de pesquisa para elaboração deste.

.....

*Giovanna Pires Lima
Carlos Ricardo Fracasso*

O PAPEL DA PSIQUIATRIA FORENSE NOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA

O tema objeto do presente artigo, visa abranger questionamentos sobre a importância da psiquiatria forense na atuação do Poder Judiciário, especialmente no âmbito criminal, quando ambas se fundem, se completando em busca de um desfecho mais justo e plausível. O objetivo da referida pesquisa, é entender de que modo a psiquiatria forense auxilia o direito na resolução de crimes cometidos por psicopatas, bem como qual o tratamento diferenciado que deverá ser aplicado a tais indivíduos, diante do elevado risco de reincidência. Para tanto, a metodologia utilizada foi o estudo de caso de diversos criminosos diagnosticados como psicopatas, bem como diversas obras dos mais renomados nomes da psicologia e psiquiatria forense de todo país, que contribuíram e enriqueceram a presente pesquisa. Assim, com toda a bagagem metodológica utilizada, foi possível compreender a importância da fusão entre a ciência da medicina (psiquiatria) e a ciência do direito, e como ambas se completam na busca da verdade real dos fatos e sede de processo penal, bem como na fase de execução penal.

.....

*Cintia Aparecida Mulato Silva
Danilo Piorote*

TORCIDAS ORGANIZADAS A EFETIVAÇÃO DA LEI PENAL SOB A ÉGIDE DA CONSTITUIÇÃO

O objetivo deste artigo é propor uma reflexão sobre o comportamento do indivíduo no âmbito do futebol, sua forma de agir quando é parte de uma torcida organizada, os atos criminosos e a punição decorrente destes, a função do Estado na repressão desses comportamentos, e a razão da ineficácia das punições no Brasil, sob a ótica da lei penal e à luz da Constituição Federal, a partir do estudo de casos concretos ocorridos no plano interno e internacional, observando-se a forma de agir dos Estados frente à problemática decorrente da violência generalizada no futebol. A metodologia aplicada foi a empírica, uma vez que se faz necessário a observância de vários aspectos sociais ao longo do tempo para poder chegar à conclusão final, tendo partido das mudanças de comportamento dos indivíduos, e consequentemente das torcidas organizadas, de diversos países comparados ao Brasil.

Previdenciário / Tributário

*Dayane Higino Cruz
Alexandre Sormani*

A COLISÃO DE ISENÇÕES DO ICMS E A GUERRA FISCAL ENTRE OS ESTADOS: PROPOSTA DA SÚMULA VINCULANTE 69

O presente artigo, busca debater proposta da súmula 69, pelo Ministro Gilmar Mendes, e combater proposta e acordos não aprovados pelo CONFAZ (Conselho de Política Fazendária) que promove a celebração de convênios, para efeito de concessão ou revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do imposto, e visa a isenção de imposto para empresas e mesmo sendo legais, uma desproporcionalidade do ICMS (Imposto de Circulação de Bens e Serviços) para empresas. O favorecimento de benefícios legais que ao serem concedidos pelos Estados inibem para que o problema e objetivos apresentados faz- se necessário a indicação e alcance e identificar, a ilegalidade da não arrecadação de impostos tributários sem a aprovação do CONFAZ, se gera a ilegalidade constitucional da existência da Guerra Fiscal. O Estado, portanto, oferece benefícios e inventivos fiscais, de forma legal, mas se lesionar outro Estado pode ser inconstitucional causando a Guerra Fiscal.

.....

*Vinicius Ribeiro Mota
Otávio Augusto Custódio de Lima*

A DIGNIDADE HUMANA COMO PARÂMETRO SOCIAL PARA O BPC

Este trabalho tem como objeto de estudo os parâmetros adotados pelo BPC na concessão do benefício a pessoa portadora de qualquer tipo de deficiência ou idoso com mais de 65 anos que não tenha condições de prover sua subsistência. Objetiva verificar se o fator renda utilizado pelo INSS como critério de concessão, previsto pelo parágrafo 3º do artigo 20 da lei 8.742/93 faz jus ao

resguardo do direito do idoso e do deficiente apregoados pela CF/88. Tem como objetivos específicos os seguintes: apresentar o conceito de Seguridade Social; distinguir os termos Assistência Social e Previdência Social; conceituar o que é o BPC; verificar se o valor do benefício concedido pelo INSS assegura e satisfaz as necessidades dos beneficiários garantindo a dignidade humana e apontar exemplos de situações vivenciadas por pessoas idosas e deficientes que pleiteiam o benefício da prestação continuada (BPC-LOAS).

.....

Caroline Ferrari Villa

César Augusto Luiz Leonardo



EXECUÇÃO FISCAL: DA FORMAÇÃO À SATISFAÇÃO DO CRÉDITO NO ÂMBITO FEDERAL

O presente artigo tem como foco demonstrar os meios que a Fazenda Pública utiliza para que seja satisfeita a dívida entre ela e o devedor valendo-se do processo de execução fiscal, para créditos tributários ou não tributários inscritos em dívida ativa, tendo um título executivo extrajudicial. A lei que regulamenta todo esse procedimento judicial fiscal é a Lei nº. 6.830/80. Fazendo uma análise no seu procedimento judicial, percebe-se que há diferenças entre a referida lei e o Código de Processo Civil, este tendo uma aplicação de maneira subsidiária. Sabemos que o devedor é o mais fraco na relação processual, mas é importante analisar que a Fazenda Pública está atuando em prol do interesse público. O artigo traz o que os tribunais superiores estão decidindo a respeito desse tema, além de detalhar os tipos de penhora existentes na LEF e bem como no CPC. O método utilizado foi o dedutivo e bibliográfico, analisando doutrina, artigos, legislações e jurisprudências dos Tribunais Superiores.

.....

Thiago Custodio Dias

Alexandre Sormani



A TRIBUTAÇÃO SOBRE BENS IMÓVEIS: UM ESTUDO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DO IPTU EM FACE DO DIREITO À MORADIA DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

O presente trabalho visa estudar a relação de constitucionalidade do imposto de propriedade predial e territorial urbana em detrimento dos direi-

tos fundamentais de propriedade e de moradia garantidos na Constituição de 1988, levando-se em conta que no presente diploma constitucional a proteção do ser humano é tida como princípio fundamental do nosso Estado Democrático de Direito, em decorrência do princípio da dignidade da pessoa humana. Posto isto, em concomitância da análise acerca dessa constitucionalidade procura-se verificar sobre a possibilidade da retirada do referido imposto do ordenamento jurídico constitucional e infraconstitucional brasileiro e considerar possíveis benefícios ou malefícios que poderão advir dessa atitude. E sendo a dignidade da pessoa humana um dos pilares da Constituição, que para a sua consecução se fez necessário o estabelecimento de direitos fundamentais como: o direito à propriedade e o de acesso à moradia para o ser humano, e em paralelo com desenvolvimento do Estado se fez necessário uma arrecadação para a sua sobrevivência, a qual incide em diversos campos da nossa vida, com isto buscou-se uma elucidação sobre o debate proposto através de referenciais bibliográficos e jurisprudências. Ao final concluiu-se que o tributo ao ser analisado pelas doutrinas e jurisprudências que o cercam pode ser considerado inconstitucional dentro da perspectiva analisada.

.....

Céffora Nayara Paes da Silva
Marcelo Rodrigues da Silva

OS RISCOS SOCIAIS COBERTOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A proposta da pesquisa consiste em desenvolver o conceito e entendimento sobre a Previdência Social e o risco social, demonstrando quais os riscos e os benefícios com o progresso da previdência. Ao final, trabalha-se com o conceito, já desenvolvido, dentro do regime previdenciário brasileiro quanto a alguns de seus aspectos e proposta para mitigar estes riscos.

.....

Caroline Oliveira Cauneto
Marcelo Rodrigues da Silva

ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PARA TRABALHADORES ATIVOS EM RAZÃO DE DOENÇA GRAVE

Este presente artigo científico tem como intuito a obtenção de isenção do imposto de renda para trabalhadores ativos em razão de moléstia grave. A

isenção do imposto de renda contempla os trabalhadores inativos, pensionistas e os derivados de reforma desde que, portadores das doenças graves elencadas no rol do artigo 6, XIV, da Lei 7.713 de 1988. Ou seja, concede a isenção do imposto de renda para os proventos decorrentes de aposentadoria, pensão ou reforma, contudo exclui os trabalhadores ativos, causando discriminação. Esta legislação isentiva atua como forma de amenizar o sofrimento do indivíduo em decorrência da moléstia grave. Este artigo tem como objetivo demonstrar que, os trabalhadores ativos, portadores das doenças graves elencadas no rol do referido artigo também têm direito à concessão do benefício de isenção do imposto de renda, visto que, a lei foi criada com o intuito de amenizar o sofrimento dos portadores das doenças graves elencadas no rol do artigo, para que possam usufruir todo o seu rendimento e melhorar sua qualidade de vida. Contudo, trabalhador ativo também sofre com uma das doenças e, ao ser impedimento de ter o benefício de concessão a isenção do imposto de renda, além de sofrer com a amargura da doença, esta não tem a sua disposição toda a sua renda para melhorar sua qualidade de vida. Além de que, ao impedir que ao trabalhador ativo seja concedido o benefício da isenção, está infringindo com as garantias constitucionais de dignidade da pessoa humana, isonomia e gera discriminação para com os trabalhadores ativos. Diante dos argumentos, é possível concluir que, o trabalhador ativo tem direito a concessão do imposto de renda, visto que a legislação tributária ao excluí-lo, está afrontando a Constituição Federal. Será demonstrado também que, a justificativa de não conceder este benefício é que o Código Tributário Nacional estabeleceu que a legislação que versa sobre isenção deverá ser interpretado literalmente, no entanto, o STJ já pacificou que, nos casos em que a interpretação literal se mostrar insuficiente, outro tipo de interpretação poderá ser utilizada.

.....
Erick Jacobino

Marcelo Rodrigues da Silva

 **A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A IRREPETIBILIDADE DOS ALIMENTOS AO ERÁRIO ORIUNDOS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELO INSS POR ERRO ADMINISTRATIVO**

O objetivo deste artigo científico visa assegurar os direitos da Constituição Federal em face da relação INSS e segurados nos casos de benefícios concedidos pela autarquia decorrentes de erro da sua própria administração. Para a

consecução deste, são utilizados os meios bibliográficos (doutrina, legislação e jurisprudência), por meio do método hipotético-dedutivo. Em vista disso, cabe salientar que o presente artigo foi elaborado visando a boa-fé do segurado no tocante ao recebimento do benefício e por este ter a sua natureza alimentar, pois, em regra, é a única fonte de renda auferida pelo cidadão, sendo certo que deste provimento ele deverá viabilizar a sua subsistência. Ressalta-se que são pessoas que por algum motivo dependem do benefício, sejam elas impossibilitadas por doença, invalidez ou idade, ou seja, um grupo social que merece atenção das normas vigentes. Conclui-se que, existindo erro do instituto e a boa-fé do segurado, à luz do atual entendimento dos Tribunais Superiores, inadmissível se torna a restituição dos valores percebidos.

.....

*Verônica Cristina Domingos Cirino
Daniela Ramos Marinho Gomes*



OS ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DA COMPUTAÇÃO EM NUVEM - CLOUD COMPUTING

A computação na nuvem é uma inovação da era digital, cujos recursos e informações dos contratantes ficam disponíveis em nuvens, possuem características específicas para atender diferentes usuários. Seus modelos de serviços basicamente são: infraestrutura IaaS, plataforma de desenvolvimento PaaS e software como serviço SaaS. Ocorre que, a contratação dessas tecnologias tem gerado conflitos de competência tributária entre Estados e Municípios, insegurança jurídica e bitributação, caminhando na contramão dos pilares do Direito Tributário. Nesse contexto, o presente trabalho busca realizar uma análise da correta contratação do SaaS, a hipótese de incidência do ICMS e ISS, bem como analisar decisões dos tribunais acerca do caso.

.....

*Giovana Notaro Bonora
Daniela Ramos Marinho*



ITCMD - IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS DE BENS LOCALIZADOS NO EXTERIOR

A incidência do ITCMD de bens localizados no exterior é algo que gera discussões, o trabalho discorre sobre a possibilidade de incidência. Conforme

previsto na Constituição Federal de 1988, é competência dos Estados e do Distrito Federal instituir impostos sobre a transmissão causa mortis de quaisquer bens ou direitos, exceto por não haver lei complementar para regulamentar quando os bens e direitos se encontram no exterior, independentemente de o inventário ou arrolamento seja processado no Brasil. Tendo a pesquisa o objetivo de averiguar se é devida a cobrança do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação dos bens localizados no exterior. Sendo abordado o método dedutivo na presente pesquisa. Conclui com uma análise breve de que se torna incabível o pagamento do tributo pelo contribuinte quando houver bens localizados no exterior.

.....

Maria Laura Rossatto Franco

Marcelo Rodrigues da Silva

LIMBO PREVIDENCIÁRIO

O presente aborda o chamado Limbo Previdenciário, expressão utilizada para designar a situação em que se encontra o empregado que, após ter cessado seu benefício previdenciário (seja por alta programada ou por nova perícia com Médico do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS), passa por perícia com o médico do trabalho e é, por este, considerado inapto a retornar às atividades. Busca-se, com esse estudo, analisar o conteúdo da proteção jurídica das partes e sugerir uma solução para a situação em tela, através da vinculação dos pareceres médicos dados nas perícias do médico do INSS e do médico do trabalho. A pesquisa é bibliográfica, dando-se por meio do estudo de doutrinas, legislação, código de ética médica e decisões judiciais. Entendeu-se, portanto, pela importância de vinculação da perícia do médico do trabalho à do perito do INSS, bem como pela necessidade de previsão legal.

.....

Renan de Lima

Daniela Ramos Marinho

A COBRANÇA DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS COM O ADVENTO DA PORTARIA Nº 396/2016 NO ÂMBITO NA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

O presente artigo científico visa explorar a problemática acerca do vultoso número de execuções fiscais em trâmite no judiciário brasileiro, com foco

na atuação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional na recuperação dos créditos públicos e o advento da Portaria nº 396/2016, que estabeleceu o Regime Diferenciado de Cobrança de Créditos como uma nova estratégia de cobrança. O propósito do presente trabalho é aclarar as controvérsias suscitadas com a edição da referida portaria ao analisar sobre eventual afronta ao Princípio da Legalidade, utilizando em sua elaboração o método científico, buscando dados empíricos de institutos estatísticos e da própria Procuradoria da Fazenda Nacional, bem como realizou uma minuciosa análise bibliográfica acerca do tema.

.....

Karina Viana Borges
Daniela Ramos Marinho



TRIBUTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VALOR ADICIONADO E DE TELECOMUNICAÇÕES

A tributação dos Serviços de Valor Adicionado (SVA) e o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) prestados pelas empresas de telecomunicações são assuntos que geram turbilhões de dúvidas, além de vários entendimentos distorcidos a respeito. No presente trabalho buscou-se compreender e analisar a diferença de tais serviços prestados, bem como o tratamento mais adequado, com ênfase no Imposto sobre os Serviços de Comunicação (ICMS), juntamente com uma análise das leis e julgados neste tema. Desta forma, este trabalho tem como objetivo discutir qual a operação tributária adequada, ou qual a submissão tributária para tais serviços. A pesquisa bibliográfica foi o caminho metodológico utilizado, bem como o estudo de caso.

.....

Guilherme Cordeiro dos Santos
Marcelo Rodrigues da Silva



POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DO INSTITUTO GRANDE INVALIDEZ PARA AS DEMAIS APOSENTADORIAS DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O instituto da Grande Invalidez surgiu para que atenda o segurado que, aposentado por invalidez, se encontre impossibilitado de praticar os atos da sua vida diária sem a ajuda de um terceiro. Para tanto, nossa legislação previdenciária (Art. 45 da lei 8.213/1991) vem de encontro a este problema, para que, este

suporte um acréscimo de 25% (vinte e cinco) por cento sobre seu salário benefício. Este valor serve para justamente arcar com despesas extras oriundas desta Grande Invalidez.

.....

Yuri Buim Martins Machado
Daniela Marinho



PRESCRIÇÃO DOS TRIBUTOS CONSTITUÍDOS PELO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO: ANÁLISE DO IMPOSTO DE RENDA

O presente artigo visa analisar os múltiplos pontos discutíveis, que surgem na aplicação das regras de prescrição dos tributos, sujeitos ao lançamento por homologação, tendo como foco o imposto de renda.

.....

Giuliano Tovo Di Raimo
Marcelo Rodrigues da Silva



LIMBO JURÍDICO PREVIDENCIÁRIO NOS BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE E A PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

O tema pesquisado nesse trabalho foi o limbo Jurídico Previdenciário, que tem como escopo a apresentação e definição deste instituto jurídico, análise do panorama geral de benefícios concedidos, tempo de espera, casos levados ao judiciário e entendimento dos tribunais superiores sobre o tema. Ainda discorrerá sobre o papel do empregador nesses casos. O objetivo geral da pesquisa é analisar o atual cenário e propor uma solução que possa resolver o problema, como também pacificar a situação entre empregado e empregador. Os objetivos mais específicos foram entender como o judiciário se posiciona sobre o assunto, como os empregadores podem auxiliar seus empregados que estiverem passando por tal situação e também qual a real situação desse empregado. E conclui-se, que a jurisprudência tem entendido que é dever da empresa arcar com a remuneração do trabalhador que está na situação de limbo previdenciário.

.....

Julia Caroline Pontolio da Silva

Marcelo Rodrigues da Silva

NATUREZA TRIBUTÁRIA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

O presente artigo visa uma análise acerca das Contribuições Previdenciárias, passando por um estudo sobre as Contribuições, bem como as Contribuições Sociais. As Contribuições Destinadas à Previdência Social em sua essência e natureza, passando por uma análise destas e seus reflexos tanto do Direito Previdenciário como no Direito Tributário. Com uma análise sobre as Contribuições como Tributo, as discussões que já versaram sobre este tema, suas especificações na Constituição Federal de 1988, os meios de arrecadação, sua finalidade e destino. Por fim, fazendo uma análise das Contribuições Previdenciárias para o custeio da Previdência Social.

Trabalho / Processo do Trabalho

Amanda Carolina de Oliveira Reis

Andrea Ântico Soares

MULHERES EM CARGO DE LIDERANÇA

No presente trabalho serão abordadas todas as dificuldades das mulheres em alcançar os tão sonhados Cargos de Liderança. Além disso, serão abordados durante o presente artigo, como as mulheres alcançaram seu lugar no mercado de trabalho, a luta pela igualdade e a tentativa de alcançar cada vez mais cargos de liderança. Com este artigo fica pretendido mostrar que as mulheres são capazes de realizar qualquer tipo de ocupação, não existindo esta ideia antiga de trabalhos masculinos e femininos, mas posições igualitárias entre gêneros. Além disso pretende mostrar, que as mulheres são capazes de conquistar o que tanto batalham e estudam, a única coisa que não poderão fazer é escutar as

críticas que virão apenas pelo fato dela ser mulher, pois se grandes mulheres foram criticadas e superaram tudo isso, estas devem ser espelhos e inspirações a serem seguidas. Com a apresentação deste artigo, pretende-se inspirar aquelas mulheres que estão inseguras e incertas de suas decisões, ou de seus sonhos e desejos, mostrar que tudo é possível desde que você lute e acredite naquilo em que realmente quer alcançar. Nada é impossível na atualidade, cada vez mais nos surpreendemos com novidades que jamais imaginávamos que poderia acontecer, então jamais desista daquilo o que sonha. As mulheres são mais fortes juntas e juntas irão alcançar posições ninguém imaginaria que poderiam alcançar.

.....

*Maria Juliana Mendes Zonetti
Andrea Antico Soares*

A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR ABANDONO DE EMPREGO RESULTANDO EM JUSTA CAUSA DO EMPREGADO PREVISTO NO ARTIGO 482, ALÍNEA I, DA CLT

Este artigo em questão se trata das principais formas de rescisão do contrato de trabalho, mais especificamente da configuração da justa causa pela caracterização do abandono de emprego. O objetivo dessa pesquisa foi trazer informações para os empregados e os empregadores. Para o alcance dos objetivos desse estudo, foi adotado o método de pesquisa hipotético-dedutivo e a pesquisa foi desenvolvida através de bibliografias, por meio de doutrinas, legislações e jurisprudências, sendo analisado os principais pontos de vista do tema em questão. O trabalho aqui analisado, parte da premissa de como era o direito do trabalho nas constituições anteriores, como foi abordado na Constituição Federal de 1988 e quais os requisitos necessários para a caracterização do abandono de emprego quando se configura a justa causa. Há requisitos que devem ser preenchidos, sejam eles subjetivos ou objetivos.

.....

*Marlon Baralde Viveiros Campos
Andrea Antico*

A DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO

A distribuição do ônus da prova é matéria relevante no processo do trabalho, uma vez que garante o amplo acesso à justiça. Nesse contexto, o estudo

se inicia trazendo o conceito de prova no processo judicial. Logo em seguida, são expostos os princípios constitucionais e infraconstitucionais que norteiam a prova, bem como os meios de prova admitidos. As teorias estática e dinâmica do ônus da prova são abordadas, assim como a possibilidade de inversão do ônus da prova no processo do trabalho. Por fim, o presente artigo pretende investigar se o ônus da prova é uma regra de procedimento ou de julgamento. Foram empregados os métodos de pesquisa básica, pesquisa qualitativa, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, com o estudo da Constituição Federal de 1988 e da Consolidação das Leis do Trabalho, assim como obras da doutrina e decisões judiciais sobre o tema.

.....

Jamila Ferreira Paiva

Álvaro Telles Júnior

ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

A cada minuto diante do exercício de suas funções o empregado, está exposto a sofrer práticas violentas, vexatórias, constrangedoras, e humilhantes de seu superior ou até mesmo colegas de trabalho, dessa forma trazendo grande abalo psicológico a vítima, em sua vida familiar e social, além de interferir no seu ambiente de trabalho. Diante desse quadro, faz-se necessário compreender como o assédio moral se manifesta. Ao contrário do assédio sexual, já apresentado no Código Penal, o assédio moral ainda não faz parte, a rigor, do ordenamento jurídico brasileiro, sendo que a aprovação de uma lei para responsabilizar de maneira administrativa, civil e penalmente os agressores, em busca de um ambiente de trabalho saudável com uma melhor qualidade de vida aos trabalhadores seria essencial.

.....

Verônica Santos Romanelli

Marcelo Rodrigues da Silva

O TELETRABALHO E AS MUDANÇAS DECORRENTES DA REFORMA TRABALHISTA

Com a vinda da Reforma Trabalhista pela lei 13.467/2017, o teletrabalho sofreu algumas mudanças em sua regulamentação, tais como as novas modalidades de contrato de trabalho, a jornada de trabalho prevista na CLT não aplicada ao

teletrabalho inviabilizando a possibilidade de contagem das horas extras e outras implicações da insubordinação diária do trabalhador desse regime diferenciado de trabalho, tal qual é uma tendência visto a comodidade dos trabalhadores em realizar seu trabalho no âmbito do seu lar, fora da empresa, o que garante uma estabilidade emocional e satisfação maior ao trabalhador e para que as empresas evitem a Reclamação Trabalhista por não se adequar ao cumprimento legal das novas regras dessa modalidade de trabalho, esse artigo vem com o objetivo de esclarecer todas às dúvidas com relação fiscalização, a maior independência funcional, a descontinuidade, que não se confunde com eventualidade, e a flexibilidade, a subordinação jurídica que emanam dos vínculos empregatícios, a fim de que os teletrabalhadores não se mantenham indefinidamente na economia informal.

.....

*Ana Carolina Ribeiro Bastos
Otavio Augusto Custodio de Lima*

ATUAL CENÁRIO BRASILEIRO FRENTE AO TRABALHO INFANTIL

O trabalho apresenta as disfunções da sociedade acerca do trabalho infantil nas ruas, a partir de uma perspectiva histórica, num cenário de desigualdade social, econômica e racial. Não há estatísticas verossímeis, pois as piores formas de trabalho infantil nas ruas são: exploração sexual, atividades ilícitas, entre outras que não aparecem no Censo do IBGE e no PNAD. Para toda essa esfera, pretende-se desenvolver um estudo detalhado, através de fontes documentais, bibliográficas e estatísticas para analisarmos as condições dos inocentes que são deixados a margem da civilização e as leis, princípios que deveriam protegê-los.

.....

*Thauana Mirella Macedo
Otavio de Lima Custodio*

A TERCEIRIZAÇÃO NA TANGENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O presente trabalho visa a apresentação do instituto da terceirização frente a administração pública, após a publicação da Lei da reforma trabalhista e o decreto nº 950/2018. O objetivo da pesquisa foi destacar pontos da legislação expondo as lacunas que o legislador deixou após a edição das normas jurídicas. O procedimento metodológico adotado foi o dedutivo, utilizando-se a pesquisa

bibliográfica documental. A pesquisa concluiu que a terceirização na administração pública possui desvantagens tanto para o trabalhador como para a administração pública as quais não foram calculadas, que a evolução da legislação para regulamentar a terceirização no ambiente público se perdurou por muito tempo e ainda assim quando a legislação veio à tona não foi suficiente para amparar o instituto e sua aplicação.

.....

Beatriz Valencio Mancuzo
Otávio Augusto Custódio de Lima

LEI 13.103/15: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DO EXAME TOXICOLÓGICO E O DESCANSO OBRIGATÓRIO DOS MOTORISTAS

Os índices de acidentes de trânsito no país são alarmantes e a Lei 13.103/15, que regulamentou a atividade dos motoristas profissionais, passando a exigir destes e também de seus empregadores, uma série de exigências para permitir um trabalho mais seguro. Isto porque é evidente que a categoria dos motoristas profissionais mantém-se diretamente correlacionadas com a temática, visto que, o exame toxicológico e a parada de descanso são medidas que promovem reflexos no cenário de acidentes, uma vez que as principais causas dos acidentes de trânsito, geralmente estão relacionadas, as noites sem dormir e ao uso de drogas ilícitas, objetivando suportar o cansaço extremo de longas viagens. Assim, a presente pesquisa visa investigar quais as exigências impostas pela nova legislação e se as referidas medidas podem assegurar de modo eficaz a segurança nas estradas, para tanto utilizaremos o método hipotético-dedutivo.

.....

Gabriela Ribeiro de Souza e Silva
Otávio Augusto Custódio de Lima

CONTRATO DE TRABALHO X DOENÇAS PSÍQUICAS: ESTUDO SOBRE O AFASTAMENTO DOS EMPREGADOS DIAGNOSTICADOS COM DOENÇAS PSÍQUICAS DECORRENTES DO TRABALHO

O ambiente profissional pode causar diversos danos aos trabalhadores, inclusive psíquicos, o que importa em incapacidade laborativa, seja ela provisória ou definitiva. As cobranças excessivas para o alcance das metas e lucros, o

assédio moral, e a falta de oportunidade de trabalho são algumas das causas que expõe o trabalhador. A Constituição Federal Brasileira dispõe no artigo 1º, inciso III, sobre o princípio da dignidade, norteador, também, do direito do trabalho. Ao afetar o psíquico do trabalhador, o empregador ou quem quer que o afronte, acaba por romper o princípio primordial da relação humana: sua dignidade. Neste sentido, segundo Azeredo e Renault (2009, pag. 209) “Sem dignidade e aviltado na sua essência humana, o trabalhador perde a sua cidadania e se vende ao capital como se fosse uma mercadoria.” Por esse motivo, os trabalhadores merecem respeito à sua dignidade no ambiente profissional, para que assim, os danos sejam amortizados ou, em último caso, reparados.

.....

Gabriela Silva Valderramas
Andrea Antico Soares

A REFORMA TRABALHISTA VOLTADA PARA O TELETRABALHO

Este artigo aborda o impacto da tecnologia nas relações de trabalho, com o intuito de demonstrar o quanto ela pode ser benéfica ou maléfica, bem como de verificar sua influência na questão do Direito do Trabalho e a sua importância para o surgimento de novas modalidades laborais, tais como o teletrabalho. Trata, ainda, das mudanças que a Reforma Trabalhista trouxe e as modificações provocadas no Direito do Trabalho, melhorando a relação entre empregado e empregador, junto com o auxílio da tecnologia para a desenvoltura de novas oportunidades de trabalho, beneficiando, assim, ambos os lados. Para tanto foi utilizado o método hipotético dedutivo com base em livros e jurisprudências.

.....

Lucas de Lima Goes
Marília Veronica Miguel

A NATUREZA JURÍDICA DO VÍNCULO ENTRE MOTORISTAS E APLICATIVOS DE CARONA: O CASO UBER

Com o desenvolvimento tecnológico percebe-se um aumento considerável em novas modalidades de prestação de serviço, uma delas os aplicativos de carona que atuam na área do *e-hailing*, aproximando motoristas de perspectivas passageiros. O fato é que esses novos prestadores de serviço atuam de norma disruptiva, operando em uma área cinzenta que paira entre as lacunas legais no

que diz respeito a existência ou não de vínculo empregatício entre os tomadores de serviço e motoristas de aplicativo. Utilizando-se dos princípios basilares do direito do trabalho estabelece-se um panorama sob o qual deve-se observar a atuação da UBER, buscando a existência ou não dos requisitos para a configuração de eventual relação de emprego entre a supracitada empresa e seus motoristas, nos termos do artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho. Isso posto, observa-se o panorama jurisprudencial em âmbito nacional, verificando se o percebido tem sido aplicado nas decisões internas e em âmbito internacional.

.....

Márcia Martins Postigo

Otávio Augusto Custódio de Lima

A REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO (HOME OFFICE) PELA REFORMA TRABALHISTA: IMPACTOS NA RELAÇÃO DE EMPREGO

Em face do contemporâneo cenário de inovações tecnológicas, inúmeras mudanças têm ocorrido em todos os setores da sociedade, dentre as quais no quadro trabalhista. Tais mudanças trabalhistas, no Brasil, se observam a partir da adoção da Lei nº. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), a qual trouxe profundas mudanças nas relações de emprego, com a finalidade de manter consonância com o desenvolvimento tecnológico latente e, neste contexto, regulamentou a modalidade contratual denominada Teletrabalho (Home-office). Destarte, o presente trabalho se propõe, por meio do método materialismo histórico dialético, analisar os desdobramentos da reforma trabalhista e os seus impactos na relação de emprego, em face ao teletrabalho, especialmente no que se refere a proteção do trabalhador, cuja modalidade propõe uma flexibilidade nas condições de trabalho, permitindo que o empregado possa exercer suas atividades em locais variados, ainda que fora do ambiente interno da empresa.

.....

Trabalho / Processo do Trabalho

Damaris Raquel Lourenço
Andrea Antico Soares

A APLICABILIDADE DO DUMPING SOCIAL NOS CASOS ENVOLVENDO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO COMO FORMA DE ATIVISMO JUDICIAL

O presente artigo tem por objetivo a análise do ativismo judicial na seara trabalhista e sua aplicabilidade nas condenações por Dumping Social envolvendo os casos de trabalho escravo contemporâneo. Desta feita, diante da explanação do ativismo judicial, vem à tona a figura ativa do Poder Judiciário com a figura do Dumping Social, visando impedir a prática reincidente e reiterada da violação dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988 e o descumprimento da legislação trabalhista, que tem por fulcro possibilitar a majoração do lucro e de levar vantagem sobre a concorrência. Tal estudo se dá com enfoque principal nas causas envolvendo trabalho escravo contemporâneo, redação trazida pela Lei nº 10.803/03, no qual alterou o disposto no art. 149 do Código Penal, que passou a tipificar o crime de redução à condição análoga a de escravo de uma forma mais abrangente, isso com a análise de casos particulares, a fim de obter a solução mais condizente com a atualidade.

.....

Mariane Sobral Forato
Otávio Augusto Custódio de Lima

AGROTÓXICOS NO AMBIENTE DE TRABALHO RURAL: UMA INVESTIGAÇÃO DO USO INDISCRIMINADO DE AGROTÓXICOS E AS CONSEQUÊNCIAS NO CONTRATO DE TRABALHO

O presente artigo visa explanar a respeito do uso indiscriminado de agrotóxicos e as suas consequências no contrato de trabalho. A análise foi feita sob o prisma da Constituição de 1988, Consolidação das Leis do Trabalho, bem como

a Norma Regulamentadora 31, que diz respeito as obrigações dos empregados e empregadores para oferecer um ambiente de trabalho seguro; e sobre as regras de saúde e segurança, para evitar-se a ocorrência de acidente de trabalhos, além de tratar das medidas de observância necessária pelo empregador para prestar socorro ao trabalhador, e ainda as possibilidades de responsabilização civil advindos da ocorrência de acidentes e perda da capacidade laborativa, uma vez que a proteção ao trabalhador, principalmente quando manipular agrotóxicos, é de suma importância, pois, em razão, da potencialidade desses produtos, possa ocorrer incapacidades laborativas parciais ou até permanente.

.....

Juliana Prates Matos de Oliveira
Otávio Augusto Custódio de Lima

 **NEGOCIAÇÃO COLETIVA: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DA FLEXIBILIZAÇÃO PROMOVIDA PELA REFORMA TRABALHISTA (LEI 13.467/2017), SEUS LIMITES E CONSEQUÊNCIAS**

O presente trabalho visa demonstrar que ao passo que a Consolidação das Leis Trabalhistas foi alterada substancialmente com o advento Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), ocasionou muitas dúvidas e inseguranças acerca de diversos temas, dentre eles, o da negociação coletiva, tendo em vista a possibilidade de o negociado ter prevalência sobre a norma legislada. Assim, a maior flexibilização das próprias leis trabalhistas em prol do denominado “interesse coletivo” acarreta um cenário de insegurança jurídica. O método a ser utilizado é o dedutivo, mediante os procedimentos metodológicos de revisão doutrinária, legislativa e jurisprudencial. Para isso, o trabalho terá como objetivo enfrentar a história da organização sindical no Brasil, em especial para delimitar como funciona; analisar a autonomia privada coletiva; estudar os novos limites da negociação coletiva; e pontuará se a alteração legislativa foi positiva ou negativa sobre a perspectiva do empregado.

.....

*Mábili Adorno Moreira
Danilo Pierote Silva*

 **DUMPING SOCIAL COMO AFRONTA AOS PRINCÍPIOS
CONSTITUCIONAIS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DO
VALOR SOCIAL DO TRABALHO**

O presente artigo busca abordar a prática do dumping social nas relações de emprego como ofensa ao princípio constitucional da dignidade humana, bem como do valor social do trabalho, princípios que estão interligados e buscam garantir um valor existencial ao trabalhador inserido na economia tipicamente capitalista, evitando abusos que já foram constatados durante a história. Neste contexto abordamos a necessidade de intervenção do judiciário e os entendimentos que vem surgindo com o intuito de proteger os direitos do trabalhador e coibir uma prática comercial desleal e danosa a toda sociedade.

.....

*Bárbara Cristina Sant' Aana
Andrea Antico Soares*

 **RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO EM DECORRÊNCIA DA
FALTA GRAVE POR EMBRIAGUEZ**

O tema proposto ao presente trabalho pretende apresentar um sério problema de saúde e perante o Direito do Trabalho uma séria falta grave cometida pelo trabalhador, humanizar a temática se faz necessário para que as pessoas enxerguem com outros olhos o sujeito que enfrenta esta patologia, um considerável problema de saúde pública. Ao mesmo tempo sendo necessário também levar em consideração o disposto sobre a temática no âmbito jurídico para que tal lei não seja ignorada quando realmente tratar-se da falta grave, assunto de tal relevância que ninguém está imune a esta doença. O presente trabalho desenvolvido será realizado de forma circunscrita no tocante à rescisão do contrato de trabalho em decorrência da falta grave por embriaguez, e sobre como ela deverá ocorrer, com ponderações e critérios importantes, levando em consideração o caso concreto de maneira que não prejudique o trabalhador que esteja disposto a tratar-se e retomar sua saúde.

.....

Thaise Santos Campos
Otávio Augusto Custódio de Lima

CRIMINAL COMPLIANCE: UMA ALTERNATIVA PARA O COMBATE A PRÁTICA DE TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO

Os direitos dos trabalhadores são recepcionados pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho, no entanto, ainda que se encontrem em conformidade com as leis vigentes ainda há a ocorrência da violação de tais direitos. Da violação destes direitos surge a necessidade da reflexão sobre as consequências geradas dentro do âmbito empresarial. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo a análise da extensão e aplicação do *Criminal Compliance* na perspectiva dos Crimes Contra as Organizações do Trabalho prevista nos artigos 197 a 207 do Código Penal Brasileiro em consonância aos Crimes análogos à Escravidão prevista no artigo 149 do mesmo código. Ainda que o *Criminal Compliance* seja adotado na maioria dos casos com o intuito de inibir a práticas de corrupção dentro da organização empresarial, sua aplicação se faz possível em qualquer esfera. No presente trabalho, o *Criminal Compliance* é utilizado dentro da organização empresarial de forma que seja criado normas internas denominadas como Códigos de Conduta e/ou Ética, as Práticas de Governança Corporativa, que deverão ser observados por todos dentro da organização, sob pena imposta caso ocorra seu descumprimento. Destarte, o propósito da aplicação e adoção do *Criminal Compliance* é a criação de mecanismos de prevenção; gerenciamento das questões voltadas à área trabalhistas e na identificação dos possíveis problemas de forma antecipada, com intuito de evitar a responsabilidade das empresas pela conduta de seus gestores para com seus empregados.

.....

Anderson Luis Gomes da Silva
Álvaro Telles Júnior

A ESCRAVIDÃO MODERNA NO BRASIL NA PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O artigo traz em seu teor todo o contexto que rodeia sobre a escravidão no país, trazendo o contexto histórico e suas origens, bem como a manipulação e exploração dos trabalhadores em situações desagradáveis no seu labor diário.

Fernanda de Oliveira Alves

Otávio Augusto Custódio de Lima

A TARIFAÇÃO DO DANO EXTRAPATRIMONIAL E O CASO BRUMADINHO

O presente trabalho tem um olhar jurídico-reflexivo acerca do desastre ocorrido na barragem de minério de Brumadinho, bem como da limitação do dano moral trabalhista recepcionado pela nova CLT, e sua repercussão no mundo jurídico. Para tanto, desenvolve-se um estudo detalhado, através de fontes documental e bibliográfica, a partir de síntese dos fatos ocorridos, passando pela proteção e segurança ao trabalhador, a responsabilidade civil no direito do trabalho, e a reparação pelos atos ilícitos perpetrados pela empresa. Após os questionamentos, conclui-se que o sistema aberto, com livre arbitramento em juízo, é o melhor para apreciar o dano, em oposição ao sistema atual, promovido pelo dispositivo 223-G, §1º, incisos I a IV da lei 13.467/17. Por fim, defende-se a inconstitucionalidade do dispositivo, por não harmonizar aos princípios da igualdade e isonomia, por seu status de direito fundamental e também por afetar a dignidade da pessoa em suas dimensões morais e imateriais.

.....

Carolina Barbosa Tovani

Marcelo Rodrigues da Silva

ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

“No presente artigo analisa-se o assédio sexual especificamente nos ambientes laborais, tratando dos principais tópicos deste assunto, procurando assim sintetizá-los, permitindo uma visão esclarecedora do mesmo. O texto levanta, ainda, a inversão do ônus da prova para evitar o assédio velado nos ambientes profissionais, por ser um crime de difícil comprovação. Por fim, toda a análise acerca do assédio sexual foi feita com base em leis, doutrinas e jurisprudências, utilizado o método de pesquisa hipotético-dedutivo, por meio de estudo bibliográfico e documental.

.....

Andreia de Fatima Carnesi Rodrigues

Marília Verônica Miguel



A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR EM CASO DE ACIDENTE DE TRABALHO

Doenças ocupacionais e acidentes de trabalho podem causar lesões irreversíveis para a saúde do trabalhador, como também impacto econômico para o empregador e previdência. Os custos elevados com acidentes de trabalho colocaram o Brasil em situação de déficit acidentário, sendo que, o valor arrecadado é inferior às despesas com os benefícios. Nosso país encontra-se classificado como o 4º colocado mundial em acidentes de trabalho com fatalidades.

A comunicação para os trabalhadores sobre acidente de trabalho é obrigatória pela legislação incluindo as empresas. As empresas e trabalhadores tendem a processar gestão que se voltem para prevenção, gestão de riscos, entre outros, para que se evite tais acidentes que podem levar o trabalhador ao óbito.

.....

Luan Felipe Santos Folgosi

Danilo Pierote Silva



A RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO DO ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL

O presente estudo foi realizado com a finalidade de analisar a rescisão contratual do atleta de futebol profissional por justa causa do empregador. Em razão de o futebol ser um esporte que aos longos dos anos valorizou-se muito, em virtude da popularidade mundial dessa prática esportiva, por causa disso, os atletas profissionais também foram valorizados, sendo que, a depender de suas habilidades e do clube esportivo que defendem, tornam-se verdadeiras máquinas de fazer e receber dinheiro. Porém, esse é um privilégio para poucos, na maioria das vezes os clubes enfrentam dificuldades financeiras que acarretam o descumprimento contratual estabelecido com seus atletas, o que promove a disputa judicial pelos valores devidos e desvinculação do atleta com o clube devedor. Nesta toada, caracteriza-se a rescisão indireta, de forma que surge ao atleta profissional o direito de perceber, do clube de futebol empregador, as indenizações decorrentes da negligência contratual que o acometera. Assim, a par de o ordenamento jurídico, aplica-se aos clubes empregadores a regra eminente no artigo

31 da Lei 9.615/98 (Lei Pelé), possibilitando a aplicação subsidiária do artigo 483 da Consolidação das Leis Trabalhistas, sendo indispensável a caracterização de qualquer uma das hipóteses previstas no ordenamento jurídico assinalado, além, da mora contumaz de 3 (três) meses consecutivos ou alternados para pleitear a rescisão indireta do contrato especial de trabalho do atleta profissional.

.....

Polyana Soares de Almeida
Andrea Antico Soares

AS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE EM DETRIMENTO DA REFORMA TRABALHISTA

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise dos pontos positivos e negativos alterados pela lei nº 13.467/2017, a lei da Reforma Trabalhista, a fim de verificar se a presente reforma é de fato um acontecimento de retrocesso social e violação do princípio da insegurança jurídica, tendo em vista as inúmeras Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) que são implementadas todos os dias perante o Supremo Tribunal Federal. O presente trabalho tem por objetivo levar o leitor a fazer uma análise crítica da Reforma implementada, analisar os efeitos dos dispositivos alterados, bem como, analisar os motivos que estão levando às inúmeras ADIs. Assim, valendo-se do método dedutivo-dialético, bem como a pesquisa em bibliografias, doutrinas e legislação, o objeto da pesquisa ainda é assunto de muitas discussões, dessa forma busca-se discorrer um pouco sobre o tema. Por fim, a pesquisa busca fazer uma análise mais pratica, dentre seus efeitos no Ordenamento Jurídico Brasileiro.

.....

Nathália Gabriele Magon
Marcelo Rodrigues da Silva

A DIFICULDADE DA REVALIDAÇÃO DO DIPLOMA DOS REFUGIADOS NO BRASIL PERANTE A FALTA DE LEGISLAÇÃO TRABALHISTA QUE GARANTA O AMPLO ACESSO

Este trabalho de pesquisa visa estudar a situação atual enfrentada pelos refugiados no Brasil no que tange a revalidação de seus diplomas, analisando as dificuldades encontradas e porque isso ocorre.

.....

Ingrid da Silva Barbosa
Álvaro Telles Júnior



O ASSÉDIO MORAL E O ABUSO DO PODER DIRETIVO DO EMPREGADOR

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar os aspectos do assédio moral e do abuso do poder diretivo do empregador dentro das relações de trabalho, lembrando que a palavra “empregador”, é personificada na pessoa de chefe, coordenador, sendo estes superiores hierárquicos. O método hipotético-dedutivo, será utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa, através da pesquisa bibliográfica, bem como, na análise de legislações e de jurisprudências, relacionadas a esta temática. A problemática desta pesquisa está no questionamento sobre as motivações e características do aumento de casos referentes ao assédio moral e abuso diretivo no ambiente de trabalho, além disto, a análise de quais medidas que estão sendo tomadas na minimização deste problema, cada vez mais presente na sociedade brasileira. Porém, não concentrará simplesmente na análise de proteção dos direitos dos empregados e deveres dos empregadores, e sim, na busca de alternativas que possam ajudar ambas as partes nesta relação contratual. Diante de várias situações de abusos que ocorrem rotineiramente, esta pesquisa propõe ao leitor a possibilidade de observar e a pensar sobre tal assunto, que é pouco debatido em nossa sociedade, para que o consenso e a ponderação sejam parâmetros de conscientização dos indivíduos na relação de trabalho, e que a conciliação das partes, sejam para um meio de dirimir tais conflitos.

.....
Fabiana Custodio Sales
Marcelo Rodrigues da Silva



O FENÔMENO DA PEJOTIZAÇÃO À LUZ DOS PRINCÍPIOS TRABALHISTAS NO ATUAL CONTEXTO DA FLEXIBILIZAÇÃO

O objetivo do presente trabalho é entender o fenômeno da pejotização e, verificar suas implicações no ordenamento jurídico. A chamada pejotização não é tema novo, mas pelo contrário, já vem sendo usado por empregadores há muito tempo como forma de burlar a legislação trabalhista, por meio da imposição dada pelo empregador para a constituição de uma pessoa jurídica com a finalidade de fugir de encargos trabalhistas, colocando em prejuízo os

trabalhadores. Este tema é muito polemizado nos debates atuais e agora está mais aflorado pela reforma trabalhista, portanto, se faz necessário entender os motivos para a utilização e disseminação desse fenômeno e as consequências de sua prática. Para isso a pesquisa será desenvolvida com análise doutrinária e com o uso do método hipotético-dedutivo.

.....

Filipe Felix da Silva Santos
Marília Verônica Miguel



O CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE NA REFORMA TRABALHISTA

A Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 criou o contrato de trabalho intermitente como uma modalidade de trabalho sob vínculo de emprego, com jornada e salário variáveis, de acordo com a demanda do empregador, e foi anunciado pelos legisladores como sendo capaz de afastar o trabalhador da informalidade, reduzindo o índice de desemprego no país, sendo um instituto muito controverso. A presente pesquisa busca analisar os dispositivos legais que regulamentam o contrato de trabalho intermitente e a legislação comparada sob aos aspectos positivos e negativos para o empregador e empregado, e de incompatibilidades com princípios do Direito do Trabalho e do texto constitucional. A metodologia utilizada nesse estudo é a crítica dialética e bibliográfica, especificamente na legislação referente ao contrato de trabalho intermitente. O presente trabalho permitiu concluir que, no seu modelo atual o contrato de trabalho intermitente é de uma enorme atrocidade com o trabalhador.

.....

Carla Labelle Matias Carnezi
Otavio Augusto Custódio de Lima



FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS SEUS LIMITES, PROTEÇÃO AO TRABALHADOR E A REFORMA TRABALHISTA

A Lei nº 13.467/2017, também conhecida por Reforma Trabalhista, alterou a redação do Decreto-Lei nº 5.452/1943. A reforma surgiu como meio legal e imediato de negociação coletiva, facultando ao empregador a instituição de

acordo direto com o empregado, tendo força de lei. O presente trabalho teve por objeto o estudo da mudança dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, com o questionamento da possível precarização das relações de trabalho, devido ao crescente estímulo à flexibilização da jornada de trabalho. Em vista disso, o objetivo foi além de analisar as recentes alterações produzidas pela Lei nº 13.467/2017, relacionar à contribuição de projetos anteriores a reforma, correlacionando os enunciados publicados pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, frente a inclusão do artigo 611-A. O método adotado foi o hipotético-dedutivo. Por meio da análise minuciosa, com referências bibliografias e de textos de lei foi possível concluir que a liberdade dada ao empregador põe em risco os direitos fundamentais do trabalhador, conferidos pela Constituição Federal de 1988.

.....

Jeane Vieira Araújo
Andrea Antico Soares



A REFORMA TRABALHISTA E SEUS REFLEXOS NA PRÁTICA DO ASSÉDIO MORAL DO TRABALHO

O presente trabalho intenta ao estudo do assédio moral nas relações de emprego e suas nuances, no que tange à precarização do trabalho após a Reforma Trabalhista. É sabido que existem humilhações e outros cenários aos quais os trabalhadores são submetidos no decorrer de sua jornada de trabalho. As ditas humilhações constituem assédio moral e existem desde os primórdios das relações de trabalho, não sendo um fenômeno surgido na atualidade. O objetivo do presente trabalho é traçar a correlação do assédio moral após a reforma trabalhista, haja vista a flexibilização do trabalho decorrida desta. Para o desenvolvimento do presente trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Em uma sociedade tão desigual, precarizar o trabalho somente contribui para a hostilizar o ambiente e trabalho e tornar o trabalhador cada vez mais dependente deste, admitindo se submeter a todos os tipos de humilhação, na esperança de preservar seu emprego.

.....

Jheniffer Sabrina de Souza
Marília Verônica Miguel

 **A ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO.
E A COISIFICAÇÃO DO HOMEM COMO CONSEQUÊNCIA DA
FLEXIBILIZAÇÃO DAS NORMAS TRABALHISTA**

O presente trabalho aprecia uma análise acerca das flexibilizações das normas laborais, vez que se nota que a proteção ao trabalho parte de uma construção histórica, tanto no contexto mundial, como no Brasil, sendo as primeiras regras de matéria trabalhista datadas do século XIX. De outro lado, cabe ressaltar que não foram poucos os conhecimentos que vieram a repercutir de forma substancial a estes regramentos contemporâneos, tanto em seu surgimento propriamente dito como na sua configuração atual. A flexibilização das regras trabalhistas, é um fenômeno contemporâneo e inerente à condição pós-moderna, e apresenta-se como de especial interesse à esfera laboral. Este trabalho é bibliográfico, tendo como método adotado o dedutivo. Deste modo, propõe-se a estudar o surgimento do direito do trabalho, analisar as principais regras que tem por objeto a tutela ao labor humano, bem como compreender à adoção do permissivo constitucional à flexibilidade de tais leis.

.....

Damaris Raquel Guedes Magalhães
Marília Verônica Miguel

 **A REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL E A
(IN) CONSTITUCIONALIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO
INTERMITENTE**

O presente trabalho se debruça sobre a discussão constitucional acerca do Contrato de Trabalho Intermitente, uma nova modalidade de contrato laboral que foi legalizada por meio da Lei nº 13.467/2017 – Lei da Reforma Trabalhista. Mediante levantamento bibliográfico e um método de pesquisa dedutivo, o artigo busca analisar os principais pontos do Contrato Intermitente e realizar um enfrentamento da norma infraconstitucional que o regula, perante a Constituição Federal, de forma a verificar se a recém-chegada modalidade contratual, infringe, ou não, os direitos e garantias fundamentais.

.....

Tainá Vieira Obreli
Marília Verônica Miguel



TELETRABALHO: VANTAGENS E DESVANTAGENS NA PERSPECTIVA DA REFORMA TRABALHISTA

O presente trabalho tem como objetivo expor o tema teletrabalho, inserido nas Consolidações das Leis do Trabalho (CLT) pela Lei número 13.467/2017, popularmente conhecida como “Reforma Trabalhista”. A modalidade do teletrabalho, tem sido utilizada cada vez mais frequentemente de maneira a evitar o desgaste de laborar nas grandes metrópoles, em razão do seu desempenho se dar preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias da informação, tais como aplicativos de mensagens instantâneas. Ademais, falar em uso de tecnologias da informação nos remete a utilização de *smartsphones*, tablets, notebooks e demais meios similares, que podem ser utilizados fora de qualquer estabelecimento distante do empregador, sem que haja a necessidade de que o empregado fique em um só lugar para desenvolver suas atividades. Por fim, o método utilizado é o hipotético dedutivo, através de procedimentos históricos, comparativos, analisando-se a doutrina que trata do tema, demonstrando a necessidade de estudo do tema a fim de que possam ser exploradas futuras decisões sobre o assunto, evitando-se assim entendimentos equivocados quanto às disposições legislativas que tratam do tema.

.....

Geovana Miranda da Silva
Álvaro Telles Júnior



TRABALHO INFANTIL E APRENDIZAGEM

O trabalho infantil é um problema generalizado em todo o mundo, especialmente nos países em desenvolvimento. Em 2015, crianças e adolescentes entre 5 a 17 anos estavam trabalhando, segundo pesquisa feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Uma das razões para o trabalho é a pobreza, embora não sejam bem pagos, ainda servem como grandes contribuintes para a renda familiar, e conseqüentemente acabam abandonando a escola. Suportam condições de trabalho que incluem riscos para a saúde e alguns casos até abuso. Essas condições não fornecem o estímulo para o desenvolvimento físico e mental adequado. São privadas das simples alegrias da infância, por uma vida no trabalho. Embora estatísticas mostrem que esse número tem diminuído, esse tipo de

trabalho permanece comum e tem crescido no setor de serviços, deixando claro que essa está sendo utilizada fora da agricultura, tendo o Brasil como um dos principais países. O presente artigo tem como principal objetivo informar sobre o Trabalho Infantil e Aprendizagem no Brasil, analisando aspectos relacionados ao tipo de trabalho, à escolaridade, às leis que os amparam, as dificuldades de se contratar um menor aprendiz, entre outros.

.....

Hatue Martinhão Esquinelato
Andrea Antico Soares



SÍNDROME DE BURNOUT COMO DOENÇA OCUPACIONAL MODERNA E A RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR

O presente trabalho tem como objetivo o estudo das doenças profissionais no ordenamento jurídico brasileiro, visando analisar o problema da ausência de aplicação da legislação equiparada ao acidente de trabalho nos pedidos previdenciários. Além disso, através do método hipotético-dedutivo, busca estudar também os fenômenos da saúde mental do trabalhador, bem como a exposição da Síndrome de Burnout e a classificação como doença profissional moderna, para explicitar como atualmente é compreendida essa enfermidade e evidenciar a aplicação no âmbito trabalhista. A pesquisa foi feita através da análise histórica de padrões de negócios até chegar ao modelo competitivo atual, de modo a estudar as responsabilidades civis dos empregadores em relação a seus empregados. Por fim, utilizando pesquisa bibliográfica, identificar quais providências as empresas deverão tomar para realizar a manutenção da segurança do trabalho.”

.....

Gabriela Licate dos Santos
Marília Verônica Miguel



A PRECARIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA, RESULTANTE DA REFORMA TRABALHISTA

O presente artigo, tem como objetivo analisar as novas alterações implementadas pela Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, conhecida como Lei da Reforma Trabalhista, que realizou mudanças significativas na CLT, no que tange o instituto da justiça gratuita, bem como o acesso ao judiciário. O acesso à justiça está elencado no artigo 5º XXXV da Constituição Federal, sendo um direito de

exercício de soberania. É de suma relevância destacar que, essa garantia constitucional, tem seu reflexo no ordenamento jurídico trabalhista, sendo comprovada a hipossuficiência da parte, este garante o benefício da justiça gratuita. Embora este direito esteja ameaçado com a chegada da reforma trabalhista, questiona-se a proteção do trabalhador em questão, sendo assegurado pela CLT. O presente artigo será desenvolvido a partir de doutrinas pertinentes ao assunto, como também, Legislação vigente, súmulas, e, análise de artigos científicos.

.....

Isabela Stela Ramos
Marília Verônica Miguel



TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL E A APLICABILIDADE DO ORDENAMENTO JURÍDICO

O presente trabalho tem como escopo analisar a vigência do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, apresentar suas vertentes e a aplicabilidade do ordenamento jurídico contra este crime. A importância central dos estudos aqui propostos refere-se a mostrar que o Brasil obteve a abolição apenas da escravidão, mas não se deu fim à exploração do trabalhador em muitas regiões do país, que são esquecidas e mal fiscalizadas. Ressalta-se que, nos dias atuais estamos diante de um ordenamento jurídico com uma sanção fraca quando o assunto é erradicação do trabalho escravo. Empregar-se-á, neste trabalho, o método dedutivo, optando-se pela pesquisa bibliográfica como o procedimento metodológico para sua realização.

.....

Marina Angioni de Oliveira
Álvaro Telles Junior



O DANO EXISTENCIAL NA ESFERA TRABALHISTA: JORNADA DE TRABALHO

O artigo versa a respeito do dano existencial na esfera trabalhista decorrente de longas jornadas de trabalho, seu impacto na vida do trabalhador, o posicionamento dos tribunais em reconhecê-lo como espécie autônoma de dano e os critérios para a indenização. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é estudar o Dano Existencial especificamente nas relações laborais, decorrente de extensas jornadas de trabalho, como ele se caracteriza, bem como analisar quais

são os impactos gerados à saúde e as relações pessoais do trabalhador e como vem sendo recepcionado pelos Tribunais Brasileiros. Para tanto, foi utilizado o método dedutível, tendo como procedimento a pesquisa bibliográfica documental. Por fim, tem-se que o trabalho preventivo nas empresas, bem como a atuação de órgãos fiscalizadores é a forma mais adequada para evitar a ocorrência do dano existencial.

.....

Marcela Sayuri Hashimoto Abiko
Andrea Antico Soares

O ASSÉDIO ÀS MULHERES EM AMBIENTE DE TRABALHO

O presente artigo científico tem como objeto o estudo sobre o assédio moral e sexual às mulheres no ambiente de trabalho, que vem se tornando algo cada vez mais frequente. Nas atuais relações de trabalho, tem se tornado comum submeter as mulheres em constantes humilhações, constrangimentos e maus tratos, causando grande dano físico e psicológico à sua saúde. Objetiva-se valorizar as mulheres perante o mercado de trabalho e exigir igualdade frente ao empregador e funcionários, sob a proteção dos direitos da dignidade humana nas relações de trabalho, para o fim de acabar, prevenir e informar o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. Defende-se a conservação de um ambiente de trabalho saudável, tanto pelo empregador como pelo empregado. Para o presente artigo de conclusão de curso, foi adotado o método hipotético-dedutivo quanto às análises doutrinárias e jurisprudenciais. O tema foi subdividido em cinco capítulos: o primeiro trata do conceito e espécies; o segundo aborda os aspectos históricos e elementos caracterizadores; o terceiro dispõe sobre o assédio no Brasil, o comportamento nas relações trabalhistas e medidas de prevenção; o quarto versa sobre as consequências do assédio, para a esfera do trabalho, para as vítimas e o autor da conduta; já o último capítulo aborda a responsabilidade do empregador e da empresa.

.....

Paula Medina Prieto
Marília Verónica Miguel



O JUS POSTULANDI NA JUSTIÇA DO TRABALHO E O PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA

O presente artigo científico tem como objetivo o estudo da figura do *jus postulandi* na justiça do trabalho, bem como o princípio do acesso à justiça e a relação entre eles, demonstrando que apesar da ideia de que o *jus postulandi* tem o objetivo de ampliar o acesso à justiça, na prática, tal objetivo não é atingido e se mostra equivocado, pois pode, na verdade, restringir o acesso à justiça da parte que atua na justiça do trabalho sem advogado. Para tanto, além de abordar o conceito atual do princípio do Acesso à Justiça, bem como entender o que é o *jus postulandi* e sua previsão legal, o presente artigo trará alguns óbices práticos ao acesso à justiça da parte que utiliza a figura do *jus postulandi*, como a Súmula 425 do TST e alguns reflexos da reforma trabalhista. Além disso, o presente trabalho também analisa a atribuição da Defensoria Pública da União para defender os interesses dos hipossuficientes no âmbito trabalhista. O método utilizado no presente artigo foi o dedutivo, o qual buscou analisar as leis vigentes em nosso ordenamento jurídico, bem como súmulas e conceitos, opiniões e interpretações de outros estudiosos do direito acerca dos temas aqui abordados e dados trazidos por alguns órgãos do Estado.

.....

CURSO DE DIREITO DO



UNIVEM

Centro Universitário Eurípides de Marília